

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO, GÉNERO E CIDADANIAS

CRÓNICAS DE MORTES ANUNCIADAS - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, IMPRENSA E QUESTÕES DE GÉNERO EM ARTICULAÇÃO COM A EDUCAÇÃO DA CIDADANIA

2007

Artemisa Coimbra

ARTEMISA COIMBRA

CRÓNICAS DE MORTES ANUNCIADAS

VIOÊNCIA DOMÉSTICA, IMPRENSA E QUESTÕES DE GÉNERO EM
ARTICULAÇÃO COM A EDUCAÇÃO DA CIDADANIA

Dissertação apresentada na Faculdade de Psicologia e de Ciências da
Educação da Universidade do Porto, para obtenção do grau de Mestre em
Ciências da Educação, Especialização em Educação, Género e Cidadanias

Orientadora

Professora Doutora Maria José Magalhães

Resumo

Crônicas de mortes anunciadas – violência doméstica, imprensa e questões de género em articulação com a educação da cidadania

Com esta pesquisa, pretendemos produzir um conhecimento analítico sobre o papel da imprensa na produção de mensagens e representações sociais sobre o uxoricídio. Sendo esta temática relevante para reflectir sobre o papel destas mensagens na socialização, principalmente das crianças e jovens, foram recolhidas notícias de um jornal diário a fim de investigar o modo como a imprensa *dialoga* com as questões de género e de poder, com a cidadania das mulheres e com o senso comum acerca da violência doméstica, principalmente a exercida sobre as mulheres e as crianças

Esta tese tenta, em última análise, compreender as ambiguidades que resultam dos modelos específicos de discurso que as pessoas seguem, quando agem e interagem nos diversos domínios da vida social e, no caso do nosso estudo, as que estão presentes no discurso mediático como prática social.

Abstract

Death foretold narratives – linking domestic violence, the press and gender issues to citizenship education

With this thesis we claim for an analytical knowledge production on the ways the press deals with uxoricide. This being the opportunity to reveal how it incorporates the social messages and social agency in society, and mainly in the children and in the youth minds, data were collected from a daily newspaper in order to investigate the understanding from the press of gender and power relations, women's citizenship and the common sense about domestic violence, specially on women and children.

The thesis ultimately tries to understand the ambiguities that result from particular instances of discourse that people's utterances follow, when they take part in different domains of social life, and in this case being the media discourse as a social practice.

INTRODUÇÃO

Com esta pesquisa, pretendemos produzir um conhecimento analítico sobre o papel da imprensa na produção de mensagens e representações sociais sobre o homicídio de mulheres nas relações de intimidade, que constitui temática relevante para reflectir sobre o papel destas mensagens na socialização das crianças e jovens, porque a comunicação social é hoje uma das principais agências da sua socialização, reduzindo, consoante o grau de exposição, o papel da socialização familiar e escolar.

Actualmente, existe excesso de comunicação e não défice (Torres, 2005), pelo que a transmissão de valores, factos, conhecimentos e ideologias feita pelos órgãos de comunicação social constitui um dos principais mecanismos actuais da globalização.

Contrariamente ao que se esperava, a imprensa não tem diminuído. Neste sentido, o conhecimento do tipo de mensagem transmitido pela imprensa é relevante na educação para podermos intervir, enquanto profissionais, quer aproveitando o que de positivo alguma imprensa tem, quer trabalhando formas de leitura crítica junto das novas gerações, ensinando-as a distinguir e a escolher, ajudando-as a ver para além da aparência do texto, em suma, ensinando-as a construir mecanismos para trabalhar a informação.

Uma das temáticas que tem sobressaído é a da desigualdade entre homens e mulheres. Vivemos há mais de trinta anos em democracia, mas as mulheres ainda não têm a cidadania na sua plenitude (Araújo, 2005a). Apesar da diversidade no grupo social das mulheres, por exemplo em termos de etnia, classe social, capacidades, no seu conjunto, as mulheres são discriminadas em muitas áreas sociais pelo facto de pertencerem ao género feminino. A própria divisão genderizada do trabalho na esfera privada “molda o acesso tanto das mulheres como dos homens à esfera pública e aos direitos políticos, económicos e sociais de cidadania, que derivam desse acesso”, como constata Ruth Lister (2002: 167).

As questões de género importam, assim, para a desconstrução de ideias estereotipadas (como, por exemplo, a de que a mulher está ligada à natureza e o homem à cultura), de que há papéis masculinos e papéis femininos e para a diminuição progressiva desta dicotomia socialmente atribuída aos homens e às mulheres. Nesta dicotomia, à mulher é atribuído o papel de gerir os afectos e de se dedicar mais à família e ao cuidar e, ao homem, o papel de investir mais na profissão e desenvolver a força. É esta dicotomia, assente nos estereótipos de género, que cria os alicerces para a emergência e manutenção do fenómeno da violência doméstica tornando-a uma violência socializada.

A diminuição da estereotipia e a redução da dicotomia são importantes, na medida em que a sua existência tem coarctado o desenvolvimento das potencialidades de raparigas e rapazes. Referenciando Manuela Silva (2000: 45), “internalizar” a perspectiva de género abrirá caminho para que raparigas e rapazes, mulheres e homens possam lograr uma construção da identidade simultaneamente universal e singular na forma de se representarem e de serem representadas e representados.

OBJECTO DE ESTUDO

Assim, o objecto de estudo desta dissertação consiste na análise de notícias de imprensa escrita acerca de homicídios de mulheres pelos seus maridos, namorados, companheiros, ex-maridos, ex-namorados, ex-companheiros.

Mais concretamente, incidiu sobre setenta e nove notícias, sobre as quais incidimos uma análise (crítica) de discurso evidenciando as interdiscursividades e intertextualidades para que remetem os textos em foco.

Constituem finalidades desta pesquisa, em primeiro lugar, contribuir para a produção de conhecimento sobre as mulheres, neste caso, na problemática da violência no seio das relações de intimidade; em segundo lugar, compreender como é retratado o uxoricídio pela imprensa escrita de forma a providenciar elementos críticos que permitam a construção de práticas discursivas que

rompam com a cultura da tolerância da violência contra as mulheres; em terceiro lugar, contribuir para a reflexão sobre questões de cidadania e de educação, dando visibilidade a um problema social que continua a ser um atentado aos direitos humanos, proporcionando ferramentas discursivas para o seu combate no campo educacional.

JUSTIFICAÇÃO DO INTERESSE E RELEVÂNCIA DO ESTUDO E QUESTÕES DE PARTIDA

O interesse do estudo de artigos de imprensa sobre violência doméstica justifica-se pelo facto de a linguagem verbal e escrita, património dos seres humanos, constituir um dos meios de comunicação mais importante nas relações sociais. As línguas, que foram tomando forma ao longo dos séculos, estão em contínua evolução. Expressam, através das suas codificações distintas, as diversas concepções do mundo próprias de cada época e cultura. O carácter androcêntrico de textos põe em evidência o não-nomeado, o excluído, o discriminado. Forçosamente, a análise do uso da linguagem revela este tratamento androcêntrico da realidade através de múltiplos elementos da norma linguística.

A linguagem oral e escrita é utilizada, constantemente, como veículo de transmissão dos saberes e normas sociais e a língua é tratada como objecto de estudo e reflexão, pelo que é importante tentar modificar certos usos linguísticos por mais difícil que pareça. A evolução das línguas mostra precisamente a sua capacidade de adaptação às mudanças de valores que se produzem na sociedade.

Os artigos de imprensa sobre violência doméstica possibilitam que entendamos qual o uso regular – e normativo – que se faz da linguagem nesta fonte de informação tão importante para a socialização como é a imprensa. Assumirá a linguagem usada uma forma sexista? Que uso se fará da linguagem quando se noticiam homicídios por violência doméstica em que a vítima é do género feminino? A identidade feminina estará presente ou diluída? Tender-se-á a culpabilizar ou a desculpabilizar a vítima e/ou o agressor? De acordo com os elementos (signos) usados, estarão presentes preconceitos sexistas?

ORGANIZAÇÃO DA TESE

Assim, no Capítulo I, “Os Feminismos e os Media”, apresentamos os principais conceitos e contributos da investigação feminista sobre a comunicação social. No Capítulo II, “Violência: Enquadramento Conceptual”, desenvolvem-se as noções teóricas em torno da violência, nomeadamente da violência contra as mulheres nas relações de intimidade, reflectindo também sobre a relação (negativa) entre violência e cidadania feminina. No Capítulo III, “Educação, Género e Cidadanias: Intertextualidades para Construir a Igualdade”, focam-se as questões conceptuais em torno das temáticas educativas, incluindo as questões relacionadas com as relações de poder, o género e as cidadanias. No Capítulo IV, “Metodologia”, explanamos as opções epistemológicas desta dissertação, avançando na apresentação detalhada da análise (crítica) do discurso que constitui a opção metodológica deste trabalho. No Capítulo V, apresenta-se a análise (crítica) do discurso da imprensa escrita efectuada sobre mais de setenta notícias de uxoricídio entre 2004 e 2006.

Conhecer e compreender o uxoricídio em Portugal através das notícias na imprensa remete esta investigação para a exploração teórica da conceptualização dos *media* enquanto veículo, não apenas de transmissão de informação, mas também de construtor e produtor de cultura e representações sociais.

A comunicação social, incluindo a imprensa, considerada por muitos o quarto poder, tem sido, recentemente, alvo dos estudos sobre as mulheres e da investigação feminista no sentido de compreendermos como esta área social pode reproduzir a desigualdade de género ou contribuir para a sua transformação.

Assim, neste capítulo, abordar-se-á a questão dos *media* relacionados com as questões de género, focando especificamente a investigação e a teoria que dão conta da forma como estes meios de informação têm invisibilizado ou apostado na visibilidade das mulheres, relacionando esta temática com a questão de saber se constituem um meio de “consciencializar” o público ou se se remetem a uma mera reprodução dos interesses das audiências.

Finalmente, aborda-se este campo social como uma importante arena para a política feminista, também no que se refere ao combate que aqui nos move: a erradicação da violência contra as mulheres nas relações de intimidade.

A Plataforma de Acção (PFA) – documento de política global resultante da Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres, realizada em Pequim, em 1995 – identificou doze Áreas Críticas de preocupação para as mulheres, em que uma delas ficou conhecida como a «Secção J – As Mulheres e os *Media*». Aqui, definiu os problemas associados aos estereótipos de mulheres e à desigualdade no acesso das mulheres a todos os sistemas de comunicação. Os seus dois objectivos estratégicos, proactivos, eram aumentar a participação e acesso de mulheres à expressão e a tomada de decisão nos *media* e nas novas tecnologias de comunicação e promover um retrato equilibrado e não-estereotipado das mulheres nos *media*. No parágrafo 234 da introdução à Secção J, pode ler-se: os

media contêm, em todo o lado, o potencial para fazer maiores contribuições para o avanço das mulheres (Declaração e Plataforma de Acção de Pequim [Beijing], 2005).

Todavia, como recorda Silveirinha, citando Gallagher, nesta formulação “é como se os *media* existissem «lá» - num espaço independente das relações de género desiguais, e não dentro de um espaço «interior» no qual a desigualdade de género é de facto criada” (Silveirinha, 2006: 6).

A partir desta constatação verificamos que o género também se tornou numa questão-chave na discussão da representação. Muitos dos elementos essenciais da nossa identidade, e das identidades que assumimos que outras pessoas têm, vêm de conceitos de género que, na sua (re)construção mediática, ganham uma especificidade que a pesquisa feminista não tem ignorado.

Ainda que não apenas pela acção mediática, mas certamente também por ela, crescemos com uma consciência do que são as características “adequadas” a cada uma e cada um de nós. Por isso, a representação simbólica do género, nomeadamente pelos dispositivos mediáticos, tem uma importância política e cultural crucial. Esta questão tem progressivamente vindo a ser desenvolvida, havendo, neste momento, bastantes investigações e reflexões sobre ela.

Dadas as multiplicidades e tensões dos feminismos, posteriormente referidas neste trabalho, também a pesquisa sobre a representação mediática das mulheres tem seguido duas vias complementares. Uma tem-se concentrado no “lado da ‘recepção’ ou ‘consumo’, investigando a interpretação, aceitação/não aceitação das representações, a posição intencional e não-intencional das audiências e consumidores em relação a esses textos, através de estudos etnográficos de consumo, interpretação, resistência, etc. A segunda vertente de estudos tem-se concentrado no lado da ‘produção’, isto é, no estudo do próprio produto mediático, recorrendo a análises de conteúdo quantitativas e também a diferentes análises qualitativas” (Silveirinha, 2006: 5).

A partir de ambas as perspectivas, há já bastante produção científica. De facto, a representação das mulheres nos *media*, na investigação internacional, é, desde há várias décadas, um assunto importante, nomeadamente nos países

nórdicos, no Reino Unido, na Alemanha e nos Países Baixos. Contudo, outros países, como Portugal, ainda não assumiram a importância de estudar a representação das mulheres nos *media*. Essa relativa ausência (embora com tendência a melhorar) prende-se, no caso português, com o recente campo da Comunicação como área de estudo, bem como pelo facto do tema da representação das mulheres nos *media* parecer ser considerado um campo de preocupação “resolvido”, apesar de ser um problema que só agora, na verdade, começa a dar conta das suas muitas ambiguidades e complexidades.

Embora não concebidas de forma idêntica à das organizações internacionais como a ONU (relembremos a argumentação de Gallagher), as perspectivas feministas reconhecem a necessidade de investigar os *media* como “tecnologias de género, acomodando, modificando, reconstruindo e produzindo capitulações disciplinadoras e contrárias de diferença sexual” (van Zoonen, em Silveirinha, 2006: 6). Para além disto, não podemos esquecer que, no discurso mediático, os mecanismos gramaticais sistemáticos possuem a função de estabelecer, manipular e naturalizar hierarquias sociais.

1. FEMINIZAÇÃO DA IMPRENSA: UMA APOSTA NA VISIBILIDADE DAS MULHERES?

Na área dos *media* trabalha uma população crescentemente feminina, tal como acontece ao nível de quase toda a estrutura social. Portugal não é, neste caso, excepção. Será isto suficiente para se concluir que as questões das mulheres, como por exemplo, a literatura feminista, a violência doméstica, a imigração, o trabalho, as mulheres mais pobres e oprimidas, se tornarão mais visíveis com a crescente feminização da imprensa?

Alguns estudos realizados em Portugal¹ sobre esta interrogação mostram que, ao contrário do que seria expectável, os lugares de direcção ocupados por

1 Sobre estes estudos ver: Maria João Silveirinha (org.), *ex æquo*, nº 14, 2006, Porto: Edições Afrontamento; Rita Simões (2005), “A violência contra as mulheres nos *media*. Lutas de género no discurso das notícias”, Dissertação de Mestrado em Comunicação e Jornalismo (aguarda publicação).

mulheres nos media são praticamente inexistentes, um sem número de factores afectam a ligação entre o conteúdo mediático e os indivíduos que o produzem, factores esse que vão desde as políticas institucionais, aos valores, normas e rotinas profissionais, à necessidade de atrair audiências, à direcção neoliberal de propriedade dos *media* e ao entendimento dos seus produtos simbólicos como “mercadorias”, ou ainda ao perfil dos anunciantes. Nem sempre, por isso, as “representantes” podem afectar a imagem das “representadas” (Silveirinha, 2006, *ibidem*).

Os padrões fundamentais de representação mediática, que preocupam os movimentos de mulheres desde 1970, permanecem, mais de trinta anos depois, relativamente intactos, apesar de esta representação não se limitar, actualmente, às formas estereotipadas e monolíticas do tipo descrito nas análises de conteúdo das décadas de 1970 e 1980. Contudo, há um fio condutor comum que guia a teoria e crítica feministas dos *media*, desde as suas origens até ao presente: a sua dimensão explicitamente política.

Um passo importante foi dado quando Gaye Tuchman, em 1978, popularizou a noção de “aniquilação simbólica” das mulheres, denunciando uma forma de sexismo nos *media*. A invisibilidade mediática das mulheres e a manifesta ausência das suas argumentações têm contribuído para este “aniquilamento”. Esta crítica veio rapidamente a estabelecer-se em torno de dois eixos centrais: uma análise das estruturas de poder, nas quais as mulheres são sistematicamente subordinadas, e uma focalização nas políticas de representação e na produção de conhecimento, nas quais as mulheres surgem como objectos em vez de sujeitos activos. As preocupações daí resultantes produziram análises complexas da estrutura e do processo de representação, das estruturas culturais e económicas que os suportam, das relações sociais que produzem um discurso genderizado e da natureza da identidade genderizada. Isto exigiu que as pesquisadoras feministas dos *media* “criassem novos espaços de discurso, para reescrever narrativas culturais e para definir os seus termos a partir de uma outra perspectiva – a perspectiva a partir de ‘um outro lugar’ ” (de Lauretis, cit. em Gallagher, 2006: 12).

Gradualmente foram introduzidas na agenda questões como a mediação da violência masculina, sexualidade, pornografia, linguagem como controlo, assédio verbal, corpo, beleza, consumismo, moda e o estudo dos “géneros femininos”: revistas, telenovela, melodrama e romance.

Do ponto de vista da análise dos *media* por parte das feministas, as representações são encaradas como plurais, uma vez que os significados codificados nos textos mediáticos não são uniformes e chegam mesmo a ser contraditórios. Indagar da imagem das mulheres nos *media* em perspectivas que não se limitem à questão do estereótipo é, por isso, um passo necessário no sentido de pôr a descoberto a multiplicidade de factores envolvidos na produção dos textos mediáticos e também das múltiplas representações de mulheres.

Um dos percursos deste nosso trabalho tentará também ir nesse sentido.

2. OS CONTEÚDOS DOS *MEDIA*

A questão das mulheres “pelas quais se fala” ou “de que se fala” está no âmago da crítica feminista ao conteúdo dos *media* e da sua implicação na construção do género. Embora as análises quantitativas do conteúdo dos papéis de género e dos estereótipos tenham sido as mais frequentes durante a década de 1970, continuam hoje em dia a ter a sua utilidade, quanto mais não seja para gravar alguns dos elementos básicos de uma situação muito complexa.

Nesse sentido, Gallagher (2006: 18) relata dois estudos de monitorização global, sobre as notícias dos *media* durante um dia, levados a efeito em Janeiro de 1995 e Fevereiro de 2000, os quais nos merecem alguma atenção e reflexão. O primeiro estudo (1995), realizado por mulheres de 71 países, analisou mais de 15.500 histórias e o segundo (2000) foi realizado em 70 países, composto por uma parte quantitativa e outra qualitativa. O grau de concordância entre os resultados principais dos dois projectos de monitorização global foi digno de nota, embora não surpreendesse, podendo mesmo dizer-se que o mundo das notícias

poderia ter estado parado durante cinco anos. Vejamos, através de um quadro, o que revelaram os resultados quantitativos dos estudos.

Quadro 1

Monitorização global dos <i>media</i> durante um dia	1995	2000
Sujeitos das notícias do mundo do sexo feminino	17%	18%
Mulheres nas notícias na Ásia	14%	Análise qualitativa
Mulheres nas notícias na América do Norte	27%	
Mulheres como assunto de notícia nos campos da política e do governo	7%	
Mulheres como assunto de notícia nos campos da economia ou negócios	9%	
Mulheres como assunto de notícia nos campos da saúde e sociais	33%	
Mulheres como assunto de notícia nos campos das artes e do lazer	31%	

Monitorização global dos *media* durante um dia - 1995

A análise qualitativa do projecto realizado em 2000 mostrou uma ausência notória de vozes femininas nas notícias com conteúdo específico que diziam respeito às mulheres (aborto entre adolescentes, o direito ao divórcio, planos de maternidade, entre outros). A exclusão de pontos de vista das mulheres emergiu como manifestamente negligente e, mais uma vez, se provou a tendência, real e contemporânea, para ignorar as mulheres ou, melhor, de falar acerca de, em vez de com ou através das mulheres. Claude Alzon ilustra bem esta situação quando diz “*O homem reduziu a mulher a ser nada. Um nada não fala. É, pois, o homem que fala sobre a mulher, pela mulher.*”

Estes padrões persistentes de exclusão têm fornecido às feministas argumentos claros com que podem desafiar os *media*, cujos princípios incluem a obrigação de promover pluralismo e equilíbrio.

Um facto curioso a referir, relativamente a esta questão, diz respeito a um debate cujo território é familiar aos estudos sobre os *media*: o debate “cultura letrada - cultura de massas”. As “massas” são invariavelmente explicadas como um referente pejorativo das preferências culturais de “classe” (baixa). A juntar a este debate, Gallagher (2006: 19) dá a conhecer que Huyssen demonstrou que a dicotomia cultura letrada - cultura de massas também é permeada por considerações de género. Ele mostra como o discurso político, psicológico e estético, na viragem do século XIX para o século XX, coincidente, portanto, com o aparecimento do primeiro movimento feminista importante, genderizou consistentemente a cultura de massas e as massas como femininas, e, por isso, inferiores. Esta dicotomia padronizou fortemente a crítica e a análise dos *media*, que ignorou a feminilidade², o género e a sexualidade nas discussões do “político”.

3. OS *MEDIA*: “CONSCIENCIALIZADORES” PÚBLICOS DO PRIVADO?

Com o slogan “o pessoal é político”³, as feministas argumentaram a favor da abertura do campo político a questões antes consideradas privadas, como a violência sobre as mulheres e crianças.

O tema da discussão pública da violência doméstica reúne várias problemáticas. Por um lado, a reconceptualização do conceito de espaço público e, por outro, o papel que os meios de comunicação jogam nos fluxos

2 O *Dicionário da Crítica Feminista* define este termo como englobando simultaneamente o sentido de descoberta de si [mulher], isto é, da sua subjectividade e diferença em relação ao masculino, e o sentido do devir, isto é, «ser mulher» e/ou «tornar-se mulher», com origem, portanto, em estruturas sociais, na linha de pensamento de Simone de Beauvoir. Optamos pelo primeiro sentido por oposição ao termo *feminidade* que adoptamos como estereótipo que designa o conjunto de regras impostas à mulher pela sociedade patriarcal.

3 Princípio desenvolvido por Carol Hanisch, em 1970.

comunicacionais. Para as feministas, esse papel pode ter uma “dimensão emancipatória, uma vez que ajuda, por exemplo, à consciencialização pública dos problemas outrora privados” (Silveirinha, 2006: 67), embora os *media* sejam acusados de contribuírem para a desvalorização e silenciamento da violência contra as mulheres. Tal parece não acontecer apenas quando essa violência ocorre com figuras públicas mediatizadas, o que demonstra uma tendência para o sensacionalismo factual e para a atracção de audiências.

Através da análise, efectuada por Jeff Weintraub e Kumar Krishan (*ibidem*: 69), à dicotomia público / privado, Weintraub constata duas formas que lhe subjazem, pelas quais os termos se podem opor: “o que está escondido *versus* o que é aberto, revelado ou acessível e o que é individual *versus* o que é ou afecta o colectivo”. Acrescenta ainda que “ ‘público’ e ‘privado’ são usados descritiva e/ou normativamente, para distinguir diferentes tipos de acções humanas (...) e os diferentes domínios da vida social ou espaços sociais ou físicos em que elas ocorrem”. Para o autor, a análise social e política tem utilizado esta distinção segundo, pelo menos, quatro modelos: “o modelo económico-liberal que vê a distinção em termos de administração do Estado e da economia de mercado; a abordagem clássica da virtude republicana onde o termo ‘público’ está associado a comunidade política e a cidadania, distinguindo-se tanto do mercado como do Estado; a abordagem da sociabilidade destas esferas gerada por convenções culturais e dramáticas; e um quarto modelo de análise de “público” e “privado” que é utilizado pela análise feminista em termos da distinção entre família e as ordens da economia e da política” (*idem, ibidem*).

Para pensar o caso da violência doméstica mediatizada, muitas destas acepções e modelos se sobrepõem. Dar conta da complexidade deste problema envolve fazer, segundo proposta de Maria João Silveirinha (*idem, ibidem*), uma análise do modelo económico-liberal dos *media*, uma abordagem política onde o espaço público ideal é visto como um espaço de debate racional e de comunicação, uma abordagem aos dispositivos simbólicos de mediação dos espaços público e privado e ainda uma abordagem feminista a estes mesmos espaços.

Centremos a nossa atenção nas preocupações feministas.

A desconstrução da distinção entre público e privado é crucial para esta teoria crítica. Segundo Bethke Elshtain em *Public Man, Private Woman: Woman in Social and Political Thought*, referenciada em Silveirinha (2006: 70), “público e privado estão enraizados numa densa teia de significados e de intimações associadas a outras noções básicas: natureza, cultura, homem e mulher (...) o conteúdo, significado e alcance do público e do privado podem variar com as exigências de cada sociedade e despoletar as virtudes da vida política ou os valores da vida privada como ricos e vitais ou despojá-los, sozinhos no conjunto, do seu significado normativo”(idem, *ibidem*). Para Iris Marion Young, “o slogan feminista ‘o pessoal é político’ sugere que nem pessoas, nem acções, nem atributos pessoais devem ser excluídos da discussão pública e da tomada de decisão, embora a auto-determinação da privacidade possa ainda assim manter-se” (idem, *ibidem*).

Assuntos que aparentemente não podiam ser directamente articulados dentro do campo político tornaram-se parte dos argumentos em torno da cidadania. O alvo era sobretudo o aparentemente “natural” domínio da intimidade (família e sexualidade) enquanto lugar de relações de poder, construído legalmente e definido culturalmente, ou seja, a desconstrução da retórica da privacidade. Esta estratégia envolve, de acordo com Sheyla Benhabib (idem, *ibidem*), trazer a público questões privadas, “tematizando as relações de poder assimétricas sobre as quais assentou a divisão sexual do trabalho entre os géneros”. Para esta autora, podemos encontrar três significados de “privado” no pensamento político moderno. São eles, resumidamente: “a privacidade (...) compreendida como a esfera da consciência religiosa”; “(...) a não interferência do Estado no livre fluxo das relações comerciais e em particular a não intervenção no mercado livre”; a “esfera íntima” onde “se cumprem as necessidades quotidianas da vida, da sexualidade e da reprodução, do cuidado dos jovens, dos doentes e dos mais velhos” (idem: 71).

Na opinião de Silveirinha (*op. cit.*: 71), as tensões entre estes três sentidos podem encontrar-se no liberalismo, devido à protecção da liberdade e dos direitos individuais próprios deste pensamento. Contudo, o privado, aqui, não implica o pessoal, o íntimo ou o familiar, mas sim a sociedade civil “privada”, no sentido em

que não tem interferência do poder do Estado. Deste modo, a divisão, aparentemente binária entre o público e o privado, é, afinal, tripartida, pois inclui, também, uma terceira esfera, privada, que é a vida pessoal. Para a teoria feminista, é importante questionar as relações de poder que podem criar constrangimentos mais extensivos do que os do poder do Estado, nomeadamente no que toca à tematização desses constrangimentos, como por nós referido no Capítulo III.

Devido às várias correntes e perspectivas que têm atravessado as teorias críticas feministas, mais contemporaneamente, a desconstrução do público / privado teve várias implicações disruptivas: introdução de elementos de desunião entre a unidade das mulheres e ameaças às experiências da individualidade feminina. No entanto, estes episódios não tiraram relevância nem importância ao reconhecimento do problema da violência doméstica exercida sobre as mulheres. Pelo contrário, tornaram a prática política feminista mais emancipadora e clarificadora.

Mesmo sendo um tema já legislado, continua a ser fundamental uma consciencialização pública que o desencoraje, sendo neste ponto que a acção mediática tem certamente um papel muito relevante. Para Nancy Fraser, o próprio acto de descrição envolve poder, sendo fundamental reconhecer que “em sociedades do capitalismo tardio altamente estratificadas nem toda a gente tem a mesma relação face à privacidade e à publicidade; alguns têm mais poder que outros de traçar e de defender essa linha” (*ibidem*: 73). Importa também reconhecer que o papel dos *media* no espaço público não é simplesmente funcionar como transmissores de informações potencialmente positivas ou negativas para os actores envolvidos nestas enunciações e para os seus públicos em geral (caso de guiões dramáticos, de enredo novelesco, desempenhados por figuras públicas). Em 1997, Marian Meyers argumentava:

Os mitos e ideias prevalecentes sobre as mulheres, os homens e a violência, bem como os que dizem respeito à raça, idade e orientação sexual, são a cola que mantém o patriarcado (...). Reconhecer a existência de mitos patriarcais e de estereótipos dentro das notícias é o primeiro passo para mudar a

representação da violência doméstica contra as mulheres. O passo seguinte é os/as jornalistas recusarem-se a comprar e perpetuar a mitologia (Meyers, 1997: 124).

Como se referiu anteriormente, nenhum dos modelos do público e do privado pode, só por si, dar conta da complexidade da violência doméstica mediatizada. Por isso, e para isso, é também necessária uma abordagem política onde o espaço público ideal é visto como um espaço de debate racional e de comunicação.

Encontra-se, aqui, focalizado o ideal de espaço público, conceito delineado por Jürgen Habermas como um espaço baseado em normas de inclusividade e de universalidade, a partir da descrição da emergência, no século XVIII, de uma arena de debate crítico e racional – o espaço público burguês que privilegia o uso da razão no debate de questões de interesse comum. As limitações conceptuais da dicotomia público / privado são enfatizadas pelo autor numa formulação paradoxal deliberada que Silveirinha cita: “o espaço público burguês pode ser concebido acima de tudo como a esfera de pessoas privadas que se reúnem como um público” (2006, *op. cit.*: 71) para discutir questões de interesse comum (fora do Estado e mesmo contra este), situando-se assim como interface entre o domínio privado da sociedade civil e o domínio público da autoridade do Estado. Nestes termos, o espaço público burguês era essencialmente privado.

Este processo de colectivização e de formação de um público, a partir do privado e do individual, no entanto, só pôde fazer-se mediante duas circunstâncias: por um lado, o trabalho e a casa pertenciam ao domínio privado, por outro lado, entre a burguesia ascendente, a separação da casa do trabalho também significou uma crescente privatização do ambiente doméstico e da família. Habermas, em 1989, sugeria que as esferas íntimas da “família conjugal” estavam imbuídas de um espírito de intimidade, um lugar onde as pessoas entravam em “relações puramente humanas”⁴. Foi neste espaço privatizado,

⁴ Nancy Fraser critica Habermas a este respeito no ensaio *O que é crítico na teoria crítica? Habermas e género* (Revista *ex æquo*, nº 8, 2003, pp. 57-89).

portanto, que foi possível experienciar uma nova forma de individualidade e subjectividade e foi nessa experiência que, simultaneamente, o conceito de público passou a fazer sentido – o espaço público mantém-se público no sentido de que ele só existe pela publicidade, o modo pelo qual as opiniões pessoais podem evoluir pela crítica e pelo debate para uma opinião pública (*ibidem*: 74).

Ainda na mesma linha de pensamento, Silveirinha faz um paralelismo com Weitraub (1997): “está aqui presente a concepção de ‘público’ como ‘colectivo’ e de ‘privado’ como ‘individual’. A participação (individual) no espaço público burguês (colectivo) significava uma dupla identidade como proprietário (“burguês”) e como ser humano (“homme”): ‘a esfera pública burguesa baseou-se na identidade fictícia dos dois papéis assumidos pelos indivíduos privatizados que se reuniram para formar um público: o papel de proprietários e o papel de seres humanos, pura e simplesmente’, de acordo com Habermas. De realçar que o papel de proprietário (individual) é aqui fundamental na medida em que ele se joga simultaneamente com o de cidadão (colectivo)” (Silveirinha, *idem, ibidem*).

“Habermas, na opinião de Fraser, corrige, assim, a dicotomia tradicional do público e do privado, concebendo um espaço articulado entre quatro termos: a família, a economia (oficial), o Estado e o espaço público. Mas a reunião de ‘homem’, ‘proprietário’ e ‘cidadão’ acaba por produzir mais uma dicotomia: a de ‘homem público’ e ‘mulher privada’, como argumentou Elshtain em 1981” (*idem, ibidem*).

As teorias críticas feministas contestaram esta idealização do espaço público burguês, nomeadamente pelo seu androcentrismo⁵ que mascarou o “subtexto do género” na cidadania, e pela distinção entre reprodução material das sociedades, assente no trabalho assalariado, e a reprodução simbólica⁶, enraizada nos papéis femininos de cuidados das crianças, da sua socialização e transmissão da

5 Sandra Bem, no seu livro *The lenses of gender* (1993), identifica o androcentrismo como uma das três lentes de género (os outras são a *polarização de género* e o *essencialismo biológico*) que funcionam como suposições “ocultas” enraizadas nos discursos culturais, nas instituições sociais, na psicologia individual e que reproduzem, de forma invisível e sistemática, o poder masculino ao longo dos tempos (Nogueira e Silva, 2001a: 67).

6 A leitura feita por Nancy Fraser, sobre os conceitos de reprodução material e reprodução simbólica, encontra-se explanada por Maria José Magalhães (2005a) na sua tese de Doutoramento - FPCEUP, *Mulheres, Espaços e Mudanças: o pensar e o fazer na educação das novas gerações*.

herança cultural. Algumas teorias feministas revisionistas da democracia comunicativa rejeitam as distinções entre questões de justiça e de valor (ou vida boa), propostas por Habermas, em que as primeiras estão associadas a normas generalizáveis e as últimas a culturas mais privadas e subjectivas. Segundo estas críticas, no espaço público não se pode apenas discutir as questões de justiça, mas também as de valor. O caso da violência doméstica é um dos exemplos que mostra essa necessidade: se antes era considerada uma questão de valor, é agora uma questão de justiça, ou seja, a sociedade tem a responsabilidade de proteger as mulheres e as crianças no lar e não o fazer é injusto.

A questão da justiça remete-nos para a “plurivocidade” (Estêvão, 2004: 24) do seu discurso, que, actualmente, parece estar a transformar-se num discurso de justiça complexa ou num “discurso de gramáticas múltiplas e também conflituais”, segundo Hogan (*idem, ibidem*). Não sendo aqui o espaço para analisar profundamente as várias vozes críticas, gostaríamos, no entanto, de realçar, tal como Estêvão, as de Iris Young e Boaventura Sousa Santos. A primeira, pelo seu conceito relacional e multidimensional de justiça, entendida como a “eliminação da dominação e da opressão institucionalizadas” (*ibidem*: 33), pois é no contexto institucional que se incluem estruturas e práticas, regras e normas, linguagem e símbolos, que medeiam as interações sociais entre instituições do Estado, na família, na sociedade civil, bem como no local de trabalho. A segunda (Santos, *ibidem*: 28), pelo realce que dá quer aos vários conceitos de justiça, quer à sua orientação regulatória (perpetuação das relações de subordinação) ou emancipatória (sentido libertador). Apontando seis modos de produção de práticas sociais ou espaços estruturais de relações sociais, inclui aí o espaço doméstico, o da produção, o do mercado, o da comunidade, o da cidadania e o mundial. Estes espaços, num determinado momento, podem coexistir, pelo que também coexistem vários direitos (o doméstico, o da produção, o de troca, o da comunidade, o estatal e o sistémico) ou várias justças: a doméstica, a empresarial, a mercantil, a comunitarista, a estatal e a mundial (ou sistémica).

A pluralidade de justças é um facto, embora deva reconhecer-se também que a justiça veiculada pelo direito estatal é normalmente a dominante,

funcionando, por conseguinte, como um referencial regulador das restantes, com todos os constrangimentos daí advindos.

4. A ARENA POLÍTICA FEMINISTA E OS *MEDIA*

Até há pouco tempo, as inter-relações entre género, política e comunicação recebiam relativamente pouca atenção, mas a entrada das mulheres na arena política constitui um problema para as notícias: elas desafiam, simultaneamente, a autoridade masculina e, pela sua actividade e poder, uma categorização, até aí, simples. A prova-lo, estão os resultados de vários estudos feitos à percepção das mulheres como políticas por parte dos *media*. O enfoque é colocado na sua situação familiar, na sua aparência, na sua qualificação como “mulheres de ferro”, agressivas, beligerantes, ambiciosas ou sedentas de poder, quando o seu comportamento não obedece à forma considerada apropriada-em-termos-de-género, em suma, na não verificação do *status quo* do masculino como norma. Os *media* ainda não romperam com a divisão público-privado que caracteriza as definições e relações de género na vida social e política.

Perante esta realidade, o activismo feminista é motivado pelo imperativo de que tem que ser dada maior importância às perspectivas e agendas feministas na política, precisamente para que as divisões baseadas no género, em relação ao público e ao privado, sejam reduzidas (Gallagher, 2006: 23).

O perturbador desafio do feminismo – mesmo quando considerado teórica e politicamente desejável - pode ser muito difícil de gerir e de digerir. As palavras de Stuart Hall (1992) são reveladoras desta contradição que há muito já deveria ter sido ultrapassada pela academia:

Muitos de nós, no Centro⁷ - principalmente os homens, claro - pensámos que estava na altura de haver bom trabalho feminista, nos estudos culturais...Sendo bons homens transformados, estávamos a abrir a porta aos estudos feministas. E, no entanto, quando estes irromperam pela janela, vieram à superfície todas as resistências nunca antes suspeitadas - era o poder patriarcal plenamente instalado, que se pensava ter renunciado a si próprio (Stuart Hall, 1992: 282).

⁷ Centro para Estudos Culturais Contemporâneos – Universidade de Birmingham

CAPÍTULO II – VIOLÊNCIAS: ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL

Examinar a sua própria experiência de abuso e apoiar as mulheres que dele sofressem, levou ao reconhecimento desta temática como problema social e à sua regulação⁸. A preocupação dos movimentos feministas com esta matéria conduziu ao reconhecimento legal da violência doméstica como “crime público”, estabelecendo a lei penas criminais em casos de violência exercida contra um cônjuge⁹.

Ulrich Beck afirma que “as relações de género não envolvem apenas ‘tópicos como sexualidade, afecto, casamento, parentesco e por aí diante’, mas incluem também ‘trabalho, profissão, desigualdade, política e economia’. E se a família e o casamento são questões importantes nesta problemática, como o autor afirma ‘quem quer que discuta sobre a família tem também de discutir trabalho e dinheiro’, assim como ‘quem quer que discuta sobre casamento tem também de discutir formação, profissões e mobilidade e especificamente sobre distribuição desigual apesar dos pré-requisitos actuais de igualdade’” (Beck, em Magalhães,

8 É o caso das várias abordagens ao tema pelo Conselho da Europa, tendo o Comité das Ministros adoptado, a 30 de Abril de 2002, a Recomendação sobre a Protecção das Mulheres contra a Violência. Refira-se também a resolução da Comissão dos Direitos Humanos, 2002/52, sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres. E, ainda, no âmbito das Nações Unidas, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, adoptada pela Assembleia Geral em 1979, e a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres. Igualmente importantes foram a 4ª Conferência Mundial sobre as Mulheres em Pequim, em 1995, e a Sessão Extraordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas “Mulher 2000: Igualdade entre os Sexos, Desenvolvimento e Paz no Século XXI”.

9 Em Portugal, a violência contra as mulheres na esfera doméstica passou a ser identificada como problema social a partir dos anos de 1980. A evolução da legislação desta matéria principia em 1983, com a entrada em vigor do Código Penal (Dec-Lei nº 400/82, de 23 de Setembro) onde são introduzidas importantes alterações, nomeadamente, no que diz respeito a maus tratos entre cônjuges. Em 1995, a revisão da Lei Penal (Dec-Lei nº 48/95, de 15 de Março) agrava as penas dos crimes de maus tratos físicos do cônjuge e os crimes sexuais. Em 2000, através da Lei nº 7/2000, de 27 de Maio, o crime de maus tratos físicos e psíquicos ao cônjuge, a quem conviva em condições análogas às dos cônjuges ou a progenitor comum em 1º grau passou a ter natureza de crime público, punido com pena de prisão de 1 a 5 anos, e ainda com pena acessória de proibição de contacto com a vítima, incluindo afastamento da sua residência, por um período máximo de 2 anos (art.º 152º/2 e 6 CP), não sendo necessária a apresentação de queixa por parte da vítima.

2005b: 1). E é nesta teia complexa de articulações, tensões e sobreposições que entendemos o problema da violência contra as mulheres nas relações de intimidade que se constituem como um eixo fundamental de silenciamento e constrangimento nas vidas das mulheres.

Os conceitos de violência são variados, exprimem coisas diferentes e entroncam em perspectivas e pontos de vista diversos. É esta clarificação que vamos apresentar, em torno das noções de violência doméstica, familiar ou conjugal e violência contra as mulheres ou violência de género, assim como o conceito de vítima, enquadrado pelas teorias críticas feministas.

1. O PESSOAL É POLÍTICO: A “REVOLUÇÃO” TEÓRICO-CRÍTICA FEMINISTA

Na perspectiva antropológica, algumas autoras e alguns autores têm produzido reflexões em torno do patriarcado e da forma como este sistema social foi sendo construído historicamente. O patriarcado é uma estrutura de poder e dominação perpetuada até à actualidade, como sólidos “cimentos” da sociedade. Caracteriza-se por reconhecer aos homens e às mulheres uma condição desigual, baseada na superioridade daqueles sobre estas, concedendo aos varões um poder quase ilimitado sobre a pessoa e os bens das mulheres e da sua prole. Como consequência desta concepção no patriarcado, existe uma repartição desigual do poder entre homens e mulheres, a par com uma distribuição de funções de acordo com o género a que as pessoas pertencem. A subordinação das mulheres ao poder masculino no plano familiar, sexual, económico, social e político deriva do sistema patriarcal.

Este fenómeno, apesar de ter contribuído para o desenvolvimento das ciências e dos avanços técnicos, foi também crucial para o estabelecimento de sistemas políticos e económicos baseados na competição, no autoritarismo e na opressão.

Leonardo Boff (2002) argumenta da seguinte forma:

Como categoria de análise, o patriarcado não pode ser entendido apenas como dominação binária macho-fêmea, mas como uma complexa estrutura política piramidal de dominação e hierarquização, estrutura estratificada por género, raça, classe, religião e outras formas de dominação de uma parte sobre a outra. Essa dominação plurifacetada construiu relações de género altamente conflituosas e desumanizadoras para o homem e principalmente para a mulher. (Boff, em Menezes, 2003: 2).

Uma sociedade estruturada no patriarcado, submetida a um mundo definido, guiado pelos costumes dos homens e por aquilo que eles pensam ser o mais adequado, está também patente na seguinte reflexão de Tótila Albert:

Procurando a causa da falta de unidade entre os seres humanos e da grande confusão em que se encontra mergulhada a maior parte da humanidade, criticam-se como culpados a Igreja e o Estado, mas nunca se dá o último passo: deslocar a responsabilidade para o criador de tais instituições, para quem, fazendo uso do poder, atribuiu a si mesmo valor absoluto e se apropriou do direito de vida ou morte da família, considerando-a como propriedade sua e apoderando-se dos seus bens. Chegou a altura de não nos ocuparmos apenas com os sintomas mas com a doença enquanto tal, reconhecendo o patriarcado como a origem das nossas imperfeições e da artificialidade da nossa forma de vida. (Albert, 2005).

A continuidade e a estabilidade deste sistema social, cujos valores, e correspondente mentalidade dominante, interpretam diferenças biológicas como diferenças em termos de capacidades, interesses legítimos e até de valor humano, são garantidas pela padronização das relações entre os dois sexos.

É na segunda vaga dos feminismos, entre 1960 e 1980, que são apontados vários factores para a desigualdade de género. A euforia empresarial resultante da explosão económica posterior ao pós-guerra e o rápido e consequente aumento dos padrões de vida em alguns países chamaram as mulheres a participar no mercado de trabalho, o que lhes deu uma imagem completamente diferente. Também nesta época se inicia a preocupação com a política interpessoal e com a noção da desvantagem das mulheres, não só na esfera

pública como também na esfera privada, o que dá origem ao slogan tão conhecido, e já por nós referido, “o pessoal é político”.

Assim, o conceito de patriarcado – dominância do poder pela ideologia masculina – como a fonte mais potente de opressão das mulheres, tornou-se fundamental em todas as análises. A ideia da opressão feminina, tanto no trabalho como no seio da família nuclear, revela-se central em todas as expressões. Como refere Nogueira (Nogueira et al., 2003: 12), citando Segal, o “estridente” ressurgir do feminismo como movimento de libertação das mulheres no Ocidente, no fim dos anos 1960, tomou a forma de uma crítica fundamental à família. O que preocupava as feministas de então era a percepção das mulheres como seres dependentes, subvalorizados e frequentemente isolados, principalmente aquelas que se dedicavam à família a tempo inteiro. O criticismo feminista sobre a ideologia prevalecente da existência da família nuclear como uma instituição imutável, natural e necessária, sugeria que aquela representava apenas uma mera glorificação hipócrita da maternidade que acarretava desigualdades de poder entre os membros de um casal.

Para a construção desta imagem também muito contribuiu o clássico entendimento liberal e marxista de que a actividade económica é uma realidade cujos contornos estão inteiramente separados da actividade doméstica não remunerada feminina (Pateman, em Simões, 2005: 32). Nesse sentido, as feministas reivindicaram a reordenação do espectro económico da sociedade, exigindo o abandono da tradicional divisão sexual do trabalho, aquando da distribuição das tarefas familiares e profissionais, de forma a encarar-se as duas esferas como co-responsabilidade de ambos os sexos.

Como se pode inferir, a riqueza e a complexidade das teorias críticas feministas não permitem tentativas de classificação simplistas e pressupõem a continuação de “revoluções”, não isoladas, mas integradoras.

2. VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UMA CONSTRUÇÃO E UM PROBLEMA SOCIAIS

A origem da violência de género encontra-se em causas sociológicas que levaram as mulheres a defrontarem-se com uma situação de desigualdade real em relação aos homens. A discriminação de género subsiste e contribui para a manutenção de desigualdades de oportunidades e de poder, que também se manifestam sob a forma de violência. As mulheres são o alvo deste tipo de violência devido ao papel social que desempenham e, evidentemente, pelo facto de serem mulheres. Portugal não é excepção, como o demonstram algumas investigações neste domínio (Lourenço, Lisboa e Pais, 1997; Lisboa, Barroso e Marteleira, 2003b).

Não querendo aqui fazer apologia à “vitimação das mulheres”, fenómeno já por nós enquadrado nas várias vagas dos feminismos, consideramos que a violência de género é um fenómeno multicausal que tem a sua origem na organização social patriarcal. A violência contra as mulheres, ou violência de género, é a manifestação mais cruel do exercício abusivo do poder por parte dos homens; pressupõe a subjugação do feminino e, por conseguinte, a sua desvalorização. Dobash e Dobash, citados em Pais (1998: 77), defendem que a violência dos homens contra as mulheres constitui uma forma de exercício do poder e de preservação de *status*, podendo à virilidade e poder associar-se a agressividade e violência. Nesta perspectiva, a violência manifesta-se na privação de outrem do seu poder, sendo uma manifestação de impotência. Impotência porque o indivíduo se recusa a aceitar a sua perda de poder e, por isso, na tentativa de o preservar, usa uma força maior, isto é, pretende onipotência para resolver, com o uso da força, a sua situação de impotência (*ibidem*: 78).

Inúmeros exemplos retratam a associação da violência à masculinidade, embora isto não se deva a razões de ordem moral ou biológica, mas fundamentalmente às relações sociais que diferenciam os lugares e as

identidades sociais para ambos os sexos. Refira-se, a propósito, que a própria masculinidade tem sido alvo de vários estudos que apontam para um enquadramento semelhante. Explicando e exemplificando, vários estudos, levados a cabo por Paul Willis (1977), Robert Connell (1987, 1989, 1995, 1996), M. Mac an Ghaill (1994/1997, 1988, 2000), Miguel Vale de Almeida (1995), C. Mclean (1995), R. Gilbert e P. Gilbert (1998), P. McLaren (1986, 1998), Suzanne Hatty (2000), M. O'Donnell e S. Sharpe (2000), Luísa Saavedra (2001) e Christine Skelton (2001), têm contribuído para clarificar as diversas interações que se estabelecem entre género, raça/etnia e classe social, fora e dentro do mesmo sexo, ao nível da identidade, e ajudar a compreender o papel que a própria interação entre os sexos/géneros tem na construção das identidades. Estes estudos vieram chamar a atenção para o facto de os homens estarem sujeitos à mesma diversidade que as mulheres, desenvolveram os conceitos de masculinidades hegemónica (definida em termos daquilo que não é: um homem não é uma mulher, um homem não chora, um homem não sente), subordinada, cúmplice e marginalizada. De uma forma global e um pouco reducionista, visto o nosso estudo não ser sobre estas questões específicas, essas investigações permitiram concluir que a cultura masculina está carregada de paradoxos e que, tal como todos os discursos hegemónicos, a masculinidade é um discurso diversificado que apresenta variações de acordo com os contextos e as diferentes formas culturais (Saavedra, 2004: 109).

Retomando, então, a nossa exposição, destacamos, seguidamente, as violências contra as mulheres, pela sua evidência empírica e inclusão na violência de género.

3. AS VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES: INTER-RELAÇÕES E COEXISTÊNCIA

A violência contra as mulheres deve ser entendida e combatida como violência estrutural, porque se materializa em qualquer aspecto da vida e transmite-se a partir dos mecanismos de socialização: a educação diferente e discriminatória de raparigas e rapazes, a divisão sexual do trabalho, o uso

discriminatório dos tempos e dos espaços, a educação dos afectos, a linguagem (Terrón, 2006: 36). As mensagens quotidianas recordam às mulheres que devem ser como se espera que sejam: bonitas, caladas, submissas e condescendentes.

Como estrutural que é, a violência adopta diferentes modos de se manifestar, revelando como o sistema patriarcal se consolida e se perpetua como mecanismo de controlo. Deste modo, as modalidades são várias: simbólica, cultural, económica, institucional, na comunidade e na intimidade.

A violência simbólica, definida pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu como “a dominação masculina, que faz da mulher um objecto simbólico, cujo ser é ser-percebido, tem o efeito de colocar as mulheres num estado permanente de insegurança corporal, ou, melhor dizendo, de alienação simbólica. Dotadas de um ser que é uma aparência, estão tacitamente ameaçadas a manifestar uma espécie de disponibilidade (sexuada e, eventualmente, sexual) em relação aos homens” (*ibidem*: 37). As mulheres, alienadas de si mesmas, são sobretudo corpo, suporte físico de agressões. Esta despersonalização das mulheres, esta “coisificação” própria da actual sociedade tecnocrática é o estrato mais profundo que suporta a violência de género. A violência simbólica é invisível e funde-se com a nossa psique para ir moldando as nossas identidades.

A violência cultural invisibiliza as mulheres na história da humanidade, bem como o seu contributo para o desenvolvimento económico, político, tecnológico, científico, cultural, educativo e relacional.

A violência económica, forma terrível de violência, é, por um lado, responsável pela morte e sofrimento de 2/3 da população feminina empobrecida do planeta e, por outro, converte a pobreza num obstáculo que impede as mulheres de escapar a outras formas de violência, tornando-as vulneráveis e alvo de exploração, prostituição, pornografia, violação, etc.

A violência institucional, praticada ou tolerada pelo Estado ou pelos “agentes estatais” (polícia, guardas prisionais, funcionários da imigração, soldados, etc.), discrimina e maltrata as mulheres (e os homens) através de costumes ancestrais, (a violação relacionada com o dote matrimonial e a honra, o suicídio ou lesões auto-infligidas “para preservar a honra”, a mutilação genital feminina), das leis

políticas e religiosas, da tolerância perante a violência e, ainda, pela selecção pré-natal em função do sexo.

A violência contra as mulheres na comunidade materializa-se pelos actos de violação, abusos sexuais, assédio e agressão sexual no trabalho, instituições educativas e outros lugares, pelo tráfico de mulheres, pela prostituição e pelo trabalho forçado, bem como pela violação e outros abusos por parte de grupos armados.

A violência contra as mulheres nas relações de intimidade ou violência doméstica ou familiar é a violência exercida pelo/a parceiro/a ou pelos homens da família, os abusos sexuais, a violação na família e a que se relaciona com a honra, a violação conjugal, a violência física, psicológica e emocional, o homicídio, o descuido e os maus-tratos.

Todas estas modalidades de violência estão relacionadas entre si e, muitas vezes, coexistem umas com as outras. Não podem ser tratadas de forma excludente, porque a violência pode ser, simultaneamente, física, psicológica e/ou sexual. Ao subsistirem em todas as sociedades do nosso planeta relações baseadas na desigualdade e na subordinação de um sexo ao outro, as mulheres “oferecem” as condições óptimas para serem convertidas em objectos de agressão.

4. DO ACTIVISMO RADICAL PARA O *MAINSTREAMING*

O conceito de “violência contra as mulheres no seio da família” emergiu como um problema generalizado através do activismo feminista da chamada “segunda vaga”. Despontou nos anos 1970, em oposição a outros conceitos mais *técnicos* e falsamente neutros como “violência no casal” ou “violência familiar”, evidenciando o carácter patriarcal da sociedade industrial e capitalista.

Para as teóricas críticas feministas, nomeadamente Carol Hagemann-White, este conceito “consistia numa posição de que a violação e os maus-tratos não são causados pela personalidade individual ou padrões de comportamento individuais,

mas estão enraizados na sociedade patriarcal” (1998: 178). Esta violência nega a individualidade da vítima e redu-la ao facto de ser mulher e, por isso, violável, violentável: é isto que magoa todas as mulheres quando se ataca uma (*idem; ibidem*). A violência contra as mulheres não emerge no lado negro de uma sociedade largamente civilizada, mas exactamente no seu centro; não contradiz a norma, mas estende-a até às suas consequências lógicas (Magalhães, 2005b: 2).

O conceito de violência contra as mulheres moveu-se para o interior do *mainstreaming* do discurso público e o problema passou a ser discutido, não em termos de azar individual, mas em termos de justiça social. Existe uma consciência generalizada de que os homens infligem injúrias sexuais, emocionais e físicas sobre as mulheres e de que a sociedade é responsável por oferecer segurança e recursos às mulheres assim injuriadas.

Tornar pública a violência no privado foi um contributo profícuo, no sentido de levantar a consciência política colectiva das mulheres enquanto grupo. Trouxe para a “praça” questões importantes como: a atribuição do cuidar às mulheres; a responsabilidade pelo bem-estar nas relações de intimidade; a ideologia do amor romântico (o “príncipe encantado”); a maior exposição das mulheres à dependência económica (são mais susceptíveis de desemprego); a ideologia da complementaridade dos papéis das mulheres; o sentimento da posse das mulheres, “propriedade “ dos homens; a “expressividade” ou “liderança emocional” das mulheres (Pais, 1998: 79); a estereotipia e os tipos e papéis de género.

No entanto, apesar dos esforços desencadeados, a violência de género ainda é percebida como parte de um problema com outro nome e misturada na amálgama dos serviços sociais, legais, de psicologia ou de sociologia. Assim, os maridos baterem nas suas esposas é apenas um exemplo do conflito conjugal ou, talvez, um aspecto do familiar, em conjunto com o alcoolismo, a negligência das crianças e o divórcio, o que torna o termo “casal violento” supressivo, por completo, de quem agride quem. Mary Maynard (1993: 115) relembra as reacções desvalorativas da comunidade médica e das autoridades policiais, por volta dos anos de 1970. Essas reacções chegaram a denegrir a imagem das mulheres que

se empenharam em campanhas activistas para dar visibilidade ao problema das violações sexuais e da violência de género.

A Declaração sobre a Eliminação da Violência Contra as Mulheres, adoptada em Dezembro de 1993 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, afirma:

A violência contra as mulheres é uma manifestação da desigualdade histórica das relações de poder entre sexos, que conduziram à dominação sobre as mulheres e à discriminação contra as mulheres por parte dos homens, e à obstaculização do seu pleno progresso... .

Não se pode, igualmente, deixar de referenciar a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), a qual é habitualmente designada como uma “Carta de Direitos” internacional das mulheres, na medida em que estabelece as condutas que constituem actos discriminatórios contra as mulheres, instituindo uma “agenda” para orientar as acções nacionais de combate contra tais actos discriminatórios.

Em Portugal, só a partir da década de oitenta é que a violência doméstica foi identificada como um problema social. Com a criação, na década de noventa, de legislação especificamente voltada para as vítimas de violência doméstica, Portugal passou, assim, a dar resposta não só a um problema social cuja consciencialização dos seus efeitos nas vítimas e nas famílias onde ocorre é crescente, como foi ao encontro de um conjunto de recomendações europeias desenvolvidas neste domínio. Com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 55 /99 é aprovado o Plano Nacional contra a Violência Doméstica (2000-2003). Trata-se de um plano destinado às vítimas particularmente vulneráveis à violência doméstica, nomeadamente às crianças, às mulheres e aos idosos. Neste plano existe também uma preocupação de integração social dos agressores, na medida em que considera a possibilidade destes (re)aprenderem comportamentos destituídos de violência. Seguiram-se o II Plano Nacional contra a Violência Doméstica (2003-2006) e o III Plano Nacional contra a Violência Doméstica (2007-2010). Este III Plano aponta para uma consolidação de uma política de prevenção e combate à violência doméstica, através da promoção de uma cultura para a cidadania e para a igualdade, do reforço de campanhas de informação e

de formação, e do apoio e acolhimento das vítimas numa lógica de reinserção e autonomia. Tem como objecto primordial de intervenção o combate à violência exercida directamente sobre as mulheres, no contexto das relações de intimidade, sejam elas conjugais ou equiparadas, presentes ou passadas. Esta opção abrange ainda a violência exercida indirectamente sobre as crianças que são testemunhas das situações de violência interparental, naquilo que se designa por violência vicariante.

Importa salientar ainda que este conjunto de medidas legislativas, embora possam ter surgido da crescente consciencialização pública face a um fenómeno que também era necessário intervir ao nível legal, vieram ao encontro de um conjunto de recomendações internacionais que desde a década de oitenta se têm vindo a produzir neste domínio. Desde que se começaram a recolher dados sistemáticos sobre a violência doméstica, este fenómeno tem vindo a registar uma tendência crescente. A Polícia de Segurança Pública, tal como a Guarda Nacional Republicana, passaram, a partir de Março de 1998 (Despacho n.º 16/98), a registar de forma autónoma o crime de violência doméstica. Esses dados deram origem ao Primeiro Relatório Nacional (1999) sobre este fenómeno.

5. MULHERES (E CRIANÇAS) NUM CONTEXTO DESESTRUTURADO

Violência doméstica¹⁰ e violência na família são outros conceitos que enfatizam as agressões e abusos no seio familiar, no lar, tornando-se importantes por constituírem, em si mesmos, desafios à ideologia da família ideal, ao mostrar como essa é também uma realidade opressora, hierárquica. Assim, aquele espaço, que deveria constituir um lugar de tranquilidade, é muitas vezes um lugar

10 Noção de violência doméstica no I Plano Nacional contra a Violência Doméstica (2000): «qualquer conduta ou omissão que inflija, reiteradamente, sofrimentos físicos, sexuais, psicológicos ou económicos, de modo directo ou indirecto (por meio de ameaças, enganos, coacção ou qualquer outro meio), a qualquer pessoa que habite no mesmo agregado doméstico ou que, não habitando, seja cônjuge ou companheiro ou ex-cônjuge ou ex-companheiro, bem como a ascendentes ou descendentes». (2000: 31) Podemos também encontrar definições de violência doméstica em diversos documentos das organizações internacionais, por exemplo, a da UNICEF (2000) apresentada no documento "Domestic Violence Against Women and Girls": «domestic violence (...) includes violence perpetrated by intimate partners and other family members and manifested through: physical abuse (...), sexual abuse (...), psychological abuse (...), economic abuse (...). Acts of omission are also included as a form of violence». (Lourenço e Carvalho, em Magalhães 2005a, *op. cit.*: 41)

de medo e, por vezes, de terror. Este conceito engloba diversos tipos de abusos, para além dos que se verificam contra as mulheres: contra as crianças, os idosos e, eventualmente, embora numa proporção muito menor, contra os homens. Neste sentido, o termo é importante por desafiar essa instituição que muitos teimam em manter numa privacidade obscura onde os direitos de cidadania parecem não ter entrado.

No entanto, tal como o de violência conjugal, pode levar a esconder o carácter genderizado da maior parte da violência na nossa sociedade, isto é, ocultar quem são as “rapaces” e quem são as “presas”, se nos é permitido colocar as “classes” nestes termos. Assim, o conceito de violência contra as mulheres¹¹ parece mais claro e explicativo para conceptualizar o fenómeno e equacionar formas para a sua transformação. Também é, do ponto de vista sociológico, mais explicativo: por um lado, porque em termos da sua expressão numérica, a violência perpetrada contra as mulheres no espaço doméstico e das relações de intimidade ultrapassa os 90% em comparação com os casos de violência contra os homens; por outro, e que nos parece fundamental, o tipo de agressões é diverso e as consequências diferentes, muito graves e muitas vezes irreversíveis, para a individualidade destas mulheres.

A violência contra as mulheres no seio familiar, doméstico ou das relações de intimidade, articula-se com a situação mais geral de subordinação das mulheres nas outras esferas da vida social (simbólica, cultural, económica, institucional, na comunidade, como referimos atrás neste Capítulo. Realiza-se num contexto ideológico e simbólico em que, segundo Magalhães (2005b),

os homens *mandam e têm poder* sobre as mulheres, traz consigo uma *história* e uma tradição, com influência directa em alguns contextos e indirecta noutros, onde os homens tiveram poder de vida e de morte sobre as esposas e as filhas, legitimado pelos estados e pelas leis, ou mais recentemente, se o poder não era de

11 Em Beijing, 1995, a Violência Contra as Mulheres ficou assim definida: “qualquer acto de violência baseado no género de que resulte ou possa resultar sofrimento ou lesão física, sexual ou psicológica para as mulheres, incluindo a ameaça da prática de tais actos, a coacção ou privação arbitrária da liberdade, quer ocorram na esfera pública quer na privada” (Agenda Global, Plataforma de Acção de Pequim, 1995: 87).

vida e morte em sentido literal, a agressão e o assassinio *eram* tolerados. Mais ainda, a ordem simbólica patriarcal desvaloriza o sofrimento e as dores das mulheres, o que nesta questão significa, de alguma forma, aceitação, pelo menos parcial, da violência masculina (Magalhães, 2005b: 3).

Desta forma, ficam mais claras as razões da violência e verifica-se que as mulheres são, de longe, muito mais agredidas pelos seus íntimos e no espaço do seu lar. Permite, ainda, levantar a questão da violação, que não tem sido muito tratada no nosso país. Simões (2005: 29) cita Pickup *et al.* para referir que mais de metade dos casos registados à escala mundial revela que vítimas e agressores são conhecidos, ocorrendo a maioria das violações no lar. A denúncia da violência contra as mulheres e da violação (dentro ou fora do casamento) é outra das reivindicações do feminismo de segunda vaga, onde as obras de Kate Millet (1963) e de Susan Brownmiller (1975) foram marcos fundamentais.

Esta temática tem, também, estado no cerne das polémicas sobre vitimização e agência no seio do movimento feminista e das perspectivas teóricas feministas. Os *media* têm prestado muita atenção às feministas que criticam a “mentalidade vitimizada”. O “poder feminista” surge, assim, “como reacção e remédio para os excessos do ‘feminismo vitimizado’ preocupado com a violação, humilhação e abuso que as mulheres enfrentam na sociedade contemporânea” (Dean 1997: 4). Todavia, Kathleen Jones (*idem, ibidem*) resitua a ideia de que todas as mulheres “são vítimas” pelo facto de uma se “ter tornado” vítima. Ela quebra a oposição entre “vítima” e “mulher poderosa”, a mulher que pensa “Isto nunca me acontecerá”. Esta oposição, defendida pelo “poder feminista”, cria uma distância protectora que pode impedir que se compreenda a complexidade da violência contra as mulheres e que impede o assumir de responsabilidades pelas mulheres que nos rodeiam. Um estudo publicado em 1992 por Philip Schlesinger *et al.* (Simões, 2005: 31) mostrou que as mulheres sem experiências pessoais de violência encaram as agressões como algo abstracto e distante do seu quotidiano. Neste sentido, importa questionar se as mulheres são vítimas¹² ou

12 Magalhães (2005b: 5) refere que algumas/ns autoras/es fazem uma distinção entre o conceito de vitimação e de vitimização para ajudar a compreender a complexidade deste fenómeno. Assim, segundo Azevedo e Guerra (*ibidem*), a vitimação constitui o processo de ‘alto risco’ para o que

não. Será que considerá-las vítimas não significa reforçar o seu lugar secundário na sociedade? Como sair deste aparente paradoxo? (Magalhães, 2005b: 5)

No final da década de 1970, Lenore Walker (1979) foi a primeira investigadora a extrapolar as descobertas iniciais sobre o desânimo aprendido (*helplessness*) às mulheres espancadas, que denominou de Síndrome da Mulher Batida (BWS, também designado síndrome de Walker, em homenagem à sua autora), o qual, apesar das controvérsias científicas, se tem mostrado útil na conceptualização do fenómeno e, sobretudo, na intervenção no terreno¹³. Esta síndrome pode ser conceptualizada como um conjunto de características provocadas pelo abuso que tornam a vítima com mais propensão a manter-se na relação e menos capaz de lhe escapar. A crença da mulher maltratada de que a fuga é impossível e a depressão que acompanha esta crença levam ao seu “armadilhamento” na relação (*idem, ibidem*).

Magalhães (2005b) refere, também, como a sociedade culpa as mulheres e o fenómeno em espelho de elas se culparem a si mesmas e às outras. Chama a atenção para o que algumas autoras e alguns autores propõem: as mulheres espancadas podem culpar-se ou por causarem o abuso ou por tolerá-lo. Em qualquer caso, é sempre autoculpabilização, o que conduz à produção de culpa. Magalhães relembra Erica Jong: “mostrem-me uma mulher que não se sinta culpada e eu mostro-vos um homem. Esta culpabilização articula-se com o facto de a socialização genderizada atribuir às mulheres a responsabilidade pelo mundo dos afectos e pelo espaço privado, o que tem como consequência elas assumirem a violência como o seu falhanço na incapacidade de construir a família

contribuem diversos factores, inclusive a conjugação da violência estrutural (económica, racista, homofóbica, de idade, de género, etc.) com uma situação particular em que indivíduos específicos utilizam as suas prerrogativas para vitimizar outras pessoas, isto é, em que a situação particular se conjuga com a situação mais estrutural para assegurar que os privilégios dos grupos sociais dominantes sejam assegurados e que os direitos da maioria da população sejam destruídos. Portanto, vitimação reserva-se para as situações que se podem constituir como condições de vitimização. A vitimização seria um conceito mais reservado para os processos concretos onde este extremo de relação de força e de poder se estabelece entre pessoas concretas.

13 Para além do SMB [BWS], Lenore Walker também caracterizou o ciclo da violência doméstica, constituído por três fases: a fase da tensão crescente; o incidente de violência aguda ou a explosão; a calma, *loving respite*, que outras autoras designam de «fase da lua de mel» (Magalhães 2005b: 5).

ideal, isto é, nos termos dos contos infantis, em transformar o ‘monstro’ em ‘príncipe encantado’” (Magalhães, 2005b: 8).

As mulheres que vivem numa relação abusiva, ao centrarem todos os seus esforços no estabelecimento de estratégias de comportamentos de satisfação do agressor no sentido de evitar o abuso, canalizam toda a sua energia para conseguir que o agressor fique contente para não espoletar situações ‘provocadoras’ de violência. No entanto, os estudos mostram que, façam o que fizerem, poucos efeitos obtêm sobre as agressões e o agressor¹⁴. Como argumenta Magalhães (2005b, *op. cit.*), “quando uma mulher vive com violência, o agressor torna-se o ‘veio’ de transmissão da sua existência. As mulheres vítimas de violência concentram os seus esforços e energias a tentar fazer parar a violência ou a mudar o agressor¹⁵, o seu comportamento, a sua personalidade, a sua forma de ser. Na sua subjectividade, analisam e agem de forma a tentar responder prontamente às percepções e às necessidades e desejos dos agressores para terem paz e sobreviverem. Neste processo, com o tempo, estas reacções entram em metamorfose num padrão de resposta emocionalmente baseado e não cognitivamente baseado”, sendo este aspecto uma das razões que lhes dificulta a saída da relação, porque as mulheres espancadas estão demasiado ocupadas a reagir reflexivamente para poderem entrar no mundo do pensamento objectivo e claro, o que as impede de focar directamente na sua própria fuga” (Magalhães, 2005b: 9). É esta complexidade do processo de vitimização que explica as principais razões pelas quais as mulheres se mantêm nas relações abusivas¹⁶.

14 Magalhães (*op. cit.*) cita alguns estudos que nos fornecem alguns exemplos concretos e nos permitem retirar algumas ilações: “... o comportamento das mulheres espancadas tem poucos efeitos de longa duração no que acontece na relação. Se ela deixa de falar com os amigos ao telefone porque isso o aborrece, mais tarde ou mais cedo outra coisa qualquer vai fazer disparar o comportamento controlador ou o episódio violento. Mesmo a sua resolução efectiva de problemas pode apenas adiar o abuso; não o parará. Apoio para a falta de controle que as mulheres espancadas têm sobre o comportamento do agressor vem de um estudo de discussões entre casais abusivos. Nenhum dos comportamentos da vítima conseguiu fazer suspender a violência do marido uma vez iniciada.”

15 No estudo realizado por Magalhães (*op. cit.*), as técnicas entrevistadas, que trabalham em gabinetes de informação, núcleos de atendimento ou centros de atendimento às mulheres vítimas de violência, afirmam que um dos pedidos recorrentes de algumas mulheres é que as ajudem a mudar o marido ou companheiro.

16 LaViolette e Barnett, citadas em Magalhães (*op. cit.*), fazem um paralelismo com experiências laboratoriais e argumentam: “algumas pessoas pensam que abandonar uma relação é fácil, e que as mulheres abusadas devem gostar de serem magoadas porque senão elas não ficariam. Não há indicação de que as mulheres abusadas gostem de uma boa pancada. Nada nas experiências laboratoriais indicou que os animais gostavam de ser punidos para obter comida. Apenas gostavam de comer!”

Uma pessoa é *vítima* quando, de facto, se encontra numa situação em que é atacada, não consegue defender-se nem pensar por e para onde fugir. Esta situação pode deixar marcas prolongadas e então a vitimização tem consequências importantes. Algumas pessoas vítimas conseguem sobreviver a estas circunstâncias e é crucial conhecermos as formas, os processos de sobrevivência, sendo este conceito de *sobrevivente*¹⁷ importante para olharmos os recursos das mulheres, as suas capacidades para recuperar. Infelizmente, nem todas conseguem. O estudo realizado pela socióloga Elza Pais (1996) mostrou que os valores socioculturais ligados à identidade do género feminino contribuem de forma decisiva para inibir as mulheres agredidas de denunciarem o autor da violência e, como tal, saírem da relação violenta. Para além disto, os custos sociais, emocionais, pessoais, educacionais e económicos (Lisboa *et al.*, 2003a e Nóvoa e Silva, 2004) que acompanham a violência podem indicar que o combate à violência, no seio das relações de intimidade, não passe pela sobrevalorização dos processos de sobrevivência no interior de relações abusivas. As mulheres vítimas de violência apresentam uma probabilidade três a oito vezes superior, consoante os casos, de terem filhos doentes, de não conseguirem emprego e, se empregadas, em não obterem promoção profissional, de recorrerem aos serviços dos hospitais, a consultas de psiquiatria por perturbações emocionais, bem como risco de suicídio.

Perante o exposto, “a noção de vítima é também crucial, primeiro porque nem todas as mulheres têm os mesmos recursos (emocionais ou outros) e não podem ser culpadas por isso, segundo porque é necessário que a sociedade no seu todo assuma e combata este problema social também com a distribuição de recursos às próprias vítimas. As vítimas, com mais ou menos recursos, devem ter

17 Magalhães introduz o conceito de sobrevivente trazido por autoras/es como Hoff, Fátima Monteiro e Susana Maria para indicar que as mulheres não são vítimas passivas dos abusos no seio familiar. Algumas destas autoras consideram o conceito de vítima pouco adequado para reflectir a situação das mulheres que sofrem violência de género — violência doméstica, violação. Reconhece-se que as pessoas têm potencial de crescimento e de desenvolvimento, para além da situação de vítimas. Segundo Magalhães, Fátima Monteiro refere: “sobrevivente refere-se aos processos individuais e sociais de fortalecimento e recuperação da integridade mental, física e social devido a violência doméstica”. Constituiu aliás, em 1999, o lema da campanha da Comissão dos Direitos das Mulheres do Parlamento Europeu, sob a direcção de Marianne Eriksson. Vítima e sobrevivente constituem dois conceitos diferentes que designam realidades diversas e que, por vezes, podem coincidir na mesma pessoa, em momentos diferentes ou mesmo simultaneamente (Magalhães, *op. cit.*).

toda a ajuda de que necessitarem para ultrapassarem a vitimização de que foram alvo e poderem retomar a sua vida equilibradamente, o melhor possível” (Magalhães, 2005b: 10).

Sendo o conceito de sobrevivente uma ferramenta conceptual importante no trabalho com mulheres maltratadas, deve, no entanto, ser tomado cautelosamente para não desviar a atenção da gravidade da situação em que as pessoas abusadas se encontram e levar-nos de novo à “re-vitimização”, isto é, ao processo que ainda subjuga mais a mulher: afinal, a culpa era sua. Por isso, para não se correr o risco de dupla vitimização das mulheres, vale a pena equacionar os dois conceitos, de vítima e de sobrevivente, perceber quais os processos explicados por cada um nas vidas das mulheres e tomar consciência de que as vítimas não têm possibilidades de romper com a sua condição sem alguma ajuda exterior. De facto, a sociedade tem a responsabilidade (e não as mulheres individualmente) de mudar as práticas e as políticas que encorajam a violência. “Na base do fenómeno social da violência contra as mulheres está uma perspectiva do feminino como subordinado a um masculino hegemónico e uma estrutura social que impõe essa subordinação, onde a estrutura familiar desempenha um papel importante: a forma como está organizada, como se situa face ao conjunto da sociedade e como o social, incluindo as políticas sociais, a representam e a enquadram” (Magalhães, 2005b: 11).

É, assim, necessário, como propõe Jodi Dean (1997: 11), retomar a solidariedade como um dos “ideais” importantes do feminismo, a fim de ultrapassar ou, melhor dizendo, resituar a “mentalidade vitimizadora”.

6. O UXORICÍDIO COMO TERRORISMO PATRIARCAL: “SE NÃO ÉS MINHA, NÃO ÉS DE MAIS NINGUÉM”

A violência contra as mulheres, no seio das relações conjugais e de intimidade, não é uma realidade uniforme. De acordo com Magalhães (2005b: 12), para além dos tipos de abuso e de agressões a que as mulheres estão sujeitas, deve também ser conceptualizado o grau de violência. Sem desvalorizar a violência não severa, que tem igualmente de ser combatida, há um outro tipo de

violência onde a mulher está em perigo de vida, quer permaneça no lar, quer saia da relação. Algumas autoras e alguns autores designam este tipo extremo de violência de *terrorismo patriarcal*. A violência doméstica constitui, então, um fenómeno que vai desde a agressão reiterada não severa a um outro extremo: ao controlo total da vítima, ao ponto de a sua vida estar em perigo.

Os estudos e os números do uxoricídio e do assassinio de ex-companheiras, namoradas, ex-namoradas, amantes ou ex-amantes¹⁸ não nos podem deixar tranquilas/os nem, tão pouco, tolerar comportamentos de violência. Como afirma Margo Wilson, vale a pena perguntarmo-nos por que razão eles matam as esposas e companheiras quando tudo indica que o que eles desejam é controlá-las: “por paradoxal que possa parecer, há evidência que mostra que o uxoricídio [assassinio da esposa] é uma manifestação do sentimento de propriedade” (Wilson, 2003: 262).

Magalhães (2005b) relata que “os estudos de assassinos / maridos condenados, por exemplo no Canadá e nos Estados Unidos, mostram a predominância esmagadora da ciúmeira sexual masculina e do sentimento masculino de propriedade sobre as esposas, namoradas e companheiras como motivos do respectivo homicídio. Quando inquiridos, todos professam que *estavam* (entretanto, mataram-nas) profundamente apaixonados pelas suas vítimas. Na maior parte dos casos, uma enorme percentagem de esposas ou companheiras assassinadas tinham previamente deixado o ofensor, algumas mais do que uma vez. Desta forma, estes estudos indicam que a separação é um dos factores espoletadores dos assassinios ou das tentativas. Por exemplo, a New York Commission 1998 identificou que 75% deste tipo de homicídio ocorreu com mulheres que já estavam separadas dos seus maridos ou companheiros ou tentavam terminar a relação na altura em que ocorreu o seu assassinio” (*ibidem*: 12-13). Também a análise do assassinio de mulheres por este tipo de crime, na

18 Em 2004, a UMAR constituiu o “Observatório das Mulheres Assassinadas” que tem acompanhado esta importante vertente do problema da violência doméstica. No levantamento inicial de notícias, relativas a assassinatos de mulheres por este tipo de violência, identificou 41 vítimas mortais no nosso país. Se compararmos com o país vizinho em que o número foi de 63, verificamos que, em relação à população, no nosso país este tipo de homicídio surge numa proporção três vezes superior. Ainda de acordo com os dados recolhidos por esse Observatório, nos períodos de Novembro de 2004 a Novembro de 2005 e de Novembro de 2005 a Novembro de 2006 foram identificadas 37 e 39 vítimas mortais, respectivamente. Registaram, portanto, neste espaço de três anos, 117 mulheres assassinadas por violência doméstica.

Carolina do Norte, entre 1988 e 1992, determinou que o ímpeto para 41% destes assassinios foi a separação da vítima do seu perpetrador (Wilson, 2003: 267-8).

Numa percentagem elevada desses estudos, havia documentação relativa a violência doméstica anterior, que, infelizmente para as assassinadas, não foi tida em devida consideração. Para alguns agressores, “até que a morte nos separe” é tomado literalmente. As famílias, amigas/os e conhecidas/os, quase em uníssono, aconselham as mulheres a deixar simplesmente a relação. Contudo, este conselho, bem-intencionado, pode ser fatal, porque *deixar* a relação não garante a segurança dessas mulheres. Muitas vezes, eles ameaçam matá-las se elas se separarem, e matam mesmo: procuram-nas persistentemente para as agredir, ameaçar e, muitas vezes, para as matar¹⁹ (Wilson, 2003: 263).

Ainda de acordo com Wilson (2003: 257), “uma pequena porção de homens que matam as esposas é considerada “fora do padrão normal” ou “não culpada por razões de insanidade”. Estes homens são muitas vezes considerados como sofrendo de uma condição psiquiátrica chamada “ciúme mórbido”, diagnosticado na base de uma preocupação excessiva de suspeita de infidelidade e uma tendência a invocar “evidência” bizarra em suporte da suspeição. Mas a maioria dos homens que matam por raiva ciumenta não são considerados insanos. Não apenas é a ciumenta “normal”, mas também, parece, o é a ciumenta violenta, pelo menos quando perpetrada por um homem e no calor da paixão.”

Os homens exibem uma tendência para pensar as mulheres como “propriedade sexual e reprodutiva” que eles podem possuir e trocar. Designar os homens como sexualmente “proprietários” é, conceptualmente, semelhante a designá-los sexualmente “ciumentos”, mas faltam algumas implicações de constrangimento no último termo, tais como a conotação, por vezes, do ciúme como excessivo ou socialmente indesejável. “Proprietário” refere, não apenas a força emocional dos próprios sentimentos de posse, mas também uma

19 Vale a pena sinalizar que eles matam não apenas as suas ex-esposas ou ex-companheiras, mas também quem está com elas e as ajuda. No caso do levantamento, de 2004, realizado pela UMAR, faleceu uma cunhada de um agressor e uma irmã de outro que tinham recebido em sua casa as vítimas. O marido de uma delas foi igualmente ferido. Por vezes, as crianças são também alvo destes homicidas em conjunto com a mãe, tendo sido assassinadas algumas. Outras vezes, assistem ao assassinio da mãe pelo pai, em casa, à saída do infantário, à saída da escola. O Observatório de Mulheres Assassinadas da UMAR registou cinco vítimas mortais associadas a uxoricídios entre Novembro de 2003 e Novembro de 2006 (ver www.umarfeminismos.org/observatorioviol/estatisticas0506.html).

atitude mais permissiva em relação às relações sociais. Os títulos de propriedade de pessoas têm sido concebidos e institucionalizados de forma idêntica aos títulos de propriedade da terra, castelos, e outros recursos económicos. Historicamente e atravessando culturas, os proprietários de escravos, de servos, de esposas, e de crianças têm podido gozar os benefícios da posse, sem interferência, o que lhes tem permitido modificar a sua propriedade, comprar e vender, “desde que a propriedade tenha pouco ou nenhum estatuto legal ou político de seu direito²⁰”.

Através da história humana e em todo o mundo, os homens poderosos tenderam a acumular tantas mulheres de idade fértil quantas pudessem manejar e investiram esforços e recursos substanciais para tentar sequestrá-las dos outros homens. Um leque alargado de práticas de clausura, incluindo encarceramento nos aposentos femininos, assim como intervenções mecânicas e cirúrgicas como os cintos de castidade, a clitorictomia e a infibulação, têm sido empregues pelos “homens proprietários” para reter a exclusividade sexual e reprodutiva. De igual modo se sabe que, em muitas sociedades patrilineares, o dote pago pelo noivo e sua família ao pai da noiva é, na realidade, o preço das crianças que ela pode vir a ter. A esterilidade dá frequentemente direito a divórcio, a pedido do homem, com reembolso do dote. A aquisição dos direitos sobre a capacidade reprodutiva de uma mulher inclui direitos sobre o trabalho e outro valor das crianças que ela produz e o direito paternal sobre essas crianças. Wilson refere: “Os maridos são quase invariavelmente possuidores do direito de exercer poder sobre as vidas sexuais das esposas e isso, quase sempre, significa reter acesso sexual para eles. As leis assimétricas de adultério, que fazem da relação sexual de uma mulher casada uma ofensa contra o seu marido, são características dos códigos legais indígenas das civilizações de todo o mundo” (2003: 259-260).

Os maridos não têm tido apenas o poder de acesso sexual exclusivo às esposas, mas também têm tido o poder de usar a força para o obter. A criminalização da violação no seio do casamento, e daí o poder legal da esposa de recusar o sexo, só muito recentemente foi conseguido. Os maridos ingleses

20 É curiosa a forma como os/as autores/as escrevem esta frase já que o pronome utilizado é “its” — a propriedade é uma “coisa”, mesmo que sejam pessoas: while the property had little or no legal or political status in “its” own right.

têm tido o poder de restringir a liberdade de esposas desobedientes, e só depois de 1973 é que um marido foi condenado por raptar uma mulher para a impedir de o deixar para ir ter com outro homem. A expressão “regra do polegar” (*thumb rule*) deriva da regra judicial de que um marido tinha a possibilidade de usar um pau, que não fosse mais grosso do que o seu polegar, para controlar a esposa ostensivamente independente.

Os homens não deixam facilmente as suas mulheres irem embora. Procuram as mulheres que os deixaram, para litigar e ameaçar e muitas vezes para as matar. A prová-lo, Wilson relata o que consta do “processo *People v. Wood*, 391, N.E. 2d 206: um homem no Illinois disse à sua esposa, apontando-lhe uma arma de cano curto, seis meses antes dela se divorciar dele e sete meses antes de a assassinar: ‘Juro que se alguma vez me deixares, seguir-te-ei até ao fim do mundo e matar-te-ei’ ” (2003: 263).

O adultério da esposa ou a sua partida são distintos e ilustram duas considerações separadas, mas relacionadas, que subjazem à ciúmeira masculina. Apenas o primeiro coloca o homem em risco de ser cornudo, mas os riscos são parcialmente os mesmos: em ambos os casos, o homem está em risco de perder o controlo da capacidade reprodutiva da sua esposa. E este lugar-comum reprodutivo estratégico, entre os dois tipos de casos, leva também a um lugar-comum psicológico: os investigadores tenderam a misturá-los como casos de “ciúme” devido ao direito de propriedade agressivo do marido, considerando adultério e afastamento da relação violenta como violações equivalentes dos seus direitos. Neste sentido, corroboramos a argumentação de Margo Wilson: “O homem, que persegue e mata uma mulher que o deixou, cedeu certamente ao despeito fútil, expressando a sua autoridade num propósito inútil” (*ibidem*: 264).

7. CIÚME CONJUGAL: UMA FORMA DE CONTROLO COERCIVO

O homem que, de facto, assassina a sua esposa, ultrapassa habitualmente as fronteiras da utilidade, seja qual for a concepção de utilidade (Wilson, 2003: 266). Todavia, o assassinio é apenas a ponta do iceberg. Por cada esposa

assassinada, centenas são espancadas, coagidas, intimidadas e humilhadas. Embora o homicídio não seja, provavelmente, o fim último dos interesses do perpetrador, o mesmo está longe de acontecer com a violência subletal. Como realçámos anteriormente, “os homens lutam para controlar as mulheres, embora com sucesso variável; as mulheres lutam para resistir à coacção e para manter as suas escolhas” (*ibidem*: 267).

Os conflitos básicos que originam violência conjugal subletal aparecem numa escala muito alargada. Como num homicídio, também nos maus-tratos perpetrados à esposa as questões predominantes são adultério, ciúme, e direito de propriedade masculina²¹.

As suspeitas de infidelidade inspiram, frequentemente, o homicídio e os maus-tratos infligidos à esposa: Contudo, podem ser o produto de uma percepção de um direito de propriedade mais generalizado. De facto, e os estudos de Wilson (2003, *op. cit.*) assim o referem, as mulheres maltratadas relatam habitualmente que os seus maridos impedem violentamente a continuação de antigas amizades, mesmo com outras mulheres, e que as esposas tenham qualquer tipo de vida social. Na mesma linha de pensamento, Nancy Fraser refere que na pesquisa recente sobre padrões de comunicação entre maridos e esposas se mostra que os homens tendem a controlar as conversas, determinando que tópicos devem ser seguidos, enquanto as mulheres fazem mais “trabalho de interacção” como fazer perguntas e dar apoio verbal. A mesma pesquisa também revelou diferenças no uso das dimensões gestuais e corporais do discurso por parte dos homens e das mulheres, diferenças essas que confirmam a dominação do homem e a subordinação da mulher (2003: 67).

21 Whitehurst frequentou 100 casos de tribunal que envolviam casais em litígio sobre o uso de violência do marido sobre a esposa. Ele relatou, sem quantificar, que “num número claro de todos os casos... o marido replicava com a frustração de ser incapaz de controlar a esposa, frequentemente acusando-a de ser uma puta ou de ter um caso.” Dobash e Dobash entrevistaram 109 esposas escocesas e pediram-lhes que identificassem a principal fonte de conflito num incidente de violência ‘típico’. 48 das mulheres apontaram a possessibilidade e ciúme sexual por parte do agressor, tornando esta resposta de longe a mais frequente; discussões sobre o dinheiro era a segunda (18 mulheres) e as expectativas maritais sobre o trabalho doméstico o terceiro (17 mulheres). Um estudo similar de 31 mulheres americanas espancadas em estalagens e hospitais obteve resultados semelhantes. (...) Os maridos agressores raramente se disponibilizam para entrevistas, mas quando o fazem, contam essencialmente a mesma história que as suas vítimas. Brisson, por exemplo, pediu a 122 agressores de esposas em Denver que nomeassem os «tópicos sobre os quais a violência ocorria.” Ciúme ficou no cimo da lista, com o álcool em segundo e o dinheiro num distante terceiro lugar.” (Wilson, 2003: 267)

O uso que homens e mulheres fazem do controlo corporal caracteriza o papel da violência nas relações entre casais. O controlo conjugal no casamento ou união não tem simplesmente a ver com a violência ou com o controlo das mulheres pelos homens. Tem também a ver com o uso e a negação da sexualidade e a ameaça de retirada do amor. O corpo aparece, assim, centralmente implicado nas questões em torno da violência e, igualmente, do abuso, não só como objecto ou vítima da violência, mas também enquanto corpo perpetrador ou agressor. Uma violentação unilateral do corpo de *outro*, principalmente nos contextos familiares onde existem claras desigualdades em termos de poder e, frequentemente, poucas oportunidades para lhe escapar ou, de imediato, a redireccionar, é sentida pela vítima como um assalto ao *self* e um afastamento das ligações integradas entre corpo e *self*. O corpo torna-se um objecto, uma extensão dos desejos ou projectos de outro, enquanto o sentido do *self* só se mantém se se tornar separado do corpo. Estão, então, em causa, também aqui, noções de propriedade, anteriormente explanadas. Os agressores vêem o *outro corpo*, neste caso os corpos das mulheres, como uma extensão dos seus próprios campos corporais (Morgan, 1996: 120-121).

Margo Wilson (2003: 267) reporta o resultado de um estudo de 60 esposas maltratadas que procuraram ajuda numa clínica rural na Carolina do Norte. Elas relataram que os maridos exibiam “ciúme mórbido”, de tal maneira que “sair de casa por qualquer razão resultava invariavelmente em acusações de infidelidade que culminavam em agressão”, num surpreendente número de 57 casos (95%).

Os maridos que recusam deixar as suas esposas ir à loja não acompanhadas podem correr o risco, na nossa sociedade, de serem considerados casos psiquiátricos. No entanto, “existem muitas sociedades em que tais restrições e confinidades das mulheres são consideradas normais e louváveis” (*ibidem* 267-8).

Também existem sociedades, como, por exemplo, a de Samoa (Ilha de South Seas) em que, durante muito tempo, se pensou existir sexualidade livre e inocente em que o ciúme sexual era muito dificilmente reconhecido. Todavia, a partir de estudos efectuados, nomeadamente dos de William Stephens (1963), concluiu-se que “se havia pouco, ou nenhum limite para o adultério, isso apenas

significava que a sociedade mais alargada não precisava de interferir, de sancionar criminalmente, porque os maridos encornados tratavam do assunto com as suas próprias mãos” (Wilson, 2003: 266).

8. CAMINHANDO PELA CORDA BAMBA

Ao tentar exercer direitos de propriedade sobre a sexualidade e a reprodução das mulheres, os homens “caminham pela corda bamba”. Quando os maridos sexualmente proprietários perspectivam as suas esposas como prováveis de os trair ou deixar a relação conjugal, os incidentes de esposas maltratadas e o uxoricídio aumentam. De igual forma, um elevado risco de divórcio pode também estar associado a um elevado risco de homicídio. Como explica Margo Wilson (2003, *op.cit.*), existem razões para que isto aconteça: o homicídio e o divórcio serem considerados como uma espécie de “análise” do conflito interpessoal e, então, a separação e o divórcio, iniciados pelas mulheres, serem provavelmente frequentes pelo mesmo tipo de circunstâncias.

Os padrões de risco de separação e de risco de homicídio são frequentemente semelhantes. Contudo, na medida que o assassínio da esposa é o acto do marido proprietário, as suas circunstâncias esclarecedoras são mais prováveis de encaixar nas da separação desejada e determinada pela esposa e de serem distintas das razões pelas quais os homens se descartam das esposas que eles já não valorizam.

Embora os motivos do assassínio da esposa exibam uma consistência dramática através das culturas e através dos séculos, — e embora os padrões de epidemiologia de elevado risco das mais jovens, das uniões de facto, e por aí diante, sejam também fortes, — é importante notar que as taxas actuais de mulheres agredidas pelos maridos são enormemente variáveis. As mulheres nos Estados Unidos, por exemplo, enfrentam, hoje, um risco estatístico de serem mortas pelos seus maridos que é entre cinco a dez vezes maior do que o das europeias e, nas cidades americanas mais violentas, o risco é outras cinco vezes superior (*ibidem*: 268-270). Em Portugal sabe-se, estatisticamente, que uma em

cada três mulheres corre o risco de ser vítima de violência doméstica (Lisboa, Lourenço e Pais, 1997), pelo que urge que esta violência socializada seja desmistificada, quer através de programas de intervenção específicos quer através de investimento na educação comunitária, na educação para a cidadania e na defesa dos direitos e igualdade de todas as cidadãs e de todos os cidadãos.

Esta constatação leva-nos, novamente, a Kathleen Jones e a Jodi Dean, cujas propostas vão no sentido de uma relação sustentada no diálogo, na abertura, na reflexão e na responsabilidade, que permita o desenvolvimento de uma *solidariedade reflectiva*.

No sentido de contribuir para a desconstrução da cultura e dos pressupostos representacionais e simbólicos que têm constituído a base social de aceitação, ou pelo menos de tolerância, da violência contra as mulheres, é fundamental conceptualizar as noções em torno do género, desmistificando o que culturalmente tem estado ancorado numa interpretação sexista de uma suposta “natureza” ou “diferença biológica”. Aqui, as questões de cidadania assim como a educação podem constituir vias de reflexão e transformação deste grave problema social. É sobre estes conceitos que tratará o capítulo seguinte.

Ancorando as razões da violência contra as mulheres na hierarquia das relações de género e numa cultura que supõe um feminino subordinado ao masculino, faz sentido, numa tese em ciências da educação, equacionar como as noções socialmente construídas de género, diferença, identidade têm historicamente contribuído para a perpetuação daquela hierarquia. Nesta ordem de ideias, este capítulo abordará ainda as relações de poder que subjazem a esta hierarquia social que tem mantido metade da humanidade em situação de desvantagem social.

Reflectindo na importância de equacionar o problema da violência contra as mulheres retratada na imprensa, o conceito de cidadania/s constitui-se como uma via simultaneamente conceptual e política para visualizar caminhos de mudança, construindo saberes na intersubjectividade e na pluralidade da política feminista para a igualdade.

1. DIVERSIDADE, IDENTIDADES E GÉNERO

O conceito de género tem vindo a sofrer alterações significativas ao longo das últimas décadas e uma nova concepção de identidade, baseada na diversidade associada a determinados grupos sociais, tornou-se emergente.

A partir dos anos 80, percepciona-se a importância da construção social das categorias de género. Até ao aparecimento destes novos olhares sobre o género, a maior parte das correntes feministas da segunda vaga advogava que a união das mulheres se concretizava em torno de um traço comum: a opressão. De facto, nem o feminismo liberal nem o feminismo radical estavam particularmente sensibilizados para teorizar sobre a diversidade entre as mulheres (Saavedra, 2004: 104).

Os contributos, quer da sociologia, quer da antropologia, revelaram-se fundamentais para um conhecimento mais específico das várias culturas e para contrariar a ideia de que a categoria feminina partilhava *um só e mesmo comum*: uma identidade comum, uma problemática comum, uma opressão comum. Se a representação da “nova mulher” servira para unificar o movimento social, agora já se demonstra, teórica e empiricamente, a multiplicidade que abriga tal identidade feminina. As histórias e as experiências das muitas mulheres (negras, índias, brancas, lésbicas, heterossexuais, etc.) são plurais e apontam para projectos e reivindicações nem sempre convergentes. Assim, passou-se da unicidade para a diversidade, para o pluralismo, surgindo a argumentação de que haveria diferenças entre as mulheres, tanto de umas sociedades para outras como dentro da mesma sociedade. A acentuação das diferenças entre mulheres, na perspectiva de Iris Young, deve ser entendida como forma de desconstruir formas de dominação masculina na sociedade, ao mesmo tempo que não promove apenas os interesses das mulheres brancas, de classe média, profissionais, heterossexuais:

o tempo não é para construir um sentido de “experiência partilhada”, mas de iluminar a especificidade da experiência das mulheres e a relação de privilégio e opressão entre mulheres, e examinar as implicações destas para questões específicas institucionais tais como política de emprego, direitos reprodutivos, violência sexual, relações internacionais, etc. (Young, em Araújo, 2005a: 14).

O aparecimento de uma linha crítica à perspectiva essencialista da categoria “mulher” veio colocar, no centro dos debates, as identidades como construções sociais e não como “essências” ou “traços” inscritos de forma definitiva nos indivíduos, como fora defendido anteriormente pelos trabalhos sobre diferenças sexuais e de género (Nogueira, 1997). Tornar-se mulher, recorrendo a Simone de Beauvoir, concretiza-se através das formas socialmente disponíveis sobre o modo de ser feminino. A negociação entre os vários discursos culturais existentes, o estabelecimento de relações inter e intrassexos, bem como o modo como cada grupo marca as semelhanças e as diferenças, tornando-se mais ou menos poderoso do que o outro, permitem a construção da identidade.

Outros eixos de diferença são igualmente importantes na experiência de cada ser humano, para além da diferenciação por género, seja a defendida pelas “feministas pela igualdade”, seja a das “feministas pela diferença”. Deste modo, as diferentes formas de feminilidade são não só entrecruzadas pelo género como também pela classe social, raça ou etnia (Scott, 1990, em Dourado, 1998: 1), cultura, orientação sexual e pelas relações de poder que se estabelecem entre essas categorias sociais.

Somos interpeladas/os por muitas instâncias e, portanto, podemos reconhecer-nos, ao mesmo tempo, como sujeitos de múltiplas identidades: sujeitos de uma determinada raça, classe, nacionalidade, religião, geração, género, sexualidade. Estas dinâmicas, através das quais a identidade de género é construída, são, portanto, variáveis, dão origem à diversidade nas representações de género. O trabalho desenvolvido por Judith Butler (1990) centra-se no modo como a identidade de género se forma, usando o conceito de “representação” (*performativity*). Esta noção descreve como as pessoas aprendem (ou são levadas a aprender) a identificar, com um determinado género, um “desempenho” (*performance*) baseado em formas simbólicas de actuação pública e orientado por normas sociais que “adequam” o género a essas formas e normas. Sobre a problematização do conceito de “género” diz ainda Butler:

porque género não é sempre constituído de modo coerente ou consistente em contextos históricos diferentes e porque género intersecta com modalidades de identidades constituídas de maneira discursiva – racial, de classe, de etnicização, sexual e regional. Em consequência, torna-se impossível separar “género” das intersecções políticas e culturais nas quais é invariavelmente produzido e mantido (Butler, 1990: 3).

Butler refuta, assim, a noção de “naturalidade”, geralmente aceite, do comportamento tipicamente feminino ou masculino, e traz para o núcleo dos debates as desigualdades de poder que advêm dessas diferenças existentes não só entre mulheres como também entre mulheres e homens.

As diversas perspectivas feministas têm contribuído para os debates sobre as diferenças. Iris Marion Young (1990), filósofa americana, advoga políticas de diferença, acentuando a importância das experiências vividas e percorridas por grupos sociais oprimidos, visíveis e não visíveis, como as minorias culturais, minorias sexuais, as mulheres, as/os deficientes e as/os velhos, na produção de uma voz para confrontar a opressão, em termos de uma acção de intervenção para uma possível mudança social. Diferença não no sentido em que pressuponha qualquer forma de “desvio”, de inferioridade, mas no sentido em que as diferentes histórias, experiências, percursos possam permitir afirmar a sua identidade específica na produção de políticas que confrontem a opressão e a desvantagem, reconfigurando os processos vividos de cidadania e democracia.

Encontramo-nos, pois, no centro de uma “encruzilhada de múltiplas vozes”, na perspectiva de Nancy Fraser (1997: 6). Os debates que opuseram identidades essencialistas a identidades construídas, embora importantes para chamar a atenção para as lacunas na articulação das identidades por parte das feministas, esses debates, diz Fraser (*ibidem*), devem ser ultrapassados, porque a questão fulcral dos nossos dias é debater que concepção de identidade é “útil”, em vez de “correcta”, numa dada situação política e histórica, e é também saber como se ligam as políticas culturais da identidade e da diferença com a justiça e igualdade sociais.

Nesse sentido, Fraser, citada em Peniche (2004), “reorienta a acção política das mulheres, enquanto colectivo social, propondo uma reconceptualização do conceito de justiça. Para a compreensão daquilo a que chamou de *categorias híbridas*, argumenta com o entendimento do reconhecimento e da redistribuição como duas dimensões necessárias e não mutuamente exclusivas de uma oposição. Um dos exemplos de categoria híbrida, identificado por Fraser, é o género, devido, precisamente, à injustiça, de que é alvo, relacionada tanto com a estrutura económica como com o estatuto social. O género é um princípio de organização económica cuja origem pode ser encontrada, por exemplo, na divisão sexual do trabalho que estabelece diferenças entre trabalho pago (produtivo) e não pago (reprodutivo, como o trabalho doméstico) e entre trabalho bem pago e trabalho mal pago. O resultado desta divisão é uma estrutura económica que gera formas de injustiça distributiva genderizada e que reclama por uma transformação

redistributiva. Por outro lado, a categoria de género resulta também de um estatuto social e cultural diferenciado e depreciado. Pode, então, dizer-se que o androcentrismo é uma das maiores injustiças de género, porque é uma marca de valor cultural que privilegia características associadas à masculinidade ao mesmo tempo que invisibiliza e deprecia tudo que está relacionado com o feminino. O androcentrismo reflecte-se em diversas áreas da vida, desde o direito (leis da família, código penal), moldando as construções legais dos conceitos de privacidade, autonomia, igualdade, entre outros, até às políticas governamentais, incluindo as reprodutivas, passando pela ciência e pela cultura, contribuindo para a estereotipia e a representação das mulheres como objectos. Estas são algumas questões que reclamam reconhecimento e, como são relativamente independentes da política económica, não podem ser resolvidas dentro do paradigma redistributivo. Para ser compreendido, o género tem de ser encarado na sua bidimensionalidade, combinando a questão económica com a questão do estatuto ou prestígio” (Peniche, 2004: 117-118).

Postos nesta perspectiva, os sujeitos colectivos alvo de injustiça, neste caso concreto as mulheres, são simultaneamente grupos económicos e de estatuto. Assim, e ainda segundo Fraser, *“a injustiça de género só pode ser remediada por uma aproximação que inclua ambas as políticas de distribuição e reconhecimento”* (ibidem: 119).

A importância e emergência deste debate permitirão relançar o questionamento político sobre a opressão, a dominação e a desigualdade material, ou seja, relançar a luta pela participação igual e por uma distribuição justa. Esta “tentativa para entender, de uma maneira socialmente responsável, as formas opressivas da sociedade” (Fay, em Cabanas 2002: 313) estimulará as pessoas para transformarem a sociedade e, por isso, a libertarem-se a elas próprias.

O século XXI tem trazido ao mundo, em franco crescimento científico, tecnológico e industrial, mudanças em todos os campos do conhecimento humano que levam a descortinar novos horizontes, a buscar um crescimento além do imaginável – é a sociedade do futuro que se torna presente.

Ao analisar a evolução dos relacionamentos humanos ao longo dos séculos passados, Vieira (2004) refere Muraro & Boff os quais explicam que

Neste início do século XXI, a ciência está chegando a progressos inimagináveis. O cérebro humano não consegue acompanhar o que está acontecendo porque ainda é igual ao de quinhentos mil anos atrás. Mas se não fizermos um esforço para nos abirmos para uma nova consciência seremos atropelados pela história. (Muraro & Boff em Vieira, 2004: 5)

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT) as mulheres chegarão à igualdade de condições com os homens, se as conquistas continuarem ao ritmo actual, somente daqui a 470 anos.

Embora os meios de comunicação divulguem que as mulheres já ocupam posições de destaque dentro da sociedade, a relação homem – mulher pouco cresceu relativamente à evolução da ciência, já que os problemas como divisão sexual do trabalho, machismo, submissão feminina, desigualdades educativa e profissional, discriminação, entre outros, continuam presentes na sociedade actual. Os valores masculinos ainda se sobrepõem aos femininos, podendo afirmar-se que, passados dez mil anos, de geração em geração, as mulheres continuam a ser as “fiéis depositárias” dos valores arcaicos masculinos.

Estas diferenças sexuais e de género relacionam-se com o campo mais vasto das relações de poder, nas quais sempre se encontraram as fontes dos sentidos, das concepções e dos contextos para a nossa compreensão de sexo e género. O género não constrói o sexo, mas é, ele próprio, um efeito de relações de poder, da acção das instituições, das práticas e dos discursos que regulam as suas formas e significados (Butler, em Amâncio, 2003: 71).

O trabalho de Foucault (1975; 1976; 1979) deu um contributo valioso para estas novas perspectivas ao defender que o poder não é específico de determinados grupos e percorre todas as relações entre os diferentes sujeitos, traduzindo-se numa dinâmica de controlo e falta de controlo entre os discursos e os sujeitos que são seus agentes. Para este autor, o sucesso do poder depende da sua habilidade em esconder os seus próprios mecanismos.

Estas ideias contrariam o pensamento até aí difundido, quer pelo marxismo, quer pelo feminismo liberal, de que o poder era um privilégio dos grupos dominantes (Saavedra, 2004: 105). No caso do marxismo, o poder seria exercido pela classe que detinha os meios de produção e no caso do feminismo liberal o poder seria exercido pelos homens. Para este tipo de modelos de dominação, teria de haver uma consciência clara e fixa da identidade associada à classe dominante ou subordinada, bem como uma identidade feminina ou masculina igualmente estável. Na perspectiva de Foucault (1976/1994), pelo contrário, o poder pode ser usado e desenvolvido por qualquer pessoa e não está ligado a grupos particulares ou a determinadas identidades, tornando possível a resistência ao poder nas interacções diárias e nas relações íntimas:

a condição de possibilidade do poder (...) não deve ser procurada na existência primária de um ponto central, num centro único de soberania donde irradiam formas derivadas e descendentes; é o pedestal movente das relações de força que induzem sem cessar, pela sua desigualdade, estados de poder, mas sempre locais e instáveis. Omnipresença do poder: não porque ele tenha o privilégio de tudo reunir sob a sua invencível unidade, mas porque se produz a cada instante, em todos os pontos, ou antes, em todas as relações de um ponto com outro. (...) (Foucault, em Saavedra, 2004: 115).

Todavia, não podemos ignorar que a desigualdade na esfera da intimidade traz também diferentes graus de poder, nomeadamente no que concerne à violência doméstica, objecto deste estudo. Esta identificação é importante para se poderem desenhar formas de intervenção, apesar de todas as dificuldades e

questões epistemológicas a que possam estar sujeitas essas mesmas intervenções.

Para além destas perspectivas, temos também as de Joan Scott e de Guacira Louro. De acordo com Scott (1990), as relações de poder assumem uma direcção distinta da atribuída por algumas correntes feministas (relação binária dominação-subordinação), argumentando que o género é um primeiro modo de dar significado às relações de poder por ser um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos. O conceito de género permite realçar a construção social de identidades, quer masculinas, quer femininas, quer homossexuais ou outras, e não necessariamente o processo biológico que sustenta as vidas humanas. Diz ainda Scott (1990) que o *“género é uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado”* e, como tal, acaba por ter incidência sobre o conceito de diferença, entendido como forma de acentuar a especificidade da contribuição das mulheres para uma reconstrução da cultura. Falar de diferença é pôr a tónica no contributo que os vários grupos sociais e culturais podem trazer à construção social, não adoptando o modelo masculino como modelo universal. Descobrir a especificidade da experiência e saberes construídos pelas mulheres na sua heterogeneidade e, ao mesmo tempo na sua parcial homogeneidade, sem que se caia necessariamente numa *“exaltação das diferenças”* (como inicialmente o movimento feminista fez), será um caminho necessário para o reconhecimento dessa experiência e desses saberes em termos de *“património experiencial da humanidade”* (Lourenço, em Araújo 2001: 147).

Para Guacira Louro, o conceito de género ultrapassa as dicotomias masculino-feminino, necessariamente lidas através da relação de dominação-subordinação *“como única e permanente forma de relação entre os dois elementos (...) O processo desconstrutivo permite perturbar esta relação de via única e observar que o poder se exerce em várias direcções”* (Louro, em Araújo 2002: 110).

Tanto mulheres como homens vivem no contexto de relações sociais, marcadas pela classe social, pelas identidades étnicas, por visões religiosas, por grupos etários e as solidariedades que se podem construir nas inter-relações são

complexas, pelo que importa salientar quem mais frequentemente detém o poder e quem está mais frequentemente submetido a ele. As relações de poder, por serem desiguais e assimétricas (Amâncio 1994), mostram que não existe uma relação de equidade entre as várias construções identitárias e o exercício do poder ao seu alcance. Não há poder, mas poderes, e nos lugares de menor poder também se geram resistências e formas de poder.

Está em curso uma nova dinâmica do/s género/s, da/s sexualidade/s e da/s relação/ões de poder que provocará mudanças nas teorias e, ao mesmo tempo, será alimentada por elas. Como afirmam Debie Epstein e Richard Johnson:

A agenda teórica moveu-se da análise das desigualdades e das relações de poder entre categorias sociais relativamente dadas ou fixas (homens e mulheres, gays e heterossexuais) para o questionamento das próprias categorias – sua fixidez, separação ou limites – e para ver o jogo do poder ao redor delas como menos binário e menos unidireccional (Epstein e Johnson, em Louro, 2002: 76).

A entrada do século XXI parece marcar uma ruptura na história da invisibilidade das mulheres. Essa invisibilidade está a desaparecer aos poucos, deixando às mulheres uma perspectiva de ambivalência: confrontar as contradições que têm de experimentar entre, por um lado *“a perda de uma identidade fixa, e, por outro, a afirmação da sua identidade de mulher”* (Braidotti, em Koning, 2001: 82).

É fundamental que a própria identidade da mulher, perante a dupla função que desempenha quer na família quer no trabalho, deixe de se enquadrar no estereótipo imposto pelo cargo que ocupa dentro de uma determinada organização, levando-a a modificar o seu modo de agir, de se comportar, de se vestir e de pensar de forma a obedecer, grande parte das vezes, a um padrão imposto pelos homens. Atente-se no que diz Carole Pateman (1992: 20): *“reclamar igualdade é lutar por igualdade com os homens... o que significa que as mulheres devem tornar-se (como) homens...”* Quando se enquadra neste padrão,

e porque viver com dupla consciência revela-se difícil, a mulher perde a sua identidade.

Segundo Muraro e Boff (em Vieira, 2004: 7) a estrutura psíquica dos seres humanos está a mudar a partir deste século, não no âmbito das classes dominantes ou proletárias, mas no âmbito da classe média, que se procura libertar das neuroses e viver uma vida com mais prazer. Após a II Guerra Mundial, as classes médias passam a englobar grande parte da classe trabalhadora, com nível de vida e de instrução mais elevados. É essa classe média que, constituindo o suporte socioeconómico da mudança de valores cada vez mais centrados no indivíduo e nos seus projectos de vida, quer construir um mundo novo, acabando com os sistemas simbólicos. Provavelmente, as transformações ocorrerão pelo trabalho, de forma pessoal, mais lentamente, e colectiva, mais rapidamente, se tivermos em conta a investigação de Conceição Nogueira (1998), saindo do modelo padrão patriarcal para o especial, que é o espaço do equilíbrio.

Lentamente, começa a existir um novo modelo feminino. As mulheres percebem que, face à grande competitividade organizacional, os métodos mais humanos de governar são mais eficientes e começam a utilizar uma nova estratégia: a de trazer a lógica feminina para dentro da lógica empresarial masculina. Além disto, não é só o discurso agressivo, atacante, autoritário que é discurso político. Outros discursos, como o da realidade concreta, o da emoção, o de alguma cumplicidade partilhada, têm também de ser reconhecidos na política.

A primeira mulher a procurar o “estilo feminino de administrar” foi Mary Parker Follett (1868-1933), nos Estados Unidos, onde, no ambiente de trabalho, se exercia uma forte predominância do taylorismo. Follett foi a primeira a considerar a importância do trabalho em grupo e quem introduziu a noção de que as relações humanas no trabalho desempenham um papel tão importante quanto as técnicas de produção. Para ela, as organizações funcionam na base do princípio do poder “com” e não do poder “sobre”. Ela reconhecia a natureza holística da comunidade e avançou com a ideia de “relações recíprocas” para entender os aspectos dinâmicos na relação da pessoa/indivíduo com os outros/as. Advogava ainda o princípio da integração, a partilha do poder (*power sharing*).

Esta perspectiva pode constituir um caminho para o empoderamento (*empowerment*) das mulheres, assentando simultaneamente no reconhecimento de traços positivos de feminilidade. Elas trazem do privado, onde estiveram confinadas durante os últimos oito mil anos, um novo modo de governar e de ter uma gestão “inter e transdisciplinar”, com mais objectividade, emoção e inteligência. Abandonam, assim, a opressão, passando a ver o subordinado como ser humano, como pessoa, e ligam-se ao “outro” para ouvir a sua opinião.

Durante todo o século XX e até ao final do milénio, as mulheres levantam a voz para denunciar todas as formas de preconceito e discriminação na avaliação das suas competências intelectuais e profissionais e contra a tendência para desvalorizar a sua realização na sociedade. Elas sentem-se fracassadas por imitarem o homem, o que as leva não para a busca de uma identidade, mas para a busca de uma identificação e lutam contra o conteúdo abstracto dessas ideias.

Os empregos das mulheres continuam a ser menos gratificantes, por exemplo em termos salariais, comparativamente aos dos homens, concentrando-se em áreas tradicionalmente femininas como a educação, a saúde e os serviços e as posições de gestão continuam a ser “terra de homens”. Os dados estatísticos de emprego de 1996 indicam: 76% na área do ensino, 73% nas áreas de saúde e serviços sociais, 50% na área científico-técnica, 32% nos quadros de direcção da função pública e de empresas, 26% como donas de empresas e 18% nos cargos do governo (Nogueira, 2005: 40-41).

Torna-se necessário operacionalizar a capacidade de encarar, de forma crítica, os desafios que se apresentam a cada dia: motivação, capacidade de trabalhar em grupo, intuição, criatividade, administração de conflitos, organização, administração de recursos escassos, administração do tempo, atenção para o detalhe e simultaneidade. Por outras palavras, torna-se necessário operacionalizar o poder através de um *discurso de resistência*.

Para a consubstanciação das relações de poder, muito contribui a ocultação dos mecanismos de discriminação. Nas questões de género, algumas autoras denominam esta ocultação por “cegueira”, o que trataremos na secção seguinte.

As sociedades contemporâneas ainda assentam numa base genderizada socialmente desigual, pelo que é necessário confrontar as desigualdades de poder e práticas discriminatórias, a fim de confrontar os discursos, as linguagens e os modelos de cidadania marcados pela desigualdade e exclusão (Arnot, 2003), e incluir esse confronto na agenda democrática para a educação.

Cada vez mais é necessária a inversão do “formato padrão patriarcal”. A este propósito, salientamos o que foi argumentado por Arnot (*idem*):

se não for questionada, esta ausência de uma representação colectiva das mulheres na esfera pública civil, e dos homens na esfera privada, poderá ter enormes implicações na educação quer de raparigas quer de rapazes, sobretudo em relação às suas vidas adultas e aos seus futuros desempenhos como cidadãos/ãos (Arnot, 2003: 111).

As perspectivas educacionais articulam-se com a diversidade de enquadramentos discursivos sobre democracia, diferença, políticas de reconhecimento e de redistribuição, cidadania, nomeadamente a cidadania das mulheres, procurando contribuir para a formação de uma geração que saiba aprofundar o questionamento sobre as convenções de género existentes.

Interrogar as realidades escolares, usando a ferramenta analítica do género, pôde ser prosseguido em variadas direcções. Permitiu, inicialmente, detectar desigualdades no acesso e no sucesso escolares, contribuindo para perceber que a construção social do que contava ser rapariga na escola era realizada através de expectativas pouco positivas sobre a importância do seu acesso a uma educação formal em termos iguais ao universo masculino e pela não concretização da igualdade de oportunidades de género. Fundamentou-se, assim, a desigualdade como discriminação. Posteriormente, permitiu detectar desigualdades no sucesso educativo, pela não valorização do potencial trabalhado e construído das raparigas (Araújo, 2002: 115), e no sucesso social,

pela não correspondência entre qualificação escolar e integração na vida activa (Henriques e Pinto, 1999: 26).

Em Portugal, ainda que não recorrendo inicialmente ao conceito de género, vários estudos tinham já mostrado que havia formas discriminatórias nos percursos e expectativas escolares de raparigas em relação a rapazes, nomeadamente os modelos transmitidos por um currículo escolar repleto de imagens estereotipadas sobre identidades masculinas e femininas. Vejam-se os trabalhos, entre outros, de Ana Benavente (1990), Stephen Stoer e Helena Costa Araújo (1992), Fernanda Henriques (1994), Sérgio Grácio (1997), Maria José Magalhães (1998), Stephen Stoer e Luiza Cortesão (1999), Laura Fonseca (2001), com preocupações com a questão do sucesso/insucesso escolares.

Os estudos sobre o género e sobre as mulheres não têm tido, em Portugal, a mesma expressão como no caso da tradição anglo-saxónica. O contexto académico continua muito permeado por pressupostos de um “universal neutro” e até por uma quase ausência de sensibilização à diversidade cultural (Araújo, 2001: 145). Esta falta de relevância da questão de igualdade de género em educação, esta “cegueira de género”, como dizem Benhabib e Cornell (Magalhães, 2001: 62), abriu caminho a políticas educativas que não lhe atribuem significado, sendo escassa a legislação a tal respeito, e tem estado na base da falta de consciencialização académica para esta temática e à falta de investigações significativas neste domínio.

A sociedade democrática precisa de uma educação orientada para a autonomia e para a responsabilidade, sendo importante a reflexão. O desenvolvimento das sociedades democráticas exige políticas educativas que contribuam para a valorização das práticas, para a redução das desigualdades sociais e para o progresso humano, ou seja, exige uma educação perfilhada por uma democracia plural e justa. A construção da “*cidade educativa*” subentende a instabilidade, a transformação e a reconstrução social de espaços educativos, encarados como espaços de exercício de uma cidadania promotora de uma cultura de direitos (Correia, 2001: 39).

Luce Irigaray (2003) relembra que “a inferioridade social das mulheres reforça-se e complica-se pelo facto de que a mulher não tem acesso à linguagem, senão pelo recurso a sistemas de representações ‘masculinos’ que a desapropriam da sua relação consigo própria e com outras mulheres” (Irigaray, 2003: 54).

Ao longo dos tempos, as mulheres reivindicaram tanto direitos iguais como específicos, quer em nome da igualdade com os homens, quer em nome das suas diferenças. A afirmação da especificidade das mulheres (a diferença) e a igualdade de direitos são formas complementares de interpretar o protesto das mulheres, de acordo com a opinião de muitas feministas, e não formas contraditórias.

No âmbito de um contexto social androcêntrico e “balizado” por economias especulativas de lucros imediatos, parece-nos relevante questionar: que alterações têm sido empreendidas e são necessárias concretizar para que as cidadanias sejam, tal como a democracia, plurais e justas? Será ainda possível desejar um futuro ideal? Será ainda possível para os movimentos feministas lutar por um mundo de igualdade? Em suma, será ainda possível sonhar com esta utopia?

A história da cidadania moderna pode ser compreendida como uma série de contratos e compromissos pelos quais as elites procuraram manter o seu poder através da gestão dos efeitos das mudanças sociais, controlando as exigências dos movimentos sociais através de concessões em forma de direitos (Faulks, em Nogueira e Silva, 2001a: 32). Paralelamente aos conflitos ocorridos entre Estados desde o século XVIII, as lutas sociais para a obtenção dos direitos revelaram-se fundamentais para o desenvolvimento da cidadania moderna, pois foi através delas que as forças sociais desafiaram os estados modernos de uma forma que não fora possível na fase de poder absolutista (do séc. XV ao séc. XVIII). Esta situação acabou por culminar no desenvolvimento dos direitos sociais, na época dos Estados-Providência, em muitos países da Europa, em meados do século XX.

Keith Faulks (Nogueira e Silva, *ibidem*) apresenta quatro factores, que variaram de acordo com as circunstâncias históricas, para explicar a direcção e evolução da cidadania. O primeiro factor, o papel dos movimentos e forças sociais que incluíram as questões das mulheres, das minorias étnicas, dos deficientes, das minorias sexuais, assim como das próprias classes sociais. O segundo, a ideologia dominante num determinado país ou Estado. O terceiro, os factores económicos e particularmente o triunfo do capitalismo. O quarto factor, a natureza do Estado liberal em si mesmo.

Estes grandes eixos têm construído, ao longo da história recente, as diferentes noções de cidadania. Inclui-se também, assim, a de cidadania das mulheres, revelando-se a emergência da violência doméstica como algo a ser tratado de forma diferente pela sociedade.

3.1. OS FEMINISMOS COMO CONSTRUTORES DE CIDADANIAS PLURAIS

Os feminismos como movimento social e as respectivas teorias críticas, tal como as interpretamos actualmente, foram, e continuam a ser, a *corola* de várias “revoluções”. Uma delas foi, e continua a ser, a intervenção contra as situações de discriminação e opressão das mulheres que permitiu desocultar questões como o aborto ou a violência conjugal.

Manuela Tavares (2000) argumenta que a simples utilização do termo *feminismo* pode constituir, por si só, um obstáculo à compreensão do mesmo na sua própria diversidade. A existência de diversas correntes, que marcaram historicamente a luta das mulheres, leva esta investigadora a propor o termo *feminismos*.

A partir da classificação proposta por Johanna Brenner, Bárbara Ryan, Yasmine Ergas e Gisela Kaplan, esta com uma corrente de índole cultural, Manuela Tavares identifica três correntes do feminismo: “feminismo radical”, “feminismo socialista-marxista” e “feminismo liberal”, assentando estas correntes em várias ideias-chave: reprodução; patriarcado, sexualidade, contracepção/aborto, violência sobre as mulheres (feminismo radical); perda de

papel social, leis de desenvolvimento social como explicação para a opressão, direito ao trabalho, criação de um novo regime político e social (feminismo socialista-marxista); igualdade formal, separação entre o privado e o público, meritocracia, constituição de *lobbies*, oportunidade de acesso como factor transformador da sociedade (feminismo liberal).

Gisela Kaplan (1992) assume a existência de três vagas no feminismo. O início da primeira vaga é habitualmente apontado para o meio do século XIX. A emancipação das mulheres de um estatuto civil dependente e subordinado, a reivindicação pela sua incorporação, no estado moderno industrializado, como cidadãs nos mesmos termos que os homens, a luta pela melhoria das condições materiais de vida das mulheres, e pelos direitos civis, o tratamento igual na lei, cidadania e direitos sociais e no trabalho foram as preocupações centrais deste período da história do feminismo.

Quando se fala da segunda vaga, entre 1960 e 1980, são apontados vários factores. A ida das mulheres, em larga escala, para um mercado de trabalho fora do lar e a consequente alteração da sua imagem, as forças que nasceram e cresceram no interior do movimento estudantil do fim dos anos 60, assim como um conjunto de inovações tecnológicas e científicas (caso da invenção da pílula contraceptiva, por exemplo) são referidos como condições sociais que permitiram a sua emergência. Apesar de publicado em 1949, o livro *O Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir é considerado precursor deste movimento.

Os objectivos passam a equacionar-se à volta de políticas de reprodução e de identidade, contracepção e aborto, sexualidade (o prazer e o questionar da heterossexualidade “compulsiva”), violência sexual e doméstica e abusos. O questionamento dos efeitos dos estereótipos, do tratamento do corpo feminino como objecto (na arte, publicidade e pornografia), são temas caros neste período e que ainda se mantêm no presente, nas diferentes variedades de feminismos.²²

22 Socorrendo-nos de Simões (2005), apresentamos a evolução da realidade portuguesa, quanto a alguns destes objectivos: “À semelhança de outros ordenamentos jurídicos europeus vigentes na década de 1960, a versão originária do Código Civil Português, de 1966, atribuía à mulher um estatuto inferior ao do homem. O art.º 1674º reconhecia ao marido a qualidade de chefe de família, outorgando-lhe o poder de decisão sobre a generalidade dos assuntos da vida conjugal. Nos termos do art.º 1678º, nº 1, cabia-lhe, em regra, a administração dos bens do casal, incluindo os bens próprios da mulher. Por outro lado, de acordo com o art.º 1677º, à mulher incumbia o governo doméstico e, à luz do estipulado no art.º 1881º, ao homem competia,

Foi utilizado um conjunto vasto de estratégias de protesto visando aumentar a consciência da desvantagem feminina e uma das actividades mais importantes das feministas na época foi a edição de jornais, folhetos e especialmente livros. Tornou-se, assim, possível unir mulheres que, em diferentes países, partilhavam estas ideias ou sentimentos²³.

Nesta segunda vaga, esteve em presença a polémica entre a igualdade e a diferença, sendo que esta era, sobretudo, defendida pelas feministas radicais. Elas lutaram por uma política da diferença, isto é, pela valorização das especificidades femininas, quer em termos da sexualidade, quer no trabalho, quer nos valores.

Como se pode concluir, os diferentes feminismos desta vaga colocaram-se de formas diversas face à política da diferença, da igualdade e da ênfase na autonomia, o que virá a ser essencial na análise da vaga seguinte.

Há quem considere que a terceira vaga, e ainda por proposta de Kaplan (1992), representa mais uma época de pós-feminismo, um período onde os ideais do feminismo são colocados em causa, quer por se considerar que as lutas

especificamente, e como chefe de família, defender, representar e emancipar os filhos, bem como orientar a sua educação e administrar os seus bens. Em 1978, entra em vigor a revisão do Código Civil (Dec-Lei nº 496/77, de 25 de Novembro). A mulher deixa de ter um estatuto de dependência e adquire um estatuto de igualdade com o homem. Em 1979, entra em vigor o Dec-Lei nº 392/79, de 20 de Setembro, que visa garantir às mulheres a igualdade de oportunidades e tratamento no trabalho e no emprego. No ano seguinte, Portugal ratifica a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres – II Conferência da ONU para a Década da Mulher. Em 1984, o ordenamento jurídico vigente acolhe a Lei da Protecção da Maternidade e da Paternidade (Lei 4/84, de 5 de Abril). É excluída a ilicitude em alguns casos de interrupção voluntária da gravidez (Lei nº 6/84, de 11 de Maio). Em 1986, é aprovado o II Programa Comunitário sobre a Igualdade. Dois anos mais tarde, são garantidos legalmente os direitos das Associações de Mulheres (Lei nº 95/88, de 17 de Agosto). Em 1990, é aprovado o novo Código da Publicidade (Dec-Lei nº 330/90, de 23 de Outubro) que proíbe a publicidade que contenha qualquer discriminação em virtude do sexo. O III Programa de Acção Comunitário sobre a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens arranca em 1991. Em 1993, é uniformizada a idade de reforma, aos 65 anos (Dec-Lei nº 329/93, de 25 de Setembro). Em 1996, é criado o Alto-comissário para as Questões da promoção da Igualdade e da Família (Dec-Lei nº 3-B/96, de 26 de Janeiro). Nesse mesmo ano, é aprovado o IV Programa Comunitário sobre Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens (1996-2000). Em 1997, a resolução do Conselho de Ministros nº 49/97, de 24 de Março, aprova o I Plano Global para a Igualdade. Também em 1997, a Lei Constitucional nº 1/97, de 20 de Setembro, considera como tarefa fundamental do Estado a promoção da igualdade entre homens e mulheres e estabelece o princípio da não discriminação em função do sexo no acesso a cargos políticos. Simultaneamente, a Lei nº 90/97, de 30 de Julho, alarga os prazos de exclusão da ilicitude nos casos de interrupção voluntária da gravidez. Em 1999, é criado o Ministério da Igualdade, extinto, no entanto, pouco depois. O II Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (2003-2006) estabelece uma estratégia de informação, sensibilização e prevenção, no seio da sociedade civil e de instituições públicas e não governamentais relacionadas com a violência doméstica, bem como de formação dos profissionais que lidam com esta realidade. Prevê ainda o incremento da actual rede nacional de casas de apoio destinadas a prestar assistência às mulheres vítimas de violência doméstica " (Simões, 2005: 32; 34).

23 Para além do livro de Beauvoir, anteriormente referido, surgiram outros títulos de grande impacto: *The Feminine Mystique* (1963) de Betty Friedan, *The Female Eunuch* (1970) de Germaine Greer, *The Dialectics of Sex* (1971) de Shulamith Firestone e *Sexual Politics* (1972) de Kate Millet. Importa, contudo, relembrar que a ênfase na diferença não foi consensual nos feminismos dos anos 1970 (ver Magalhães, 1998).

atingiram os seus objectivos, que por haver quem pense que as lutas pela igualdade acarretaram prejuízos e perda de qualidade de vida para as mulheres. Insere-se nesta perspectiva o designado *backlash*, movimento reactivo contra o feminismo que reflecte o pensamento daquelas mulheres que experienciam e sentem a desigualdade sexual, mas rejeitam a imagem convencional do feminismo (Nogueira *et al.*: 14). Segundo Conceição Nogueira, há autoras e autores que associam também a terceira vaga à existência de uma pluralidade de feminismos, a debates e conflitos internos, como Snitow, Stainton Rogers e Stainton Rogers (*idem, ibidem*), e à discussão relativa ao essencialismo, à diferença e à pós-modernidade, como, por exemplo, Bohan (*idem, ibidem*).

Na perspectiva de Ann Brooks (Gamble, 2001: 50), uma abordagem feminista arrebatada pelo pensamento pós-modernista irá questionar o processo ideológico através do qual “homem” e “mulher” são colocados em categorias separadas e opostas e procurará, de facto e em simultâneo, desestabilizar a noção de sujeito autónomo (genderizado ou outro), tornando, assim, impossível o desenvolvimento de qualquer meta-teoria primaz. De acordo com Brooks, o pós-feminismo substitui o dualismo pela diversidade, o consenso pela variedade e, desta forma, “estabelece uma área dinâmica e vigorosa de debate intelectual, ajustando as decisões e o clima intelectual que caracterizaram o movimento desde a modernidade até à pós-modernidade no mundo contemporâneo”. Ela reclama teóricas como Julia Kristeva, Hélène Cixous, Laura Mulvey e Judith Butler²⁴ para o pós-feminismo, argumentando que tais escritoras “enriqueceram os debates feministas ao proporcionarem um repertório conceptual centrado na “desconstrução”, “diferença” e “identidade” (*idem; ibidem*).

Estamos conscientes de que o termo “pós-feminismo” acarreta múltiplas controvérsias, que vão desde a sua classificação de traidor do passado feminista à de continuador dos objectivos originais do feminismo. Para uns e umas, o pós-feminismo transforma-se numa epistemologia pluralista, destinada a dilacerar os padrões universalizantes de pensamento e, desta forma, capaz de alinhar com

24 Autoras de perspectivas diferentes, como se pode ver pelo repertório enunciado.

pós-modernismo, pós-estruturalismo e pós-colonialismo. Para outras e outros, existe outro modo do feminismo se adaptar aos tempos de mudança.

As feministas, na casa dos vinte, trinta anos, estão, de forma significativa, a distanciar-se da política problemática do pós-feminismo, descrevendo-se como participando numa “terceira vaga” onde se encontra, primorosamente, entrelaçado o duplo imperativo “continuidade / mudança”.

O nome híbrido de pós-feminismo reflecte a tomada de consciência, por parte das feministas, de que o conceito de opressão não é o mesmo para todas as mulheres e, mais ainda, de que as suas ligações ao activismo político asseguram que a “terceira vaga” não é apenas uma teoria, mas um acesso para o trabalho activo contra as injustiças sociais que continuam a fazer parte das experiências quotidianas de muitas mulheres. Não é por coincidência que uma das mulheres que mais se identifica com o feminismo da “terceira vaga” seja a escritora e teórica negra bell hooks²⁵. O seu trabalho tem desafiado persistentemente as mulheres burguesas brancas a tomarem consciência da sua posição “inconsciente” de sujeito oprimido e também tem batalhado contra a falta de compromisso político por parte do que ela chama de um “feminismo homogeneizado como estilo de vida”. Ela propõe que o feminismo seja “defendido” em vez de “assumido”:

Uma expressão como “Eu defendo” não implica o tipo de absolutismo que é sugerido por “Eu sou”. (...) Ela significa que foi feita uma escolha, que o compromisso com o feminismo é uma acto de vontade. Comprometer-se com o feminismo não anula a possibilidade de apoiar outros movimentos políticos (bell hooks, em Gamble, 2001: 53).

É esta combinação de compromisso com flexibilidade que está a ser reivindicada pela “terceira vaga” actualmente.

²⁵ O próprio nome da investigadora, que faz questão que seja escrito em minúsculas, é um tributo a este hibridismo da pós-modernidade.

Os feminismos contribuíram, também fortemente, para desconstruir o carácter masculino das concepções de cidadania e para a construção de um “projecto democrático radical baseado em verdadeira igualdade e liberdade” (Torres, 2001: 112).

Analisando as diversas intervenções feministas, sintetizamos três debates centrais em torno das cidadanias (Araújo, 2005b: 18-20). O primeiro tem a ver com a exclusão das mulheres da cidadania, tanto no que se refere aos ideais de igualdade, liberdade e fraternidade como ao estatuto político. Destacam-se, neste debate, as vozes de Anne Phillips (1991) e Carole Pateman (1992). O segundo identifica-se com as relações entre maternidade e cidadania. Sara Ruddick (1980; 1995) fala do “pensamento maternal” e Carole Pateman (1992; 2003) das capacidades naturais (dar à luz e amamentar) que excluíram as mulheres de uma cidadania política. O terceiro debate relaciona-se com as questões da igualdade e da diferença no que concerne a: - direitos iguais do ponto de vista civil e político; - diferença, não a sexual ou, como diz Pateman, “a diferença entre liberdade e subordinação” (Araújo, 2005b: 20), mas a que permite reconhecer as capacidades e experiências que as mulheres vivem e a que atribuem sentidos específicos; - diferença entre as próprias mulheres, denunciando a teoria que tornava a experiência das mulheres em termos de classe, raça e orientação sexual como homogénea. Realçam-se, neste debate, as vozes de Simone de Beauvoir (1971), Shulamith Firestone (1968), Monique Wittig (1992), Luce Irigaray (1974; 1977), Rosi Braidotti (1997) e Drucilla Cornell (1997).

Existe, portanto, uma diversidade de sentidos que acentua, uma vez mais, uma “polifonia” em torno do/s conceito/s de cidadania/s. As discussões feministas, desenvolvidas ao longo das últimas três décadas, sobre o significado e o espaço das diferenças de classe, raça ou etnia, género, sexualidade, cultura, idade, região e relações de poder que se estabelecem entre estas categorias sociais, entrecruzam-se com o campo das opressões e com os limites das fronteiras teóricas tradicionais construídas acerca das concepções do público, do privado e dos graus de autonomia e de dependência próprios de cada um. Estas discussões têm desocultado e evidenciado a necessidade de levar em linha de conta a variedade de campos que são já, eles mesmos, políticos, ou seja, já constituídos e envolvidos nas relações de poder, e na distribuição do poder-

conhecimento. As questões que dizem respeito à natureza das diferenças têm sido marginalizadas perante o entendimento da relacionalidade e contextualidade dos conceitos de diferença. Atendendo a que, nas relações sociais modernas, as diferenças se polarizam, a reflexão sobre a diversidade actual na sociedade permitirá diversificar as possibilidades da inovação, obviando às competições que os dualismos provocam. O que importa, então, é dar atenção à multiplicidade de relações que é possível estabelecer numa situação específica e às oportunidades e entendimentos políticos que essas relações podem gerar (Jodi Dean, 1997).

Neste sentido, na construção de um projecto democrático radical, não podemos recusar a política. Podemos “relocalizar” (*resite*) o político e, ao fazê-lo, reconhecer os múltiplos campos e espaços que gerem e são geridos pela política. “Relocalizar” apresenta novas possibilidades para a contestação democrática e para a agência (*agency*) (Dean, 1997: 1). O tipo de política, a variedade de respostas e a espécie de análises teóricas adequadas a um campo específico não serão, assim, conhecidos antecipadamente, mas serão eles próprios os motores da acção, ou seja, desenvolver-se-ão de uma forma reflectida produzindo um saber sobre o/a Outro/a e também um saber sobre si próprio/a.

3.2. O NEOLIBERALISMO COMO CONDICIONANTE DAS CIDADANIAS

Retomando a proposta de Faulks (2000, em Nogueira e Silva, 2001a) para explicar a direcção e evolução da cidadania, os factores económicos e o triunfo do capitalismo são, de facto, cruciais para a compreensão da cidadania. As elites políticas confiam na realização e no desenvolvimento da economia, pelo que pretendem manter as condições necessárias para que esse potencial se possa realizar. Importa, então, saber se a cidadania se apoia no capitalismo ou se, pelo contrário, se lhe opõe.

Sectores neoconservadores e neoliberais põem a tónica na necessidade de controlo do estado sobre fornecimento de benefícios e sobre quem beneficia. Falam de crise moral das famílias, da passividade promovida junto das populações pobres por receberem ajuda estatal, dos gastos considerados

exagerados do estado e acusações de crise fiscal por concessões de subsídios. Como afirma Torres (2001: 106), a argumentação de que se servem baseia-se na contraposição de duas lógicas: a lógica do mercado, que deve permitir criar consumidores capazes de construir um consenso social alargado, através de um mercado dinâmico, e a lógica do estado, que deve ser restringida na sua área de intervenção, não apenas à esfera da produção, mas noutras áreas como a da educação e da segurança social. Nestas perspectivas, com dificuldade se aceita que exista uma outra lógica que se move independente da económica, e que é da ordem de um estatuto próprio de todas/os aquelas/es que partilham o mesmo sentido de comunidade.

Estas perspectivas neoconservadoras e neoliberais têm constituído um bloqueio muito sério a noções de cidadania como as defendidas, por exemplo, por Thomas Marshall (1967).

Marshall concebe a sociedade como um sistema social de actividades inter-relacionadas que mantêm o comportamento social e a identidade, permitindo a liberdade de escolha individual. Ele afirma a possibilidade de compatibilidade entre empresas capitalistas e políticas sociais colectivistas, advogando que uma economia de mercado livre pode contribuir para a promoção e criação de bem-estar. Relativamente à cidadania, Marshall entendia que era necessário analisar e compreender a forma como se poderia reconciliar a democracia política formal com a continuidade da divisão da sociedade em classes sociais, argumentando, para tal, que o Estado-Providência poderia limitar os impactes negativos das diferenças de classe nas oportunidades de vida dos indivíduos, ao mesmo tempo em que permitia um comprometimento das pessoas com o sistema. Ele afirma que:

o elemento social se refere a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar económico e a segurança, ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade. (Marshall, em Nogueira e Silva, 2001a: :30).

Marshall (1967) descreve a construção dos direitos de cidadania a partir do surgimento de três direitos básicos: os direitos civis, os direitos políticos e os direitos sociais. Estes, mais recentes, são os últimos a integrar a noção clássica de cidadania. Datam do século XX e surgem da reivindicação pelo direito ao trabalho, à escola, à saúde, entre outros. Os direitos sociais são centrais no seu conceito de cidadania e, em seu entender, os mais controversos. Ligados organicamente ao Estado-Providência, pressupõem a criação de melhores condições e uma maior igualdade, sobretudo para sectores da população que mais dificuldades têm em sobreviver numa sociedade de mercado. Torres argumenta da seguinte forma: *“os direitos sociais formam um elemento vital numa sociedade que é ainda hierárquica, mas que mitigou as desigualdades – e amaciou as tensões - derivadas do sistema de classes sociais”* (Torres 2001: 106).

Thomas Marshall assume a possível compatibilidade entre direitos sociais e capitalismo, mostrando uma excessiva confiança neste último. De facto, pelos anos 1980, o equilíbrio entre o poder do trabalho e o capital mudou em favor deste. As restrições que os governos neoliberais começam a colocar aos direitos sociais mostram bem como é perigoso dar primazia ao domínio económico, que acaba por ter um papel fundamental na liberdade dos indivíduos. Ao mesmo tempo, tem sido sublinhado que o interesse de Marshall pela cidadania pode ser considerado como reduzido, funcionando apenas numa direcção, pela preocupação exclusiva com a integração social e condições materiais e culturais da classe operária, masculina, deixando na sombra a subalternidade²⁶ da condição de vivência de cidadania das mulheres e de grupos étnicos. Ao assumir que a cidadania, na forma de direitos civis, se tornou universal, atira para as margens da universalidade a história da cidadania das mulheres (Nogueira e Silva 2001a: 31), como se pode constatar pelo que acontecia com as mulheres portuguesas, cujo estatuto de igualdade só foi consubstanciado na Constituição

26 Conceito desenvolvido por Gayatri Chakravorty Spivak (1987), “A Literary Representation of the Subaltern: A Woman's Text from the Third World”, em *In Other Worlds: Essays in Cultural Politics*.

Portuguesa em 1976. Fraser e Gordon²⁷ (1995: 48) também consideram discutível este posicionamento de Marshall, porque não tem em consideração quer as desigualdades existentes entre os indivíduos quer a solidariedade e a interdependência como fundamentos da cidadania social.

Quando se está centrada sobre as questões de cidadania e de democracia, em que existe um pressuposto forte de que as pessoas cidadãs são intrinsecamente de valor semelhante, Anne Phillips alerta: “Qualquer sistema de representação que exclua sistematicamente as vozes das mulheres não é apenas injusto; simplesmente não serve como representação” (Phillips, 1991: 63).

Quanto à natureza do Estado liberal em si mesmo, quarto factor apontado por Faulks (2000) a ideia evolucionista de Marshall, de que a maioria da população seria progressivamente abrangida por sistemas de segurança social, não parece estar a “dar conta” do fenómeno crescente de franjas da população cada vez mais “de fora” do sistema de segurança social (Nogueira e Silva, 2001a: 34). O próprio Estado é inerentemente racializado, genderizado e com vocação para se desestatizar, afirmando as suas virtualidades através de uma intervenção modesta e reguladora. O Estado moderno não conseguiu cumprir um conjunto de promessas que os liberais e a modernidade de uma forma geral assumiam ser possíveis, nem é um Estado neutro do ponto de vista político, conforme também preconizavam. A linguagem do mercado apropriou-se e infiltrou-se na discussão política, conseguindo uma privatização do político que entrava as oportunidades colectivas de objecção. Assiste-se à despoliticização do Estado e à destatização das políticas sociais e de igualdade (Santos, 1999, em Ferreira, 2000: 36).

Na mesma linha de pensamento, Canotilho (2006), citando Munn-Giddings (1998), argumenta: “A forma como o 'político' é construído e quem tem o poder de decidir o que é político (...) conduz-nos à importância da presença das mulheres nas estruturas políticas formais e à necessidade de desafiar do exterior as

27 Neste artigo, Fraser e Gordon analisam por que não existe cidadania social nos EUA e por que toda a ligação das pessoas aos serviços públicos é considerada um sinal de dependência, de fragilidade a evitar, porque estigmatiza socialmente. Segundo as autoras, a cidadania social, ao contrário do que se passa com a cívica, está ausente do discurso político. Concluem, então: “É, sem dúvida, preciso contestar as teses conservadoras e liberais segundo as quais a preservação dos direitos cívicos e políticos exige que se deem fora os direitos sociais. Hoje que a retórica sobre o triunfo da democracia anda a par da devastação social e económica, é chegado o momento de insistir na ideia de que não pode haver cidadania democrática sem direitos sociais” (Fraser e Gordon, 1995: 50).

estruturas formais, particularmente na construção de um conhecimento de base para contestar as ortodoxias estabelecidas. As actividades formais e informais não são mutuamente exclusivas. O desafio é desenvolver uma noção de cidadania que combine a perspectiva de *empowerment* no interior e no exterior das instituições e organizações políticas. Há a necessidade (...) de ter em conta assuntos que são usualmente pensados como não-políticos e privados porque a sua despolitização e privatização é parte da forma como a opressão das mulheres tem sido historicamente estabelecida e reproduzida" (*ibidem*: 34).

A obra de Iris Marion Young, por exemplo, critica o pensamento liberal pelas suas concepções de universalidade e pelas suas políticas baseadas numa "cidadania de subalternidade".

3.3. CIDADANIA E VIOLÊNCIA NUMA PERSPECTIVA FEMINISTA

Nesta secção importará reflectir como se articula a questão da violência contra as mulheres na esfera das relações de intimidade com a cidadania. Tendo em conta o que já atrás foi desenvolvido, a cidadania não incorporou, inicialmente, as mulheres, nem as dimensões da vida a que elas estavam mais dedicadas. Aqui entram as questões da vida privada e da intimidade.

São os movimentos feministas que, ao longo de décadas, vão trazendo à agenda da política pública as questões da vida privada com o slogan, já referido, de "o pessoal é político".

Nesta reivindicação realizaram um duplo desafio à ordem patriarcal: por um lado, enfrentaram as relações de poder de género e, por outro, deitaram por terra as dicotomias liberais construídas ao longo da modernidade.

É nesta longa luta pelos direitos das mulheres, pelo seu direito de acesso a uma cidadania plena que se inscrevem as movimentações feministas para desocultar a violência contra as mulheres.

Segundo Susan James (em Pinto *et al.* 2004: 48-65), o próprio conceito liberal de cidadania encerra em si mesmo uma certa noção de independência, nas vertentes física, económica e emocional. Isto é, o conceito liberal de cidadania pressupunha que o cidadão teria que ter garantido pelo estado um determinado grau de independência física para poder escolher (eleger ou ser eleito) e participar imparcialmente na tomada de decisão da *polis*, sem ameaças à sua integridade física. Deveria ser igualmente reconhecida a todos os *cidadãos* uma independência económica (mínima) que lhes permitisse tomar as decisões e participar na vida política sem constrangimentos de dependência económica. Também a independência emocional foi equacionada pelo liberalismo no sentido de que deveria ser garantido um certo grau de imparcialidade a cada cidadão que teria obrigação de pensar no interesse geral e não nos seus interesses particulares no exercício dos direitos de cidadania.

Tendo isto em conta, revela-se surpreendente que a violência contra as mulheres no seio da família tenha ficado na obscuridade tanto tempo, mesmo depois de revoluções e transformações sociais que visavam garantir os direitos de cidadania a *todos os cidadãos*. Por exemplo, em Portugal, e depois do 25 de Abril, a questão da violência contra as mulheres foi apenas levantada pelas feministas, tendo caído durante décadas num poço de silêncio. Só em 1997 foi publicado o primeiro estudo sobre *Violência contra as mulheres*, trabalho que teve origem no Inquérito “Violência contra as mulheres”, realizado em 1995, no quadro de um protocolo celebrado entre a Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM) e a Universidade Nova de Lisboa (Lourenço *et al.*, 1997).

No entanto, reflectindo sobre cidadania, é evidente, hoje mais do que nunca, que as vítimas de violência doméstica são coarctadas do acesso ao mais simples direito de cidadania.

Convivendo de perto com o seu algoz, a vítima fica inibida do exercício de cidadania, de qualquer possibilidade de decidir participar ou não, de tomar decisões sobre parte ou totalidade da sua vida sem “autorização” do agressor. Mesmo sem equacionar as graves consequências para a vítima em termos da sua saúde e bem-estar, esta violência constitui um dos mais graves atentados aos direitos humanos e à cidadania, pois retira a liberdade, a igualdade e a justiça.

As diferentes formas que assume a violência contra as mulheres no seio familiar e nas relações de intimidade são, todas elas, demasiado pesadas, visto serem exercidas por alguém muito próximo, impedindo, não apenas a liberdade de expressão e de movimentos, como também a própria liberdade de pensamento e sentimentos.

Como já referimos, não foi útil (nem é) enquadrar esta violência no conjunto da violência familiar e é ainda mais prejudicial para a cidadania das mulheres não compreendermos como esta violência se ancora nas relações de poder entre homens e mulheres e constitui um dos principais mecanismos de reprodução do patriarcado na sua versão mais terrível. Algumas autoras designam de “terrorismo patriarcal”, pelo menos as formas mais extremas deste tipo de violência.

Tal como num regime fascista ou autoritário, a vida no interior de uma família sob o signo da violência machista contra as mulheres constitui uma negação dos direitos humanos fundamentais. Foi a partir desta constatação que os movimentos de mulheres, os movimentos feministas e os movimentos pelo desenvolvimento foram colocando na agenda da política pública internacional simultaneamente os direitos das mulheres como direitos humanos (Conferência de Viena 1993) e que a Plataforma de Acção de Pequim (1995: 87) tem a violência contra as mulheres como um dos eixos fundamentais a eliminar para conseguir os direitos humanos das mulheres²⁸. Esta Plataforma foi ratificada por Portugal e, nessa medida, o Estado Português tem elaborado e desenvolvido os Planos Nacionais para a Igualdade e Contra a Violência Doméstica (o III Plano utiliza o conceito de violência de género).

28 A ocorrência de eventos à escala global levou à criação de instrumentos jurídicos internacionais. Ao Ano Internacional da Mulher (1975) seguiu-se a Década das Nações Unidas em favor da Mulher (1976-1986) e a organização das Conferências Mundiais (México em 1975, Copenhaga e, 1980, Nairobi em 1985, Pequim em 1995). São aprovadas, paralelamente, são aprovadas medidas de prevenção e combate à violência. O VIII Congresso das Nações Unidas para a Prevenção do Crime e o Tratamento do Delinquentes aprova, em 1990, uma Resolução sobre a Violência Doméstica; em 1992, o Comité para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres adopta uma *Recomendação* sobre Violência contra as Mulheres, no quadro da aplicação da Convenção de 1979 (Recomendação 19); em 1993, a Conferência Mundial de Direitos Humanos, segunda na história das Nações Unidas, sublinha a importância de estudar e eliminar as situações de violência contra as mulheres e a Assembleia Geral aprova, sob proposta inicial da Comissão sobre o Estatuto da Mulher, uma *Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres* (Resolução 48/104); em 1994, a Comissão de Direitos Humanos, reunida em Genebra, estabelece um *Relator Especial sobre violência contra as Mulheres* (Resolução 1994/45) (Simões, 2005: 37).

Nesta ordem de ideias, Teresa Pizarro Beleza (2000) refere que combater a violência contra as mulheres na família patriarcal é uma questão civilizacional. Nas suas próprias palavras,

É afinal uma questão simples de civilização: poder estar em casa sem medo dos que nos são próximos. Poder confiar no abrigo do afecto familiar. Um privilégio de humanidade que ainda está longe do alcance de muitas cidadãs e de alguns cidadãos (Beleza, 2000: 12).

Também Ana Maria Braga da Cruz (2000) refere que as mulheres “têm direito ao direito”, no sentido que as mais elementares normas de um estado de direito devem garantir as condições de liberdade a todos os seus membros.

Tal como referimos atrás, a violência contra as mulheres nas relações de intimidade enraíza-se nas representações sociais e nos mecanismos de socialização e de educação que perpetuam a hierarquia de género e o estereótipo *feminidade*²⁹, propenso a tudo abdicar por amor e pela redução do seu espaço à domesticidade e ao isolamento.

Urge, portanto, a defesa e a concretização do direito a “ter voz” (Lewis, em Pinto *et al.* 2004: 10), contra os “redutos da ilegalidade” na casa, no trabalho, na sociedade, no estado. É nesta medida que as organizações feministas têm um papel acrescido neste combate: por um lado, no apoio às vítimas e na denúncia deste crime, por outro, na prevenção quer através da construção de mecanismos de socialização que desafiem os estereótipos e a hierarquia de género, quer trabalhando para a valorização do feminino através da contribuição específica das mulheres para as diferentes áreas da vida social (*idem, ibidem*).

29 Ver explicitação do conceito na pág. 13 deste trabalho.

CAPÍTULO IV: METODOLOGIA

Neste capítulo, enunciaremos as preocupações epistemológicas e metodológicas que orientaram esta investigação, assim como os fundamentos dos procedimentos efectuados de abordagem da realidade social estudada.

Neste trabalho de investigação, está em causa uma forma de fazer investigação em Ciências Sociais assente num paradigma qualitativo, enquadrado naquilo que procuramos como epistemologia feminista. A forma privilegiada de abordagem será a análise do discurso, a fim de revelar a natureza discursiva da linguagem dos *media*, mais propriamente a das notícias impressas de uxoricídios.

Entendidas como um espaço de poder, de lutas, e também como um espaço onde a linguagem é aparentemente transparente, as instituições mediáticas costumam considerar-se neutras, porque acreditam que dão espaço para o discurso público, que reflectem os estados de coisas de forma desinteressada e que expressam as percepções e os argumentos dos/as jornalistas. Todavia, sabendo que não há “lugares brancos”, que as diferenças discursivas são regidas por diferenças de poder que são, elas mesmas, em parte codificadas e determinadas pelo discurso e pelo género e que, consequentemente, os textos costumam ser espaços de luta uma vez que guardam traços de diferentes discursos e ideologias em disputa pelo controlo, sabendo isto, repetimos, serão aquelas presunções uma falácia?

Nesta medida, a análise das notícias de imprensa sobre o uxoricídio, em consequência de violência nas relações de intimidade, permitir-nos-á compreender:

- Quem são as mulheres assassinadas e os agressores (sua idade, profissão, em que meio vivem)?
- Em que circunstâncias ocorreram os homicídios noticiados?
- Há um historial de maus-tratos anterior a este acto?

- A mulher tinha ou não saído ou feito tentativas de sair da relação violenta? Como é isso referido?
- É mencionado o conhecimento por parte das autoridades e da vizinhança de maus-tratos anteriores e/ou referências de morte?
- Que relações de poder são visíveis nos relatos das relações de intimidade?
- Encontra-se ou não uma invisibilidade das mulheres nestas notícias, de tal forma que a mensagem que transparece é que o género feminino não tem valor?
- Encontra-se ou não um conjunto de justificações do acto do agressor, permitindo-nos falar de uma mensagem subtil que atenua a gravidade do acto do homicida?
- Dos dados objectivos sobre este fenómeno, quais os que são referenciados e quais os omitidos?
- Que valores sociais e perspectivas de género encontramos nessas omissões e nessas referências?
- Que mensagens implícitas sobre as questões de género se encontram no conjunto destas notícias?
- Para a socialização das crianças e dos jovens, que outras mensagens implícitas são veiculadas pela imprensa e de que forma contribuem, em maior ou menor grau, para formar as representações em torno da cidadania de género?

São a estas, e outras questões similares, que nos propomos dar resposta com esta investigação, apoiadas, sobretudo, nas teorias feministas, nas questões de poder, de género, de educação e de cidadania.

Para tal, fez-se um inventário de todas as informações sobre uxoricídios que foram publicadas pelo Jornal de Notícias entre os períodos de Novembro de 2004 e Dezembro de 2006. Ao todo, recolheram-se setenta e oito registos de assassinios de mulheres, por parte dos seus maridos, ex-maridos, companheiros, ex-companheiros, amante, ex-amante, namorados ou ex-namorados, e um registo de assassinio de uma mulher, por parte do ex-companheiro da irmã, os quais foram categorizados, em termos jornalísticos, por breves e por notícias e ambas as categorias subdivididas, caso fossem acompanhadas de fichas de notícia ou

de fotografia/s. Estes setenta e nove eventos comunicativos dizem respeito ao relato de cinquenta assassinios de mulheres.

Cada notícia ou breve, e respectivo/s complemento/s, foi submetida a uma abordagem de discurso analítico, inspirada na combinação de elementos de três perspectivas da análise do discurso: a análise crítica do discurso de Fairclough (2004), a teoria do discurso de Laclau e Mouffe (em Phillips e Jorgensen, 2004) e a análise do discurso da psicologia discursiva (em Phillips e Jorgensen, 2004).

Cada texto individual, o relato de cada homicídio (o *corpus*) e os relatos como um todo foram sujeitos a um esquema analítico que consiste nas seguintes estruturas:

- a “lógica de gênero” que dá visibilidade às mulheres e à sua voz;
- as questões de poder e as suas relações entre os gêneros;
- o tratamento do assassinio das mulheres nas relações de intimidade como uma “narrativa ajustada” à realidade;
- a construção mediática da identidade das mulheres assassinadas e dos seus agressores;
- os efeitos da violência na formação da personalidade de crianças e jovens;
- a violência de gênero;
- senso comum “naturalizador”;
- o combate à cultura de tolerância da violência contra as mulheres;
- a solidariedade com as mulheres vítimas de violência doméstica, por oposição ao (seu) silenciamento ou cumplicidade;
- o uso da linguagem por parte das/os profissionais da comunicação.

O resultado da análise de cada texto, do *corpus* e do todo, determinou os pontos nodais em torno dos quais se construíram as estruturas discursivas relativas à interação entre o discurso mediático e o uxoricídio, tendo por base a

perspectiva de género. Por sua vez, as estruturas discursivas projectaram as dimensões da ordem do discurso: a dominante ou convencional e a desafiadora ou criativa.

As notícias impressas produziram, em si mesmas, os dados contextuais. Foi-lhes atribuída uma codificação, tendo sido elaborada uma ficha para cada mulher assassinada. Todas as informações relativas a cada mulher, constantes nesses eventos comunicativos, encontram-se ali transcritas.

Foi usado o conceito de intertextualidade e interdiscursividade de Norman Fairclough (2004) para identificar o trabalho cultural que um texto faz em relação a estruturas mais amplas.

1. AS QUESTÕES EPISTEMOLÓGICAS DESTA ANÁLISE

A investigação em ciências sociais tem vivido, nos últimos anos, uma crise paradigmática, no que diz respeito ao que constitui conhecimento científico. Esta crise tem sido contextualizada por diversos/as autores/as (inclusive feministas) que atribuem diferentes designações ao que eram as condições epistemológicas e metodológicas e àquelas que começaram a surgir nos últimos anos.

Neste sentido, Santos caracteriza-a como uma “revolução científica” que surge, entre outras questões, “pela reconceptualização em curso das condições epistemológicas e metodológicas do conhecimento científico social” (1987: 43). Para este autor, surge actualmente uma confrontação entre um paradigma dominante e um paradigma emergente. O primeiro caracteriza-se pela transladação para as ciências sociais da epistemologia das ciências naturais (positivismo) e o segundo seria “o paradigma de um conhecimento prudente para uma vida decente” (*ibidem*: 37), apagando-se cada vez mais a dicotomia entre as ciências naturais e as ciências sociais.

Segundo Maggie Humm (1989), a maioria das feministas não propõe que a teoria feminista tenha uma única metodologia. De facto, as feministas, através dos chamados Estudos Sobre Mulheres (*Women's studies*), têm produzido

bastante reflexão sobre o que pode constituir uma — ou várias — “epistemologia/s feminista/s”.

1.1. PÓS-MODERNISMO E CIÊNCIA SOCIAL FEMINISTA NO QUESTIONAR DA EPISTEMOLOGIA

Atendendo à sua pluralidade, é imprescindível fazer o enquadramento do contributo feminista para as Ciências Sociais.

Na última década, emergiu uma cultura académica, muito variada nas suas origens, mas unida no cepticismo face ao projecto empiricista para as ciências humanas e sociais. Para esta visão alternativa, que se consubstancia nas perspectivas discursivas, são de importância fundamental três grandes linhas críticas: a linha crítica proveniente dos pressupostos da própria teoria crítica³⁰, a linha crítica literária-retórica, onde se destacam os trabalhos de Derrida (1967) e finalmente (sendo para algumas/uns autoras/es o fundamental) a linha da crítica social, destacando-se os trabalhos de Kuhn³¹ (1962) e Foucault. (década de 1970).

Cada uma destas linhas críticas coloca dúvidas quanto às reivindicações empiristas e realistas de que a ciência sistemática possa produzir descrições culturalmente descontextualizadas, isto é, dizer o que é verdade sem respeitar as organizações de significado humanas. Estas ideias estão na base de uma inflexão pós-moderna no mundo académico (Nogueira, 2001b: 45), na investigação e consequente/s metodologia/s, onde tanto se podem encontrar

30 Max Horkheimer, (1930) acreditava que o teórico tem como função articular e auxiliar o desenvolvimento de uma consciência latente de classe. As tarefas da teoria crítica eram ajudar a recordar um passado que corria o risco de ser esquecido, lutar pela emancipação, esclarecer as razões dessa luta, e definir a natureza do pensamento crítico em si. A relação entre teoria e prática era vista como um processo dinâmico: não existe nenhum sistema invariável que possa determinar como a teoria vai guiar as acções humanas. Horkheimer acreditava que nenhum método único podia produzir resultados definitivos e confiáveis sobre qualquer objecto de pesquisa, que adoptar uma só abordagem em relação a uma dada questão significava correr o risco de obter uma imagem distorcida. A sua sugestão era a adopção de vários métodos de pesquisa, que se suplementariam mutuamente, embora reconhecesse que não havia substituto para a análise teórica (Wodak e Meyer, 2001: 234; 235).

31 O livro de Thomas Samuel Kuhn *The Structure of Scientific Revolutions* (1962) continua a ser a obra de maior impacto da bibliografia epistemológica dos últimos 25 anos: facto que se deve ao modo profundo e radical como procurou responder à pergunta “o que é a ciência?”.

pequenos estudos de caso qualitativos, assim como grandes bases de dados, provenientes de trabalhos de campo e pesquisas etnográficas.

O nome de Jean-François Lyotard (1989) é um referencial importante para todo o debate sobre o pós-modernismo, porque Lyotard rejeita as “grandes narrativas da legitimação”, assim como a noção de que a mudança social se baseia na descoberta e consequente alteração das estruturas subjacentes da vida social através da aplicação de uma grande teoria ou meta-narrativa (*idem, ibidem*).

Conceição Nogueira (2001b), citando Jane Flax, explica que as grandes dúvidas, ou as mais radicais acerca das crenças ainda prevalecentes em determinadas culturas ocidentais e derivadas do Iluminismo, passaram a ser alvo de intensas críticas. Neste sentido, aponta as seguintes: a) a existência de um *self* estável e coerente; b) a *razão* permitir um conhecimento objectivo de confiança e de fundamentação universal; c) o conhecimento adquirido pela utilização correcta da razão ser verdadeiro, isto é, representar algo real e imutável (universal) acerca da mente e da estrutura do mundo natural; d) a possibilidade de o conhecimento poder ser simultaneamente neutro (estabelecido na base da razão universal e não em interesses particulares), e socialmente benéfico; e) a ciência como exemplo do correcto uso da razão, sendo o paradigma para todo o conhecimento verdadeiro, neutra nos seus métodos e conteúdos, mas socialmente benéfica nos seus resultados; f) a linguagem ser, em certo sentido, transparente (a ideia de que os objectos não são linguística ou socialmente construídos e que se tornam presentes na consciência através do uso correcto da linguagem) (*ibidem*: 45-46).

Assim, continua Nogueira, com o pós-modernismo caíram “os mitos da verdade e da uniformidade”, alimentados pela “ideologia da representação”, característica da modernidade: a) o mito de um conhecimento válido que possa representar correctamente e de forma fiel, a realidade; b) o mito do objecto como elemento constitutivo do mundo; c) o mito da realidade como independente dos

indivíduos; e, finalmente, d) o mito da verdade³² como critério decisório (*ibidem*: 46).

As/Os pós-modernistas tornaram o convencional em arbitrário e promoveram a teoria e a política da descrença face à linguagem dos direitos, à racionalidade, aos interesses e à autonomia, como características do *self* humanista que legitimavam a vida social moderna, modernidade essa, encarada, agora, como fonte de subjugação, opressão e repressão (*idem, ibidem*).

A atractividade destas novas perspectivas reside essencialmente nas suas promessas libertadoras e na sua amplitude social. Esta ideia não implica, no entanto, assumir a existência de alternativas ilimitadas, nem uma simplificação na decisão de dispensar discursos opressores, mas parece tornar possível repensar um conjunto de categorias sociais como o género, a sexualidade, a raça ou etnia, a classe social, a idade, a religião ou a cultura.

No que se refere ao questionamento da epistemologia pela ciência social feminista, Sandra Harding (1986) desenvolveu uma taxinomia baseada em três abordagens: o empirismo feminista, a teoria do ponto de vista feminista (*standpoint*) e o pós-modernismo feminista, cada uma progressivamente mais radical nos seus compromissos epistemológicos.

Na abordagem empirista, as feministas aceitam os princípios positivistas da investigação neutra em valores. Nesse sentido, advogam que não há diferenças onde outros as encontram. Esta perspectiva é cada vez mais questionada. Uma alternativa importante a esta abordagem é identificada como a teoria do ponto de vista (*standpoint*) feminista. Esta posição enfatiza o aumento do conhecimento como uma actividade pessoal onde pesquisador e sujeito estão em interacção contínua, sendo indissociáveis das suas próprias experiências. Distancia-se da ênfase na procura de objectividade e neutralidade e centraliza os estudos nas próprias mulheres, produzindo conhecimento que consideram verdadeiramente

32 Para Foucault (1999), na modernidade a verdade é a norma; discursos verdadeiros que julgam, condenam, classifica, obrigam, coagem, trazendo sempre consigo efeitos específicos de poder.

feminino porque exclusivamente centrado nas experiências particulares. No entanto, estas cientistas rejeitam a negatividade associada aos estereótipos sobre as mulheres e acabam frequentemente por enfatizar, mais do que negar, importantes diferenças entre os sexos.

As duas abordagens anteriores são, principalmente, essencialistas, porque conceptualizam o género como característica permanente e estável nos indivíduos. Ao contrário, a teoria pós-moderna feminista pressupõe múltiplas categorias, imbuídas de temporalidade, não-universalistas (Nogueira, 2001b: 59). Os métodos devem ser mais comparativos, atentos às mudanças e aos contrastes, em vez de procurarem leis; devem evitar o conforto metafísico de um único método ou epistemologia feminista. As noções unitárias de mulher e de identidade de género femininas são substituídas por concepções construídas, complexas e plurais de identidade social, tratando o género como algo relevante e importante, mas atendendo também, entre outras coisas, à etnicidade, à classe e à orientação sexual (Haraway, 1990, *idem, ibidem*).

A grande vantagem deste tipo de teoria reside na sua utilidade para a prática política feminista contemporânea, já que esta é cada vez mais uma questão de alianças, e não uma unidade à volta da universalidade partilhada de interesses ou identidade. Reconhecer a diversidade das necessidades e experiências das mulheres significa não aceitar soluções únicas e universais. Nenhuma solução para questões como o cuidar das crianças, a segurança social etc., pode ser simples e única, adequada a todas as circunstâncias, já que nem todas as mulheres partilham dos mesmos interesses e enfrentam os mesmos obstáculos e constrangimentos. Neste sentido, pode-se falar do termo “plural” como prática dos feminismos (Fraser & Nicholson, 1990; Kappeli, 1991, *idem, ibidem*). Conceição Nogueira refere Flax (1990) para quem o feminismo pós-moderno pode contribuir para uma perspectiva pluralista, já que o modelo monolítico de racionalidade, autenticidade e verdade foi sempre baseado numa forma (masculina) de conhecimento (Nogueira, *idem, ibidem*).

Se, como argumenta Foucault (1971/1997: 9), o discurso tem uma “*realidade material de coisa pronunciada e escrita*” não são apenas palavras e se traduz em práticas, então deverá ser através de um discurso “científico” que se

produzirão práticas e mudanças. O modo como for produzido o discurso sobre as feminilidades (ou sobre as masculinidades) irá influir no modo como construímos a realidade.

1.2. A “VIRAGEM PARA A LINGUAGEM” E A ANÁLISE DO DISCURSO

Questionando os pressupostos do essencialismo, do humanismo, do positivismo e do empirismo nas ciências sociais tradicionais, as teorias críticas moveram o centro da atenção da pessoa para o domínio social. Insistem que se tenha uma posição crítica face ao conhecimento disponível, às observações objectivas do mundo e que as categorias com as quais se apreende o mundo não se referem necessariamente a divisões “reais”. Um exemplo radical desta questão diz respeito ao género. As observações do mundo sugerem, aparentemente, que existem duas categorias de seres humanos - homens e mulheres. No entanto, Conceição Nogueira questiona essa aparência e afirma que não existe distinção entre masculinidade e feminilidade por não reflectirem uma realidade palpável e independente. Embora existam diferenças nos órgãos de reprodução, que também estão presentes em muitas espécies, deve-se questionar o porquê da importância dessa distinção ao ponto de o conjunto das categorias da personalidade ali se basear (Nogueira, 2001b: 49).

Os termos e as formas pelas quais se consegue compreender o mundo e cada um/a individualmente, são artefactos sociais, produtos de inter-relações entre as pessoas, com especificidade histórica e cultural. De facto, o conhecimento é relativo e dependente do tempo e da cultura, isto é, não só é específico a culturas particulares e períodos da história, como também é produto dessa cultura e história e dependente dos arranjos prevalentes quer económicos quer sociais. As formas como se compreende normalmente o mundo, os conceitos e as categorias que se utilizam são específicas de um tempo histórico e cultural e, quer se compreenda o mundo em termos de homem ou

mulher, vida urbana ou vida rural, passado ou futuro, tudo isso depende do “onde” e do “quando” do mundo e do *self* em que se vive³³ (Nogueira, *ibidem*: 50). De igual forma, determinada descrição do mundo é sustentada ao longo do tempo, não por validade objectiva, mas devido às vicissitudes do processo social. Sendo o conhecimento sustentado pelo processo social, é através das interacções diárias entre as pessoas, no decurso da vida, que ele se constrói e se produz discurso. Consequentemente, três conceitos são indispensáveis para a análise (crítica) do discurso: o conceito de poder, o conceito de história, e o conceito de ideologia³⁴.

Partindo do princípio de que o conhecimento e a acção social “caminham” juntos, as compreensões “negociadas” do mundo podem tomar uma grande variedade de formas, surgindo, assim, numerosas e possíveis “construções sociais”, onde cada construção pode convidar a uma determinada acção (Nogueira, *ibidem*: 50). É, por isto, como refere Fairclough (1985), “que, em questões humanas, as interconexões e as redes de causa e efeito podem ser distorcidas a ponto de saírem do campo de visão. Assim, a actividade crítica consiste, essencialmente, em tornar visível a natureza interligada das coisas” (Fairclough, in Wodak e Meyer 2001: 225). Dessa forma, a análise (crítica) do discurso concebe a “linguagem como prática social” (Fairclough, in Wodak e Meyer, 2001: 224), e considera o contexto de uso da linguagem como um elemento crucial (Wodak, 2000c; Benke, 2000). A análise (crítica) do discurso pode ser definida como campo fundamentalmente interessado em analisar relações estruturais, transparentes ou veladas, de discriminação, poder e controlo manifestas na linguagem. Por outras palavras, pretende investigar criticamente de que modo a desigualdade social é expressa, sinalizada, constituída, legitimada, genderizada, através do uso da linguagem (ou no

33 Vejam-se, por exemplo, as mudanças importantes que ao longo dos tempos tiveram as noções de violência conjugal, direitos, cidadania, infância, para falar apenas em alguns.

34 O termo “ideologia” tem recebido diferentes funções e significados ao longo do tempo. Thompson (1990) aponta que o conceito de ideologia foi usado pela primeira vez no final do século XVIII em França. Para ele, a ideologia refere-se às formas e processos sociais dentro dos quais, e através dos quais, formas simbólicas circulam no mundo social (Wodak e Meyer, 2001: 235).

discurso). Em consequência, a maioria das/os analistas críticas/os do discurso tomaria por sua a afirmação de Habermas (1977) de que “a linguagem também é um meio de dominação e força social. Ela serve para legitimar relações de poder organizado. Na medida em que as legitimações das relações de poder, [...] não são articuladas, [...] a linguagem é também ideológica” (Habermas, Wodak e Meyer 2001: 225).

Na sequência do referido até aqui, todo o tipo de interacção social e particularmente a linguagem é de grande interesse para as teorias críticas sociais. O que se pensa ser “a verdade”, isto é, as ideias correntes e aceites da compreensão do mundo, o chamado “senso-comum”, é apenas um produto, não da observação objectiva do mundo, mas do processo social e das interacções nas quais as pessoas estão constantemente envolvidas (Nogueira, 2001b: 50). Para reforçar esta ideia, referimos a argumentação de Phillips e Jorgensen (2004):

Porque a verdade é inatingível, é inútil perguntar se algo é verdadeiro ou falso. Em vez disso, o enfoque deve ser no modo *como* são criados os efeitos da verdade nos discursos. O que deve ser analisado são os processos discursivos através dos quais os discursos são construídos de modo a dar a impressão da representação de imagens da realidade verdadeiras ou falsas (Phillips e Jorgensen, 2004: 14).

Estando o “senso-comum” implícito nas convenções segundo as quais as pessoas interagem linguisticamente e das quais normalmente não têm consciência (Fairclough, 2004: 2), ganha extraordinária relevância a sua análise. Para Gomes (1997: 418), os lugares-comuns (*topoi*) são opiniões e argumentos geralmente aceites que podem integrar a linguagem como universais *tentativos*, razoáveis e plausíveis, sendo a persuasão a origem do convencimento que alcançam. Na mesma linha de argumentação, encontramos Siegfried Jäger (em Wodak e Meyer, 2001: 234) para quem os “símbolos colectivos” (*topoi*) possuem uma importante função coesiva nos textos. A “naturalidade” dos “presumidos”

(Gerald, 2006) do “senso-comum” são ideologias firmemente ligadas ao poder³⁵, às relações de poder subjacentes às convenções e, por conseguinte, legitimadoras. Segundo Fairclough (*op. cit.*: 3), a ideologia é o principal meio (*means*) para a construção do consentido (*consent*).

Se as ideologias estão muito ligadas à linguagem, porque o uso da linguagem é a forma mais comum do comportamento social e é neste que assentam os “presumidos do senso-comum”, a linguagem tem, por conseguinte, uma importância tal na sociedade pós-moderna, e nas relações de poder que aí se estabelecem, que não pode ser ignorada. Muito pelo contrário, a análise (crítica) do discurso tem um interesse particular na relação entre linguagem e poder.

O uso da linguagem é uma forma de acção, tendo por isso um carácter “performativo”, seguindo a perspectiva de Judith Butler (1990). As pessoas adquirem, pelo uso da linguagem que todos os dias se reproduz, os campos conceptuais e as categorias usadas numa dada cultura. Sendo, então, o uso da linguagem regido por padrões genderizados, tal como desenvolvemos no Capítulo III, Butler usa o conceito de “performatividade” (*performativity*) para descrever o modo como as pessoas aprendem a identificar um “desempenho” (*performance*), baseando-se em formas simbólicas de actuação pública e orientando-se por normas sociais³⁶.

Deste modo, as questões da linguagem e dos discursos assumem um relevo importante, precisamente porque a linguagem adquire poder pelo uso que os agentes que detêm poder fazem dela. Esta “viragem para a linguagem” está, assim, reflectida no desenvolvimento da análise discursiva e da análise (crítica) do discurso.

35 Para a análise crítica do discurso, a ideologia é vista como um importante aspecto da criação e manutenção de relações desiguais de poder. Para Thompson (1990), já referido, o estudo da ideologia é o estudo “de como o significado é construído e transmitido através de formas simbólicas de vários tipos”. Esse tipo de estudo investiga também os contextos sociais nos quais as formas simbólicas são empregadas e organizadas. O investigador está interessado em determinar se tais formas estabelecem ou sustentam relações de dominação. Para Eagleton (1994), o estudo da ideologia tem que levar em conta a variedade de teorias e teóricos que têm examinado a relação entre o pensamento e a realidade social. Todas essas teorias partem do princípio de que “existem razões históricas específicas para que as pessoas passem a sentir, raciocinar, desejar e imaginar como o fazem” (Wodak e Meyer, 2001: 235-236).

36 Como foi descrito por nós na secção anterior, assiste-se à desconstrução dos mitos da “ideologia da representação”, ideologia característica da modernidade.

Se tivermos em linha de conta as premissas de que o discurso é estruturado pela dominação, que cada discurso é historicamente produzido e interpretado, isto é, está situado no tempo e no espaço, e que as estruturas de dominação são legitimadas pelas ideologias dos grupos que detém o poder, a abordagem defendida pelos/as proponentes da análise (crítica) do discurso possibilita a análise das pressões verticalizadas e das possibilidades de resistência às relações desiguais de poder, que figuram como convenções sociais. A partir dessa perspectiva, as estruturas dominantes estabilizam as convenções e naturalizam-nas, isto é, os efeitos da ideologia e do poder, na produção de significados, são mascarados e assumem formas estáveis e naturais: eles são tomados como ‘dados’, como não arbitrários. Todavia, os discursos são ideológicos (um dos objectivos da análise crítica do discurso é, precisamente, “desmistificar” os discursos decifrando as ideologias), pelo que a resistência é vista, então, como a quebra de convenções e de práticas discursivas estáveis, através de actos de “criatividade” (Fairclough e Kress, em Wodak e Meyer, 2001: 226).

Conceição Nogueira (2001b: 52), citando autores como Burman e Parker, considera que as pesquisas³⁷ que aplicaram a análise do discurso trouxeram pelo menos três contribuições úteis. Em primeiro lugar, a análise do discurso incorporou o trabalho de Michel Foucault (1970/1997), principalmente o desenvolvido durante a década de 70, permitindo que as ideias deste autor servissem para uma descrição crítica da função do/s poder/es disciplinar/es. Em segundo lugar, a análise do discurso permitiu desafiar o estatuto de “verdade” e,

37 De acordo com Wodak e Meyer (2001), grande parte das pesquisas linguísticas realizadas até aos anos de 1970 focalizava os aspectos formais da linguagem que constituíam a competência linguística dos/as falantes, e que podiam, em teoria, ser isolados dos exemplos reais de uso da linguagem (Chomsky). Nos campos onde a relação entre a linguagem e o contexto era tida em conta, como na pragmática (Levinson), com um foco na competência pragmática/sociolinguística dos/as falantes, as frases e seus componentes ainda eram consideradas as unidades básicas. Muitas das pesquisas sociolinguísticas da época tinham como objectivo descrever e explicar a variação linguística, a mudança linguística e as estruturas de interacção comunicativa, dando pouco atenção a questões de hierarquia social e poder (Labov e Hymes). Nos anos 1990, o termo análise crítica do discurso (ACD) passou a ser usado, de forma consistente, para referir-se a essa abordagem particular de análise linguística. Sinteticamente, realçamos algumas concepções desta abordagem: a linguagem é um fenómeno social; os indivíduos, as instituições e os grupos sociais possuem significados e valores específicos, que são expressos de forma sistemática por meio da linguagem; os textos são as unidades relevantes da linguagem na comunicação; os/as leitores/as ou os/as ouvintes não são recipientes passivos quando se relacionam com os textos; há similaridades entre a linguagem da ciência e a linguagem das instituições (Wodak e Meyer, 2001: 228).

em terceiro, introduziu a problemática da reflexividade, ou seja, a avaliação crítica e pública dos processos e dos recursos interpretativos.

A recorrência à análise do discurso também se tem revelado uma ferramenta importante para moldar a prática política, sendo usada para comentar os processos sociais que participam na manutenção das estruturas de opressão. É cada vez mais necessária a introdução da dimensão política para corresponder, com maior relevância, aos sectores mais afectados pelas contradições existentes na ordem social. Não sendo a única forma, a análise do discurso pode também servir este objectivo, porque acaba por facilitar os processos de transformação e não os de reprodução.

Ao nível da análise discursiva, não existem critérios para decidir ou privilegiar umas versões interpretativas sobre outras, o que torna difícil o posicionamento do/a investigador/a. De facto, não se encontra uma resposta fácil quando se pergunta qual é a melhor interpretação e, especialmente, qual a linha de acção a seguir depois da análise. Todavia, como argumentam Phillips e Jorgensen (2002),

combinando as diferentes perspectivas de modo a formar um enquadramento multiperspectivador, a investigação pode esclarecer um fenómeno a partir de diferentes ângulos, considerando mais explicitamente a complexidade do fenómeno (Phillips e Jorgensen, 2002: 153-154).

É possível assumir uma determinada interpretação, se ela for validada pela abordagem à realidade social e valorizada como transformadora da ordem social dominante. Este critério permite, assim, assumir algumas escolhas, não só em função da adequação do método utilizado, mas também das implicações resultantes da análise³⁸. Segundo Nikander, a análise do discurso é como “um

38 Tal como Conceição Nogueira adverte, importa referir que não é nossa pretensão referir-nos como des/construcionistas sociais por utilizarmos a análise do discurso, visto que não há uma correspondência unívoca entre os dois.

guarda-chuva para várias abordagens com origens teóricas diferentes e, por conseguinte, com diferentes níveis analíticos” (Nikander, em Marra e Holmes, 2003: 367).

Na linha de pensamento de Conceição Nogueira, estamos conscientes de que avaliar os efeitos de um determinado discurso constitui uma responsabilidade ético-política (2001b: 54). Um compromisso de crítica face à ordem social dominante, e não apenas uma crítica metodológica, aumenta a possível repercussão pragmática dessa análise.

Após o entusiasmo geral, começaram, progressivamente, a surgir várias questões importantes para a agenda de investigação da análise do discurso, mas que ainda não foram adequadamente discutidas, e contestações às perspectivas discursivas. Wodak e Meyer (2001: 238) elencam as seguintes: o problema de como operacionalizar as teorias e de como relacionar a dimensão linguística com as dimensões sociais (o problema da mediação); a aplicação da teoria linguística; a noção de ‘contexto’, que, com frequência, é definida ou de forma muito ampla, ou de forma muito restrita; a acusação de parcialidade; tornar a inter ou transdisciplinaridade como parte integral das análises textuais. Por sua vez, Conceição Nogueira (2001b: 56) refere-se ao reducionismo linguístico e, essencialmente, à problemática do relativismo. Esta investigadora interroga-se: como conhecer a realidade ou como aceder a ela? O que se considera real e quais as suas diferentes dimensões? Na sua opinião, uma forma de ultrapassar o problema e as ambiguidades poderá ser assumir que as coisas são construídas socialmente e ao mesmo tempo ‘reais’ (*idem, ibidem*).

Podemos estar a favor ou contra, aceitar ou resistir às posições que os discursos nos oferecem, mas não nos podemos abster. Nessa situação, por defeito, estaremos de acordo com o *status quo*, legitimando-o. O poder da análise do discurso deve ser enfatizado, precisamente pela possibilidade de mostrar que as coisas podem ser diferentes (Willig, em Nogueira, 2001b: 56). De forma idêntica, é importante reafirmar que a análise do discurso deve e tem a responsabilidade de fazer recomendações para a acção, baseada em valores e sendo continuamente reflexiva e crítica (Burr, em Nogueira, *ibidem*: 57). Inquestionavelmente, a análise do discurso, e mais especificamente a análise

crítica do discurso, é, presentemente, um paradigma estabelecido dentro da linguística.

1.4. DISCURSO DO GÉNERO

A “invasão” das perspectivas pós-modernas, pós-estruturalistas e da teoria crítica, trouxeram para a agenda a crítica aos paradigmas convencionais. São colocadas novas questões e novos desafios aos programas de pesquisa tradicionais, o mesmo acontecendo com o estudo e análise do significado e práticas associadas ao género.

Na perspectiva de Lígia Amâncio (1999) as diversas ciências sociais têm evidenciado dificuldades em construir análises consistentes das relações de género, apesar das deste conceito ter vindo a ser teoricamente tratado desde há alguns anos. Podemos questionar-nos como é possível esta situação, passados mais de 30 anos desde que as cientistas sociais identificaram o género como uma dimensão de análise importante e com toda a produção científica consequente. Esta situação dá origem ao debate actual entre feministas relativamente ao que se pode compreender como verdade ou realidade acerca do género (Nogueira, 2001b: 57), devido à sua diversidade e fluidez de configurações e percursos.

Tratar o género como algo relevante e importante para a interpretação ou explicação dos textos, falados ou escritos, a par com os conceitos de ideologia, poder e hierarquia, significa assumir o género como uma construção social, ou seja, como um sistema de significados que se constrói e se organiza nas interacções, e que governa o acesso ao poder e aos recursos (Crawford, Denzin, em Nogueira, *ibidem*: 61). Não é, por isso, um atributo individual, mas uma forma de dar sentido às transacções: ele não existe nas pessoas, mas sim nas relações sociais.

Os processos relacionados com o género influenciam o comportamento, os pensamentos e os sentimentos dos indivíduos, afectam as interacções sociais e ajudam a determinar a estrutura das instituições sociais. Como o género é uma

ideologia dentro da qual as diferentes narrativas são criadas, as distinções de género ocorrem disseminadamente na sociedade.

O construcionismo social, assim como a filosofia de tendência pós-moderna (Flax, *idem*, *ibidem*), reconhecem a contradição como parte fundamental da realidade social e isso é consistente com a argumentação de que categorias importantes como o sexo e o género podem funcionar com definições distintas e em simultâneo numa situação particular. Diferentes participantes, ou mesmo e apenas um só indivíduo, podem, no decorrer de uma interação social, afirmar diferentes perspectivas de género, dependendo dos aspectos salientes das categorias no momento (*idem*, *ibidem*).

Nesta perspectiva as pessoas desenvolvem o seu sentido de *self*, nos e através dos discursos disponíveis à sua volta (*idem*, *ibidem*), como acontece com o discurso do género. Sendo o conhecimento aquilo que *consentimos* ser considerado verdade num determinado contexto de relações sociais, é precisamente nesse processo de acordo que é criada a realidade de determinado fenómeno. O género, não sendo um fenómeno que existe dentro dos indivíduos, é um acordo que existe nas interações sociais: é precisamente aquilo que concordamos que seja (*idem*, *ibidem*). Em maior ou menor grau, tanto homens como mulheres acabam por aceitar as distinções de género visíveis ao nível estrutural e que se estabelecem ao nível interpessoal, tornando-se tipificados/as do ponto de vista do género, ao assumirem para si próprios/as os traços de comportamento e papéis normativos, "presumidos" na sua cultura, para as pessoas do seu sexo. Para além desta internalização de traços, comportamentos e papéis, as mulheres internalizam também a sua desvalorização e subordinação (Crawford, *idem*, *ibidem*).

O género é, então, uma invenção das sociedades humanas, uma "peça de imaginação" com múltiplas facetas: construir adultos (homens e mulheres desde a infância), construir os "arranjos sociais" que sustentam as diferenças nas consciências de homens e mulheres (divisão das esferas da vida privada/pública, por exemplo) e criar significado. Em suma, criar as estruturas linguísticas que modelam e disciplinam a nossa imaginação (Nogueira, *ibidem*: 61).

Howard & Hollander referem o género como "performativo", podendo-se dizer "fazer" o género:

Através da interacção, negociamos interpretações particulares; isto é, criamos significados. Através da linguagem, através da participação nos rituais da interacção social, através do nosso envolvimento activo com os símbolos e as realidades materiais da vida de todos os dias, nós literalmente criamos aquilo que reconhecemos como real. Um mínimo de compreensão das regras partilhadas e das realidades é necessário para sustentar a comunicação humana e a interacção e em última instância as sociedades (Howard & Hollander, em Nogueira 2001b: 62).

Assim, o processo contínuo de fazer o género, recria a construção desse mesmo género. A identificação com a compreensão socialmente construída de género guia o comportamento, dirigindo as pessoas a conformarem-se com as expectativas genderizadas e, deste modo, a "fazer o género" de uma forma compatível com a sua construção num determinado contexto social. Em consequência, o género é também, e essencialmente, uma questão de poder. Este poder, segundo Foucault (em Phillips e Jorgensen, 2004: 13), existe em diferentes práticas sociais, pelo que deve ser entendido como "produtivo", ou seja, o poder produz discurso, conhecimento, corpos e subjectividades que, por sua vez, produzem poder/es, numa relação dialéctica que evidencia o papel do/s discurso/s na constituição do mundo.

As abordagens discursivas enfrentam, no momento, o debate entre a problemática do assumir de posições realistas ou relativistas, sendo que as grandes críticas se dirigem ao relativismo extremo, o que poderá implicar a impossibilidade de políticas activistas feministas. Será que assumir a inexistência de categorias universais impossibilita a defesa da igualdade entre 'mulheres' e 'homens'? Como "defender", como diz bell hooks 1984, o feminismo perante esta pluralidade de identidades? Daqui decorre a importância de assumir uma posição teórica em que a conceptualização da construção do género possibilite a adopção de políticas feministas.

Pesquisas recentes sobre os padrões genderizados do uso da linguagem distanciaram-se da tendência inicial de se centrarem nas formas da linguagem e concentram-se num novo foco: as funções da linguagem, influenciadas pelo desenvolvimento da análise crítica do discurso e da pragmática. As pesquisas sobre linguagem e género recorrem aos métodos e abordagens de muitas disciplinas, nomeadamente a linguística, a antropologia, a psicologia social e a sociologia, e todos afirmam a importância da investigação de padrões de comunicação. É, uma vez mais, na linguagem que se encontra a produção cultural das identidades de género.

A polarização do conceito de género, e respectivas categorias dicotómicas, trouxeram alguns problemas às pesquisas feministas, exactamente pelo seu poder redutor. Actualmente, o desafio coloca-se em termos da conceptualização do género sem essa polarização. A este propósito, Deborah Cameron (em Talbot, 2001: 145) argumenta: *“o género é um problema, não uma solução”*. Para esta autora, os focos feministas no “domínio” e na “diferença” podem ser percebidos como “momentos” particulares inclusivos, a saber: a afronta feminista e a nomeação do opressor, por um lado; a célebre reivindicação “o pessoal é político” e a contribuição positiva das tradições culturais das mulheres, por outro. Contudo, está na hora de mudar. É essencial dar atenção pormenorizada às especificidades do contexto. A fim de efectivamente explorar os padrões do domínio masculino, é preciso examinar as instituições, as situações e os *genres* que colocam os homens em posições onde eles podem dominar as mulheres.

2. OPÇÕES METODOLÓGICAS

Das várias metodologias de análise da informação existentes, optamos pela metodologia de análise do discurso, cujas ferramentas linguísticas permitem desvendar a natureza discursiva de muitas das mudanças sociais e culturais contemporâneas e, mais especificamente no caso da nossa investigação, possam permitir alcançar uma compreensão mais completa de como a linguagem funciona

na constituição e transmissão do conhecimento mediático, na organização dos *media* como instituição social, no exercício do poder e no desafio às hierarquias de poder, bem como perceber, ao nível da intertextualidade e da interdiscursividade, quais os discursos que competem entre si.

A linguagem dos *media* pode ser analisada como um espaço de poder, não só pelas formas gramaticais presentes nos eventos comunicativos como também pelo controlo que exerce através do *genre*³⁹ textual que adopta para esse evento. Nesse espaço, as formas linguísticas são usadas em várias expressões e manipulações desse poder, de lutas, onde a linguagem é aparentemente transparente. Neste sentido, os *media* podem ter um papel mediador e construtivo. Mediador, porque estabelecem uma relação dialéctica com outras práticas sociais, e construtivo, porque a sua acção, situada social e historicamente, pode mudar o mundo.

Considerando a relevância das questões de género nesta nossa investigação e considerando, ainda, que “os discursos deverão então ser vistos como relações verificáveis com o conjunto de outras práticas” (Foucault, 1991, em Gomes, 1997: 410), as ferramentas analíticas da análise (crítica) do discurso permitem: por um lado, desconstruir as naturalizações com que as diferenças de género, na base da biologia, se construíram e, por outro, iluminar as ligações do discurso de género com as dos discursos de classe, de etnia, de “raça”, de sexualidade, de capacidades. Torna-se, também, pertinente “desmontar” os rótulos associados aos desempenhos (*performances*) genderizados, intimamente ligados à linguagem ideológica, implícita ou explícita na ordem do discurso mediático. As notícias e as breves expressam as diversas estruturas e padrões discursivos acerca do género e da violência.

Não há apenas um discurso mas vários, e alguns confinantes entre si, e também não “descodificamos” apenas um uso da linguagem (*an utterance*), pois recorreremos a uma combinação de traços do uso (*features of utterance*) a vários

39 Entendido nos termos usados pela análise crítica do discurso, género (*genre*), a par com os discursos, é um dos constituintes dos tipos de discurso, ou seja, o uso particular da linguagem que participa e constitui uma parte de uma prática social. Um texto pode usar a linguagem de outro *genre*, pode desempenhar algumas das funções de outro *genre* e pode usar a forma gráfica de outro *genre*.

níveis com representações guardadas a longo prazo. As formas gramaticais das frases, as formas das palavras, a suposta sequência de acontecimentos numa dada situação, levam-nos a apresentar essa combinação em termos colectivos como *recursos* (*members resources*), para podermos interpretar essa situação. E, mais uma vez, estes *recursos* são socialmente determinados e ideologicamente formatados.

Na análise das notícias e das breves sobre uxoricídios, procurámos encontrar as intertextualidades e as interdiscursividades que aí poderiam aparecer. Sem, no entanto, fazer categorias, as palavras emergentes, por si só, podem revelar as formas como a/o jornalista se posiciona (consciente ou inconscientemente). Ao usarem determinadas construções frásicas, emergem iluminações da/s ideologia/s implícitas que subjazem às construções de género, como por exemplo: o número de vezes que determinado termo é verbalizado, quem é nomeado e quem é omissa, o uso de determinados pronomes e conjunções. Ainda a título explicativo, na frase *Homem mata mulher que abandonou o lar* fica implícito que a/o jornalista, ou a/o editor/a, parece atribuir um laço de causalidade entre os dois acontecimentos. Como a/o jornalista é uma pessoa no seio da sociedade, não consegue, mesmo que o queira, ser totalmente neutra/o. O que escreve veicula, parcialmente, as representações sociais que perpassam na sociedade na sua globalidade.

Podemos ainda referir outros procedimentos que exemplificam como se ligou a análise à fundamentação teórica. A “aniquilação simbólica” é muito visível na *ordem do discurso* presente em muitos eventos comunicativos: praticamente nada se sabe da mulher assassinada; sabe-se mais sobre o agressor. Se há crianças que presenciam a violência extrema, ou são elas próprias também vítimas, então a mulher alvo de uxoricídio desaparece completamente da *prática discursiva*. Muitas vezes surge, ainda, o nexa entre o homicídio e o ciúme, realçando a representação social de que as mulheres são pertença dos homens, deixando implícita a ideia de que eles tiveram alguma razão justificativa para os seus actos agressivos. Trata-se, aqui, da ligação antiga aos “crimes de sangue”, aos crimes de “salvar a honra”. Assim, o “crime passiona” remete para a ideia geral de que a “paixão é cega”, evidenciando-se aqui uma legitimadora, e

perigosa, “naturalidade” dos “presumidos” do “senso-comum”, ou, ainda, dos *topoi* (os lugares-comuns). Quando focalizamos os títulos dos eventos comunicativos, ocorrem articulações com diferentes discursos anteriores a esse e essa *realização* é muito forte. Também se verifica que muitos títulos resultam de frases escritas na voz passiva, sendo, portanto, usado o particípio de verbos transitivos que, por regra, tem valor passivo. Assim, a mulher assassinada não aparece como sujeito-agente, mas como paciente da acção (Cunha e Cintra, 1985: 97) que resulta da sua posição, na frase activa, de objecto directo ou complemento. Nesses títulos, o agente da passiva é o agressor e a mulher é a paciente da acção, o que nos remete para cadeias de equivalência de outros discursos que enquadram as mulheres como seres passivos, submissos, até mesmo moldáveis, se quisermos usar este adjectivo por comparação com o barro de origem bíblica.

Estas intertextualidades não estão explícitas, pelo que cabe à análise o papel de lhes dar a visibilidade devida. A análise do discurso procura identificar os termos críticos⁴⁰ carregados de significado, que designamos por *pontos nodais*, onde se cruzam as intertextualidades e as interdiscursividades, como, por exemplo, *ciúme, abandono do lar, ponto final no namoro, não aceitou a decisão, a mulher de Ricardo*. Os temas daqui resultantes, e cruzados entre si, permitem descortinar os *padrões discursivos*. A procura dos *pontos de articulação* (por exemplo, advérbios, pronomes, conjunções) permite estabelecer uma relação entre *elementos* (signos polissémicos) de modo a que a identidade desses elementos, isto é, desses signos, fique modificada, estabelecida. Estes pontos de articulação adicionam influências aos elementos, modificando o seu significado. Vejamos um exemplo: “G., *ter-se-á queixado de que o marido, A., ‘era um mandrião’, que não apresentava o dinheiro suficiente para a subsistência da casa. **No entanto**, A., que era tido como homem pacato, trabalhava numa empresa e, em part-time, fazia trabalhos de tractorista,...*”. O ponto de articulação

40 Não devemos entender estes termos críticos como puros fenómenos linguísticos ou retóricos. No discurso não é o código que está em causa, mas os acontecimentos e as condições singulares da sua existência. O discurso é o resultado da tensão entre espaço de produção e produção do discurso. A análise do discurso deve sofrer uma expansão semelhante à proposta por Ricoeur (1975) para o caso da metáfora: a frase, e não a palavra, deve ser a primeira unidade de significação, resultando a metáfora do reflexo na palavra de uma produção de sentido que ocorre num enunciado mais vasto (Gomes, 1997: 415).

“No entanto” permite inferir que, na notícia, as várias ocupações do marido remetem para a *intertextualidade* do “homem ganha-pão” na esfera pública e da mulher “submissa” na esfera privada.

Mais ainda, os pontos de articulação permitem, de igual forma, descortinar as possibilidades excluídas pelo discurso, que Laclau e Mouffe designam por *campo da discursividade* (Phillips e Jorgensen, 2004: 28). Estas *exclusões* são também evidenciadas pela análise do discurso, mostrando as *ausências*, as *ocultações*, as *invisibilidades*. Se pegarmos, novamente, no último exemplo referido, é desvalorizada a acusação levantada por G. relativamente ao facto de o marido não dar dinheiro para casa. Novamente, será o ponto de articulação “no entanto” que poderá apontar para um *encerramento, temporário*, da *flutuação do significado* no signo, produzindo, assim, um *discurso hegemónico*: a “verdade” parece ficar do lado do agressor, que neste caso era homem, e, ainda, tido como pacato e trabalhador.

A fragmentação acima apresentada em nada abona o discurso mediático, pois, de acordo com a terminologia proposta pela psicologia discursiva, é necessária uma análise focada na *construção* dos elementos para que se percebam os *repertórios interpretativos*.

De facto, outra análise crucial é encontrar as *contradições* que nos permitem estabelecer as *interdiscursividades*, evidenciando *estruturas discursivas* desafiadoras da *normatividade discursiva* da hierarquia de género. Será o caso dos dois artigos que nos falam, quase exclusivamente, das mulheres assassinadas e que desenvolvemos no Capítulo V.

Em face do acima exposto, é nossa pretensão encontrar as diferentes vozes, cruzadas e entrecruzadas, trazê-las à luz, de forma a conceptualizar os diferentes discursos que competem no domínio mediático e tentar perceber a relação entre estas ordens do discurso. A estratégia da *multivocalização* possibilitará gerar novas questões que possam englobar as *regularidades* e os *consensos*, bem como as *particularidades* e os *desacordos*.

CAPÍTULO V: ANÁLISE DO DISCURSO DAS NOTÍCIAS IMPRESSAS

A violência doméstica, mais especificamente, a violência nas relações de intimidade que resulta no homicídio conjugal (uxoricídio) ou homicídio de mulheres no seio de relações de intimidade, fornece a questão-chave deste projecto de investigação.

Importava-nos conhecer de que forma este tipo de homicídio é tratado pela imprensa escrita, pelo que esta questão-chave foi abordada através da análise da cultura mediática em torno do uxoricídio em Portugal.

A fim de a perspectivar, quer em termos educacionais quer em termos dos estudos sobre as mulheres, é fundamental reflectir sobre as mensagens transmitidas através da perspectiva de género e das questões de cidadania, em especial a cidadania das mulheres.

A perspectiva de género tem sido dificilmente articulada e considerada como prática social, pesem embora os diferentes estudos realizados, e comprovados, e as diferentes directivas ao nível da União Europeia nesse sentido.

Entre esses estudos já realizados, os que se enquadram no âmbito das relações entre os feminismos e os *media* mostraram que, de uma forma geral, as/os jornalistas tendem a dar mais valor aos assuntos que conhecem melhor, àqueles em que se sentem mais seguros, ou seja, aos assuntos fácticos. Deste modo, as relações de género continuam a ser classificadas, ao nível redactorial, como brandas, interessantes, possíveis ou adiáveis (Gallego, 2002/2004: 63), visto que a sua abordagem deve ser explicada mais por relações ou processos do que por factos.

A cultura jornalística advoga que assenta em valores “neutros” e “universais”, em “não-lugares” (Magalhães e Stoer 2006: 27-28), que reflecte a realidade e que é portadora da verdade. Todavia, sabemos que não há lugares-brancos, uma vez que tudo ganha significado através do discurso, que um texto

tem tantos significados quantos os seus leitores e que não há uma concepção unívoca da verdade.

Com base no enquadramento acima descrito, pretendemos saber que significado confere o discurso mediático aos seguintes temas:

- a “lógica de género” que dá visibilidade às mulheres e à sua voz;
- as questões de poder e as suas relações entre os géneros;
- o tratamento do assassinio das mulheres nas relações de intimidade como uma “narrativa ajustada” à realidade;
- a construção mediática da identidade das mulheres assassinadas e dos seus agressores;
- os efeitos da violência na formação da personalidade de crianças e jovens;
- a violência de género;
- o senso comum “naturalizador”;
- o combate à cultura de tolerância da violência contra as mulheres;
- a solidariedade com as mulheres vítimas de violência doméstica, por oposição ao (seu) silenciamento ou cumplicidade;
- o uso da linguagem por parte das/os profissionais da comunicação e da educação.

O resultado da análise de cada texto, do *corpus* e do todo determinou os pontos nodais em torno dos quais se construíram as estruturas discursivas relativas à interacção entre o discurso mediático e o uxoricídio, tendo por base a perspectiva de género. Por sua vez, as estruturas discursivas projectaram as dimensões da ordem do discurso: a dominante ou convencional e a desafiadora ou criativa.

Os *media* encontram-se ainda profundamente implicados nos padrões de discriminação contra as mulheres na sociedade – padrões que, através da ausência, trivialização ou condenação das mulheres nos conteúdos mediáticos têm conduzido, como referimos no Capítulo I, à sua “aniquilação simbólica”.

As mulheres são insuficientemente identificadas, podendo-se inferir que a política do privado não tem obtido o estatuto de política legítima.

MULHERES OBJECTO DIRECTO *VERSUS* MULHERES-SUJEITO: AS MULHERES COMO PACIENTE DA ACÇÃO

Sendo estes eventos comunicativos sobre o assassínio de mulheres nas relações de intimidade, registamos, afinal, que muitos títulos resultam de frases escritas na voz passiva, sendo, portanto, usado o participio de verbos transitivos que, por regra, tem valor passivo. Assim, as mulheres assassinadas não aparecem como sujeito-agente, como “agentes protagonistas” da acção, mas como pacientes da acção que resulta da sua posição, na frase activa, de objectos directos ou complementos. Nestes títulos, o agente da passiva é o agressor e a mulher é a paciente da acção, o que nos remete para cadeias de equivalência de outros discursos que enquadram as mulheres como seres passivos, submissos. Aos olhos dos/as leitores/as parece que elas têm visibilidade, todavia essa visibilidade é passiva. Elas não são mulheres-sujeito. Parafraseando Magalhães (2005a: 19) “a noção de agência permite pensar os sujeitos como agentes das suas vidas e não (...) bonecos [cujos] pensamentos e acções [estão] determinados”. Contudo, e invariavelmente, “a mulher batida [e assassinada, acrescentamos nós] é vítima de acções intencionais por agentes identificados” (Young, 1990: 42), tornando-se a sua acção enfraquecida pela passivação.

Seguem-se alguns desses títulos:

"Mulher morta à frente da filha" [SN, A1]
"Mortas pelos maridos à queima-roupa" [LC, 1] ; [MRR, 1]
"Mulher assassinada com um tiro na cabeça" [SN, E1]
"Agredida até à morte com cabo de vassoura" [FD, 1]
"Morta pelo companheiro com disparo de caçadeira" [AR, 1]
"Mulher assassinada com tiro de caçadeira" [HR, 1]
"Degolada pelo companheiro à frente da filha de dois anos" [RG, 1]
"Assassinada pelo ex-companheiro" [LS, 2]
"Assassinada com cinco tiros por antigo namorado" [SC, 1]
"Jovem assassinada a tiro pelo antigo namorado" [IR, 1]
"Assassinadas pelos companheiros" [IF, 1] ; [SN, M1]
"Rapariga de 21 anos terá sido morta à paulada" [CI, 1]
"Morta à facada no quintal" [SN, P1]
"Assassinada pelo homem com quem tentava dar um novo rumo à vida" [EM, 2]

O SENTIMENTO DE "PROPRIEDADE" ATRAVÉS DO "CONTRATO SEXUAL"

Através do conceito de "contrato sexual", Carole Pateman (1998/2003) argumenta que é a submissão da mulher na esfera privada que está na base do contrato que o liberalismo considera livre, quer do ponto de vista individual quer civil. A sujeição representada por este "contrato" opõe-se à liberdade civil. Esta não é universal, sendo antes um atributo masculino estabelecido na base do direito do "patriarcado fraternal" (*fraternal patriarchy*) para subordinar as mulheres às necessidades dos homens. "Os irmãos [elementos da mesma fraternidade, neste caso, os homens entre si] fazem um contrato sexual: eles estabelecem uma lei que confirma o direito do sexo masculino e que assegura um acesso ordenado de cada homem a uma mulher" (Pateman, cit. em Arnot et al., 2000: 151). Cada mulher subordina-se a cada homem através do contrato de casamento e a todos os homens, a todos os membros da fraternidade, através do domínio político e

económico. Assim, os homens legitimam o seu direito autónomo ao poder na vida pública e, ao mesmo tempo, o seu direito masculino (ou direito patriarcal) sobre as mulheres.

O conteúdo dos discursos dos eventos comunicativos, analisados neste âmbito, conduz-nos aos resultados apresentados por Arnot, Araújo Deliyanni e Ivinson (2000a). O estudo realizado revelou que as jovens portuguesas entrevistadas questionavam o ainda presencial domínio masculino religiosamente guardado no contrato conjugal. Elas apresentavam uma imagem do modo como a “fraternidade” funciona para controlar a sexualidade das mulheres: a dependência forçada aos homens das suas vidas, pais, irmãos (rapazes) e namorados / maridos, impõe-lhes um controlo através da regulação dos seus movimentos.

Fazendo uso do poder, alguns agressores (homens) atribuem a si mesmos valor absoluto e apropriam-se do direito de vida ou morte da família, considerando-a como propriedade sua e apoderando-se dos seus bens. Os homens exibem uma tendência para pensar as mulheres como sua “propriedade sexual e reprodutiva” que eles podem possuir e trocar (Wilson, 2003: 257). Designar os homens como sexualmente “proprietários” é referir, não apenas a força emocional dos próprios sentimentos de posse, mas também uma atitude mais permissiva em relação às relações sociais.

Seguem-se alguns exemplos com excertos das notícias:

“Os dois agressores tinham sido abandonados pelas respectivas mulheres, que assassinaram” – Caixa no topo da página [MR, 1] ; [EM, 1]

“Mataram mulheres que os abandonaram” – Título [MR, 1] ; [EM, 1]

“O alegado homicida não terá aceite, de bom grado, a saída de casa da vítima.” [MR, 1]

“Há cerca de um mês abandonara a sua casa e o marido,...” [MR, 1]

“Miguel não aceitou que a rapariga tivesse posto ponto final no namoro, ...” [IR, 1]

“Ele já andava de roda da Irene há vários dias...” [IR, 1]

“Suspeito...não aceitou ponto final no namoro...” – Subtítulo [SN, D1]

“...em Dezembro...o suspeito terá pedido à proprietária para despedir a mulher.” [MB, 2]

“...suspeito telefonou ao sogros, avisando-os que ia matar a esposa...” [SN, N1]

“Ela acabou com o namoro e ele não aceitou a decisão e andava de volta dela para a convencer.” [EM, 2]

“o indivíduo queria retomar a ligação...” [HR, 1]

“...o suspeito nunca se terá conformado com o final do relacionamento.” [SC, 2]

“...inconformado com o fim da relação.” [SN, M1]

*“Anabela, **a mulher de Ricardo**, ...”* [A, 1]

“De acordo com o que o JN apurou, o alegado autor do crime está perfeitamente consciente do que fez.” [MG, 1]

A continuidade e a estabilidade dum sistema social, cujos valores, e correspondente mentalidade dominante, interpretam diferenças biológicas como diferenças em termos de capacidades, interesses legítimos e até de valor humano, são garantidas pela padronização das relações entre os dois sexos. “Os homens não deixam facilmente as suas mulheres irem embora. Procuram as mulheres que os deixaram, para litigar e ameaçar e muitas vezes para as matar. A partida coloca o homem em risco de perder o controlo da capacidade reprodutiva da sua esposa, companheira ou namorada” (Wilson, 2003: 263).

Demonstrativos desta noção de propriedade, que alguns homens têm sobre as suas companheiras, constituem os homicídios de mulheres que queriam o divórcio, ou o fim da relação, em caso de namoro, ou mesmo que já tinham saído de casa e, em alguns, já estavam divorciadas.

Seguem-se alguns excertos:

“O namoro entre os dois jovens terá acabado há já algum tempo por vontade da Irene que acabaria por ser assassinada.” [IR, 3]

“Casal estava separado há cerca de três semanas” – Subtítulo [CF, 1]

“Há cerca de três semanas ter-se-ão separado.” [CF, 1]

“A relação conjugal não era a melhor. Há três anos, o casal chegou a estar separado. As divergências voltaram e, há cerca de duas semanas, a separação repetiu-se...” [MRR, 1]

“Sabemos que eles andavam a tratar do divórcio e que as coisas não estavam lá muito bem.” – Testemunho de vizinho [C, 1]

“O casal estava separado há algum tempo e mantinha um relacionamento tempestuoso nos últimos anos.” [MC, 1]

“...a mulher ... pretendia acabar com a relação.” [SN, D1]

“...a professora deu a conhecer ao suspeito que queria terminar a relação.” [IV, 2]

“...contam moradores que o casal estava já separado e preparava-se para o divórcio.”
[SM, 1]

“...estaria separada do marido.” [MA, 1]

“...separaram-se pouco tempo depois de a filha nascer (...) Há cerca de meio ano, Rosa Maria conseguiu transferência do Cacém para os serviços de Finanças da Covilhã e mudou-se para a aldeia de Silvares ,no Fundão, para junto de familiares. [RG, 1]

“...ela expulsou-o de casa porque ele lhe batia.” – Testemunho de prima [LS, 2]

“...pouco tempo depois do final da relação entre ambos...” [SC, 1]

“...chegaram a viver em Espanha, mas a mulher acabou por vir embora, alegadamente devido aos maus-tratos que lhe infligia.” [SN, L1]

“Emília Oliveira Marques, que residia em Ourém após se ter separado do marido...”
[EM, 1]

“..., mas o relacionamento acabou por se deteriorar, levando-a a separar-se.” [EM, 2]

A FRATERNIDADE MASCULINA

Em algumas notícias, encontramos elementos representativos do que algumas autoras/es designam como *fraternidade masculina*. Neste contexto, esta fraternidade entre os homens tem como consequência objectiva a desculpabilização do agressor (neste caso, homicida) e, nessa medida, contribui para reforçar a cultura de tolerância deste tipo de violência.

Seguem-se alguns excertos:

“...deixou perplexos os colegas de profissão que o descrevem como ‘uma pessoa pacata’...” [SC, 2]

“O agente suspeito de ter morto a ex-namorada a tiro é descrito, pelas pessoas que com ele lidavam, como “pacato” e “bem-humorado”. De acordo com os colegas de profissão, nunca terá tido qualquer tipo de atitude violenta ou agressiva.” [SC, 2]

“... Andaria perturbado e estaria, até, a ter acompanhamento psiquiátrico. Mas os colegas relacionavam tal situação com a pressão e o stresse inerentes à profissão.”
[SC, 2]

“António Moreira foi descrito como sendo um homem calmo e pacífico por alguns dos seus vizinhos. Apesar de saberem que ele já havia assumido o crime, os moradores que mantinham algum contacto com o casal continuavam a achar ‘impossível’ o cenário escrito (sic). [MG, 1]

‘Eu não acredito que ele tenha matado a mulher. Andava sempre com os diabetes (sic) em baixo e com ar doente’, afirmou uma das pessoas....” [MG, 1]

“O marido (...) era definido como “um homem simpático e bastante religioso.” [IF, 1]

RESISTÊNCIA AO TERRORISMO PATRIARCAL PAGA-SE COM A VIDA

A resistência ao poder que algumas destas mulheres conseguiram exercer, mas que não impediu que fossem assassinadas, permite inferir, ainda que em pequena escala, que essas mulheres, conscientes da opressão e da discriminação de que eram alvo por parte dos seus maridos, companheiros ou namorados, desenhavam percursos e opções de vida que transformariam o seu próprio mundo. Notar-se-á aqui a “viragem feminista de uma geração” em relação ao jugo patriarcal?

Estas intenções e desejos de quebra do “contrato sexual” por parte das mulheres são, todavia e uma vez mais, pouco referenciados nas notícias analisadas.

“A jovem ‘voltou a rejeitá-lo’, confidenciaram ao JN alguns populares.” [IR, 2]

“...queria retomar a ligação, mas a mulher recusava.” [HR, 1]

“...ele queria que ela voltasse, mas ela recusou.” [DR, 2]

AS MULHERES QUE JÁ ERAM “VÍTIMAS” ANTES DE O SER

Cada texto, como Barthes argumentou em 1977 (Matheson, 2005: 46), é um “espaço multidimensional no qual uma variedade de escritas, nenhuma delas original, se mistura e colide”. Assim, a criatividade das/os escritoras/es, nomeadamente a das/os profissionais dos *media*, é muito mais limitada do que a teoria literária romântica fez crer.

A ordem do discurso das/os jornalistas para descrever a premeditação dos crimes, por parte dos agressores, transporta os/as leitores/as para uma disputa social partilhada com um cenário policial. Através dessa descrição, apercebemo-nos que o sentimento de posse dos agressores está profundamente interiorizado

e enraizado no seu pensamento. Muitos deles premeditam o crime de tal forma que muitas mulheres já eram “vítimas” antes de o ser.

Seguem-se alguns excertos:

“Isaías terá ido com a mulher buscar a filha à escola, alegadamente com o propósito de passearem. A menina entrou em casa ... enquanto os pais a esperavam do lado de fora. O homem terá insistido com a mulher para “ir apressar a filha”, o que a vítima fez, sendo seguida pelo suspeito. Em casa, Isaías esfaqueou Marta até à morte.” [MB, 2]

“Surgiu na casa da antiga namorada com uma pistola de calibre 6,35 mm adaptada, carregada e pronta a disparar.” [IR, 3]

“... uma carta dirigida ao filho do casal, de 11 anos.” [CF, 1]

“... terem visto o homem ao volante de um veículo durante toda a tarde.” [DR, 1]

“...quando se dirigia a pé para o trabalho, o homem esperou por ela...” [MC, 2]

“A PJ suspeita que o arguido terá comprado um litro de gasolina...” [IV, 2]

“O arguido comprou, num posto de combustíveis da zona, um litro de gasolina, que lhe atirou para o corpo, após o que a incendiou com um isqueiro, pondo-se, de seguida, em fuga e abandonando-a a lutar contra as chamas.” [IV, 3]

“... tê-la-á abordado e desferiu um tiro ...” [HR, 1]

“... este andaria a premeditar o crime. (...) O suspeito procurava há dias, entre os amigos caçadores, alguém que lhe ficasse com os dois cães, animais que estimava muito.” [A, 1]

“Já tinha tentado matar a companheira” – Subtítulo [RG, 1]

“O homicida terá atacado por detrás, ...” [RG, 1]

“...atraí-la para o exterior... Cá fora tê-la-á atacado...” [SN, K1]

“... arrastando-a para o exterior sob coacção física.” [LS, 2]

“... foi surpreendida pelo agente da PSP, que a esperava junto ao prédio, num recanto escuro.” [SC, 1]

“... e terá ido esperar a ex-companheira à porta de casa do actual namorado daquela...” [SC, 2]

“...viu o homicida dentro do carro, escondido atrás dum canavial. (...) “... Mas ele já devia estar à espera delas” [SN, M1]

“Assassinou a mulher depois de ter ligado a avisar os sogros” – Título ; “... suspeito telefonou ao sogros, avisando-os que ia matar a esposa.” [SN, N1]

“... levando a supor que Paulo terá esperado que Margarida saísse de casa (...) Um pano no chão faz adivinhar que esteja com éter, substância alegadamente usada para imobilizar a vítima. (...) terá regado a mulher com gasolina, ateou o fogo e saiu do local, deixando para trás o garrafão que serviu para levar o produto inflamável.” [MR, 1]

“Aliás, há quem diga que Paulo “tinha tudo premeditado”, pois na véspera (...) deixou os filhos em casa dos avós.” [MR, 2]

“... o indivíduo terá esperado a ex-mulher, Emília Oliveira Marques,...” [EM, 1]

“...O homem ... se deslocou a Mira de Aire, munido de uma pistola e disparou directamente na nuca de Emília, ...” [EM, 2]

“José João já sabia ao que ia. (...) e quando se dirigiu já empunhava uma faca de cozinha.” [AA, 1]

O ASSASSÍNIO COMO FUTILIDADE: O EXTREMO DA COISIFICAÇÃO DAS MULHERES

Os padrões de risco de separação e risco de homicídio são frequentemente semelhantes. Contudo, na medida em que o assassinio da esposa, companheira ou namorada é o acto do marido proprietário, as suas circunstâncias esclarecedoras são mais prováveis de encaixar nas da separação desejada e determinada pela esposa e de ser distintas das razões pelas quais os homens se descartam das esposas que eles já não valorizam.

Está também aqui patente o modo como as formas simbólicas de actuação pública moldam o “desempenho” (*performance*) de cada um e de cada uma, orientado “adequadamente” por normas sociais. Esta modelação, que implica um esforço para sustentar uma distinção clara entre a conduta pública e privada – calor privado, frieza pública; *performance* privada, compostura pública; despreocupação privada, boa educação em público – é, em si mesma, politicamente suspeita, já que tanto marca uma distinção clara entre público e privado como uma descontinuidade radical entre os dois.

Por força da estereotipia, assumem-se e interiorizam-se modelos sexistas, ou seja, o que o social diz ser próprio do masculino e do feminino. Certas crenças, como, por exemplo, “os homens são fortes e corajosos” e “as mulheres são frágeis, submissas e belas”, são interiorizadas, transformando as mulheres meramente em forma e corpo, em “objecto” (Magalhães, 2005b) descartável, do qual se pode dispor, utilizar ou deitar fora conforme a vontade do momento, em suma, em objectos de agressão, desenvolvidos no Capítulo II.

Seguem-se alguns excertos:

“Um imigrante russo... confessou ter matado... por alegadas desavenças conjugais, ...”
[VB, 1]

“... terá tido como motivo uma divergência conjugal.” [MC, 1]

“Matou mulher à paulada e já preparava o funeral” – Título [MER, 1]

“... um forte clima de desavenças familiares terá desencadeado um quadro de grande violência física e psicológica, ...” [MER, 1]

“Causas continuam por esclarecer” – Subtítulo [GP, 2]

“... numa discussão...” [MA, 1]

“... após discussão” - Subtítulo ; *“...terá estado uma discussão doméstica entre o casal.”*
[MAS, 1]

“...terá alegado durante o interrogatório que praticou a agressão num “momento de fúria incontrolável”, pois “não tinha intenção de matar a mulher.” [MF, 2]

“... na sequência de uma discussão, ...” [IF, 1]

“Suspeita de maus-tratos na morte de uma mulher” – Título

} [CM, 1]

“...a vítima possa ter sido alvo de violência doméstica”

“... foi vítima de agressões, como terá confirmado a autópsia...” [CM, 2]

“...durante mais uma discussão entre o casal.”

} [SN, O1]

“... durante mais uma discussão em plena via pública,...”

“...que a vítima lhe ‘extorquia dinheiro e por isso perdeu a cabeça.’ “ [SN, Q1]

“... como os gritos continuavam, o homem pegou numa pedra e deu-lhe três pancadas na cabeça.” [PG, 2]

A INVISIBILIDADE DAS MULHERES ASSASSINADAS

Dos setenta e nove eventos comunicativos analisados, vinte e três não nomeiam as mulheres assassinadas (29%). Destes, cinco referenciam o suicídio ou tentativa de suicídio dos agressores por oito vezes, sendo que duas destas referências são postas em destaque no título e no subtítulo.

Ao analisarmos o discurso das notícias escritas, verificamos que o sujeito “mulheres” desaparece do evento comunicativo, sendo, regra geral, “alvo” em vez

de protagonista do mesmo. A nomeação da mulher assassinada desaparece por oposição à nomeação do agressor e, também, à dos/as filhos/as.

A questão da pronominalização também merece ser aqui sinalizada, pois o uso desnecessário desta estrutura gramatical põe em evidência a tendência para o uso do universal neutro, tornando-a, assim, num ponto nodal.

Esta naturalização da complementaridade das mulheres, que se regista pela análise efectuada, vem de encontro aos resultados de estudos realizados sobre o impacte dos papéis tradicionais de género.

Os percursos de vida, as histórias e as experiências destas mulheres “anónimas”, destas “não-cidadãs”, encontram-se em desvantagem relativamente às dos seus agressores, homens, porque, a eles, dá-se-lhes visibilidade.

Seguem-se alguns excertos:

“... desferiu o tiro na companheira e de seguida suicidou-se, com a mesma arma.” [SN, C1]

“Assassinou a mulher e tentou suicidar-se” – Título

} [SN, G1]

“O autor dos disparos tentou suicidar-se também a tiro...”

“... o objectivo era matar a mulher e suicidar-se também...” [SN, H1]

“... o objectivo era suicidar-se também...” [SN, H2]

“Após o crime, o presumível homicida tentou suicidar-se, atirando-se para debaixo de um automóvel...” – Subtítulo

“... depois tentou suicidar-se, atirando-se para debaixo de um automóvel em andamento...”

} [SN, N1]

“... este atirou-se para debaixo do carro, para se suicidar...”

“...a mulher, companheira, há pouco mais de um ano...”

} [AR 1]

“...pelo companheiro, A.M....”

“Miguel não aceitou que a rapariga...”

} [IR,1]

“Miguel continuou a seguir os passos da rapariga...”

“...o Paulo manifestou sempre desconfiança e ciúmes em relação à sua mulher.” } [MRR,2]
“Na noite do crime Paulo e a esposa...”
“Josemiro teria acusado a mulher,...” [MAR,1]
“Matou a tiros de caçadeira mulher e filho de 9 anos, Márcio Filipe.” [CR,1]
“disparou sobre a mulher e o filho, Raul,...” [LC,1]
“Jaime Marques agredia frequentemente a companheira...” [RG,1]
“Eles davam-se muito bem e Júlio adorava-a.” [JA, 1]
“... arrastando-a para o exterior sob coacção física.” [LS, 2]
“Carlos recebeu-a a tiro quando estacionava o carro.” [DR, 2]

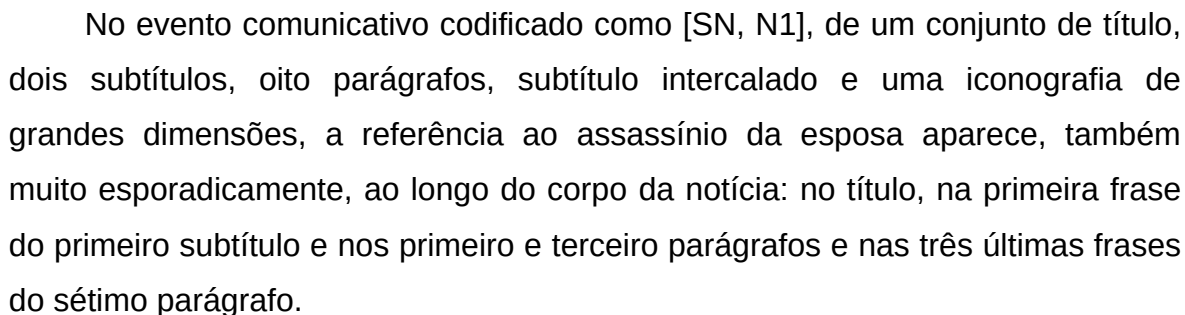
Conferimos relevo aos eventos comunicativos seguintes por os considerarmos como os mais paradigmáticos de todos os que se relacionam com a invisibilidade das mulheres assassinadas. Se, como referimos adiante, três eventos se distinguem dos restantes pela prática discursiva criativa, estes representam o “clímax” das práticas discursivas convencionais. Um dos eventos está, também, associado ao conceito do senso comum que designamos por “morte das inocentes”.

De facto, grande parte dos discursos é construída à volta do suicídio ou de tentativa de suicido dos agressores.

No evento comunicativo codificado como [SM, 1], de um conjunto de título, subtítulo, sete parágrafos e duas fichas de notícia a referência ao assassinio da esposa aparece, muito esporadicamente, ao longo do corpo da notícia: no subtítulo, na primeira frase do primeiro parágrafo e nas três últimas frases do sexto parágrafo. Curiosamente, ou talvez não, considerando que a/o jornalista coloca em pé de igualdade quem agride e quem é agredido, uma das fichas de notícia tem por título “Vítimas” e aparecem três fotografias acompanhadas de três pequenos textos, pela seguinte ordem:

- 1º.** Nomeação e fotografia do autor dos homicídios, texto com sete linhas;
- 2º.** Nomeação e fotografia da mulher assassinada, texto com sete linhas;
- 3º.** Nomeação e fotografia do filho de ambos, texto com sete linhas.

[SM, 1]



[SN, N1]



A violência doméstica constitui um fenómeno que vai desde a agressão reiterada não severa a um outro extremo, onde o controle é total e põe em perigo a vida das mulheres.

A estrutura social dominada pelo masculino cria as disposições necessárias para a existência deste fenómeno, proporcionando condições em que este tipo de violência marital é permitido, encorajado ou normalizado (Magalhães, 2005a: 50).

OS AGRESSORES COMO “MEMBROS DE UM CLUBE”

O uso de uma linguagem que tem uma história particular, coloca os significados dos textos, quer os que se constroem quer aqueles a que se reportam, numa relação específica com a sociedade e a cultura através de uma identidade e, no caso em análise, de uma unidade dos seus protagonistas masculinos. Parece-nos significativo que sejam realçadas determinadas especificidades dos agressores que os identifica como “membros de um clube”, de acordo com a argumentação de Chandler, citado em Matheson (2005: 46).

Seguem-se alguns excertos:

“O suspeito do duplo homicídio herdou a paixão da caça do pai, que também se suicidou com uma caçadeira” [A,1]

“A caça era um dos passatempos favoritos de Ricardo...” [A,1]

“Carlos Alberto... era caçador.” [CR1]

“... dedicava-se à caça” [ML 1]

“... dedicava-se à caça” [AR 1]

Se a partida implica riscos de os homens perderem o controlo da capacidade reprodutiva da sua esposa, companheira ou namorada, o adultério tem também o mesmo valor, com a agravante de colocar o homem em risco de ser cornudo. “A revelação da infidelidade da esposa é uma provocação tão extrema que um ‘homem razoável’ pode responder com violência letal” (Wilson, 2003: 257).

“O adultério é largamente construído para justificar o recurso à violência que noutras circunstâncias seria classificado como crime. Estudos etnográficos sugerem que as raivas violentas dos cornudos são universalmente consideradas previsíveis e largamente consideradas legítimas” (Wilson, 2003: 258). Das reflexões geradas pela análise destas questões junto dos grupos de discussão femininos (*focus group discussion*), que participaram no estudo realizado por Arnot, Araújo Deliyanni e Iverson (2000a), constatou-se que, socialmente, se previa que os homens fossem infiéis ao casamento, mas que o mesmo se tornava “contra-natura” se feito pelas mulheres. Códigos de conduta garantem, portanto, a continuação da desigualdade de género.

Os discursos destes textos também fazem passar estas mensagens, principalmente pelos testemunhos de familiares e vizinhos a que as/os jornalistas dão voz.

Seguem-se alguns excertos:

“Era um rapaz sério e trabalhador. Alguns não se importam com o que as mulheres fazem, mas ele importou-se.” Testemunho do “pai do presumível homicida” (*sic*) [SM, 1]

“Ela traiu-o. Mas nunca pensei que as coisas chegassem a este ponto.” Testemunho do irmão do homicida [CR, 1]

“Josemiro teria acusado a mulher, por mais de uma vez, de o trair com Ernesto, o que azedou o relacionamento [MAR, 1]

“Cinco tiros por despeito” – Título [SC, 1]

“...o despeito do homem por ter sido trocado por outro.” [SC, 1]

“...os problemas entre a vítima e o ex-namorado ter-se-ão agudizado quando, depois de terminado o namoro, a mulher iniciou uma nova relação com o actual namorado.” Testemunho de familiares [SC, 1]

“...motivado por questões passionais.” – Subtítulo

[MG,1]

“...razões de carácter passional terão estado na base da motivação do homicídio.”

“Questões passionais terão motivado crimes” – Subtítulo [MRR, 1] ; Subtítulo [ML,1]

“...alegadamente por questões passionais.”

[ML, 1]

“Segundo fonte policial, ciúmes poderão...”

“... supostamente por motivos passionais.” [SN, R1]

“...devido a ciúmes...” [SN, M1]

“...o Paulo (marido) manifestou sempre...ciúmes em relação à mulher.” - Testemunho de cunhado [MRR, 2]

“Os ciúmes poderão estar na origem do crime, disse outra fonte policial.” [C, 1]

“Rixa devido a ciúmes” – Subtítulo

[MAR, 1]

“...comentava-se...na sequência de uma rixa provocada por ciúmes.”

“Homicídio por razões passionais” – Subtítulo [SN, 1]

“...declarou que ele era muito ciumento.” – Testemunho de uma habitante [SN, E1]

“...um crime passional...” [JA, 1] ; [SN, G1]

“ por motivos passionais...” [JA, 1] ; Subtítulo [HR, 1] ; [SN, J1]

“Razões passionais...” [JA, 2]

“razões passionais.” [SN, I1] ; [SC, 2]

“Motivos passionais” – Subtítulo

[GM, 1]

“... terão estado motivos passionais.”

“...o consumo de álcool poderá também estar associado ao crime.”

[FD, 1]

“Álcool e ciúmes originavam constantes discussões entre o casal” – Subtítulo

“Na base das discussões estaria a união entre o alcoolismo e ciúmes do presumível autor.”

“...se agudizariam na sequência dos problemas financeiros do homicida confesso. A somar a isso, o facto de ‘costumar beber’...” – Testemunho de familiares, vizinhos e filho [AR, 2]

“Questões financeiras e ciúmes” – Subtítulo ; *“...relacionado com ciúmes e questões financeiras”* ; *“...andava desorientado devido aos ciúmes que sentia da mulher e atormentado por questões financeiras...”* Testemunho de pessoas próximas [A, 1]

“ ‘A culpa foi do álcool’. Terá sido desta forma que... justificou à Polícia Judiciária de Angra do Heroísmo ...a morte da mulher,...”
“...‘eram frequentes os conflitos’ e que estes aconteciam ‘por causa do consumo excessivo de álcool’.
“...discussão, agudizada com o facto de se encontrar alcoolizado.” } [SN, B1]

“António R. teria problemas de alcoolismo...” [ML, 1]

“...o excessivo consumo de álcool entre o casal...” [CM, 1]

“...o alegado homicida ‘não estava bem da cabeça e dizia às vezes coisas sem sentido. O seu próprio pai ia levá-lo ao médico.” Testemunho de cunhado [MRR, 2]

“...segundo alegou, ‘a mulher andava metida com bruxas.’ “[SN, F1] ; [MF, 2]

“O motivo deste acto é um mistério para Américo Félix [vizinho] e, para já, para as autoridades.” [SN, E1]

“RETÓRICA” ABONATÓRIA DOS AGRESSORES

O conteúdo das notícias impressas como textos de análise, nomeadamente o que figura nos títulos, é fundamental para compreender o potencial significativo dos discursos mediáticos.

Notícias com títulos empolados sobre o “abandono”, por parte das mulheres, da relação violenta, remetem para velhos esquemas e estereótipos de índole sócio-cultural que pareciam esquecidos e que “traem o subconsciente” das/os jornalistas. Aparece, também, o velho mito da responsabilidade da mulher pelo bem-estar, físico e psicológico, nas relações de intimidade, como referimos no Capítulo II.

A procura dos *pontos de articulação* (por exemplo, advérbios, pronomes, conjunções) permite estabelecer uma relação entre *elementos* (signos

polissémicos) de modo a que a identidade desses elementos, isto é, desses signos, fique modificada, estabelecida. Estes pontos de articulação adicionam influências aos elementos, modificando o seu significado. O ponto de articulação “No entanto” permite inferir que, na notícia, as várias ocupações do marido remetem para a *intertextualidade* do “homem ganha-pão” na esfera pública e da mulher “submissa” na esfera privada.

Para além deste elemento, os tipos de frase, alguns advérbios e adjectivos formam *repertórios interpretativos* que reflectem as marcas de subjectividade e os *recursos* (*members resources*) que exprimem a vontade ou o ponto de vista das/os profissionais dos *media*, como explicamos no Capítulo IV.

Seguem-se alguns exemplos:

“MATARAM MULHERES **QUE OS ABANDONARAM**” – TÍTULO

“Os dois agressores tinham sido **abandonados** pelas respectivas mulheres, que assassinaram.” – Caixa de notícia no topo da página;

“Estavam ambos em processo de divórcio e **inconformados** com o rumo que a vida levava.” [MR, 1] ; [EM, 1]

“... o alegado autor do crime está perfeitamente consciente do que fez. **Aliás**, razões de carácter passional terão estado na base da motivação do homicídio.” [MG, 1]

“O marido tinha trabalhado na construção civil (**foi ele quem “fez” a residência**) ...” [IF, 1]

“O namoro entre os dois jovens terá acabado há já algum tempo por vontade da Irene que acabaria por ser assassinada. **No entanto**, não são conhecidas condutas violentas por parte do Miguel, que disparou o tiro mortal contra a antiga namorada. De acordo com fontes policiais, o ‘presumível agressor não estava referenciado pela prática de quaisquer crimes.’ **Sabe-se, isso sim**, que estava a trabalhar no estrangeiro, (...) e teria vindo a Portugal para **passar o Natal com a família**.” [IR, 3]

“... terão existido algumas discussões, durante as quais a vítima, Glória Paiva, ter-se-á queixado de que o marido, Adolfo Paiva, ‘era um mandrião’, que não apresentava o dinheiro suficiente para a subsistência da casa. **No entanto**, Adolfo, que era tido como homem pacato, trabalhava numa empresa e, em part-time, fazia trabalhos de tractorista, por solicitação de agricultores das redondezas.” [GP, 1]

“**Calmo e pacífico**” – Título introdutório do 6º parágrafo relativo ao agressor [MG, 1]

“Indivíduo terá assassinado a mulher, antes de cometer **o acto tresloucado**...” – Subtítulo [SM, 1]

“... acrescentaram alguns populares, que também não esperavam **um acto ‘tresloucado’** do marido,...” [MI, 1]

Dois homicídiosOs dois agressores
tinham sido
abandonados pelas
respectivas mulheres,
que assassinaram.**Primeiro Plano**

CRIME

**MATARAM mulheres
que os abandonaram**

Alexandra Seródio

Estavam ambos em processo de divórcio e informados com o rumo que a vida levava. Dois homens decidiram "fazer justiça" com as próprias mãos e acabaram por matar as mulheres com quem um dia partilharam o lar. Um deles enforcou-se em casa, o outro foi deitado, também na sua residência e sem oferecer qualquer tipo de resistência. Os dois crimes distam entre si cerca de 70 quilómetros e acabam por ter uma história em comum.

O relógio deveria marcar 6.30 horas, quando Margarida Maria da Silva Machado dos Reis, de 26 anos, saiu da casa para passear o cão, tarefa que diariamente cumpria antes de entrar ao serviço numa pastelaria da Nazaré. Há cerca de um mês abandonara a sua casa e o marido, Paulo José Marmelo, 37 anos, em Atalaia de Cima, freguesia de Aljubarrota, e mudara-se para o terceiro direito do lote 21, na rua Augusto Pina, em Alcobaça, um bairro social da cidade.

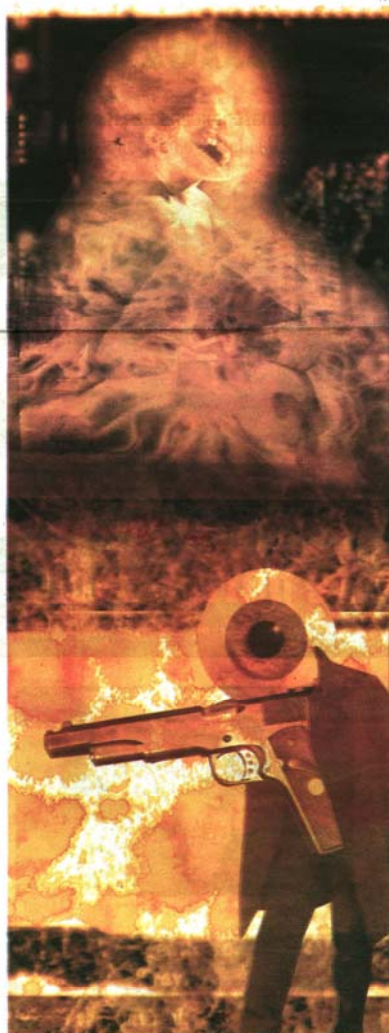
Quem, ninguém sabe ao certo o que terá acontecido. Os vizinhos garantem não ter ouvido gritos nem batidos estranhos, levando a supor que Paulo terá esperado que Margarida saísse de casa.

Um pano no chão faz adivinhar que esteja com éter, substância alegadamente usada para imobilizar a vítima. Depois, Paulo terá regado a mulher com gasolina, ateou fogo e saiu do local, deixando para trás o garrifo que serviu para levar o produto inflamável.

A descoberta do crime foi feita por acaso. Uma vizinha, que dormia com a janela aberta, terá sentido frio e levantou-se para a fechar. Apercebeu-se de um cheiro esquisito e viu fumo. Chamou a mãe e ambas à janela viram aquilo que parecia ser "um borrego em chamas". Margarida estava deitada de bruços no chão.

O alarido foi grande até que a vizinhança acabou por acordar. Um morador na zona ainda tentou usar um cobertor para apagar as chamas, mas pouco mais havia a fazer. A mulher acabaria por morrer ali, à porta de casa, a escassos metros do depósito de gás do prédio que alberga oito famílias.

Paulo regressou a casa sem ser



visto por ninguém e acabou por se enforcar. Deixa dois filhos menores, nenhum deles de Margarida.

A vítima, segundo fonte dos bombeiros de Alcobaça, ainda apresentava sinais vitais quando chegaram ao local. O corpo foi transportado para o Hospital de Alcobaça onde deu entrada cerca das 7 horas. Mais tarde, foi transferida para o Instituto de Medicina Legal em Leiria, onde hoje deverá ser realizada a autópsia. Fonte dos bombeiros disse ainda que o corpo da mulher estava completamente carbonizado.

Margarida e Paulo estiveram casados cerca de quatro anos e encontravam-se agora em processo de divórcio. Na edição da última semana, o semanário de Alcobaça "Região de Cister" publicava um anúncio de Margarida, onde esta dizia que "não se responsabilizava pelas dívidas do marido, desde o dia 15 de Julho deste ano".

O alegado homicida não terá aceite, de bom grado, a saída de casa da vítima. Os vizinhos acreditavam que, um dia, o automóvel de Margarida aparecesse riscado ou queimado, mas não suporiam a tomada de uma atitude desta natureza. O ambiente, no lote 21 é de consternação e de alguma revolta. É que algumas crianças residentes no prédio e habitações vizinhas acabaram por presenciar a vítima a arder, enquanto alguns tentavam apagar as chamas.

O funeral de Margarida dos Reis deverá realizar-se hoje em Aljubarrota, localidade de onde era natural.

Vitima esteve casada quase quatro anos e há cerca de um mês saiu de casa do marido. Publicou anúncio a desresponsabilizar-se pelas dívidas

► Em Alcobaça, a vítima foi queimada quando passeava o cão
► Em Mira de Aire, a mulher foi alvejada ao celebrar o aniversário com a filha do casal

Filha em estado crítico

► Horas antes, cerca das 22, em Mira de Aire, um homem com mais de 50 anos disparou vários tiros contra a mulher, de 53 anos, e a filha de 23. O crime ocorreu no parque de estacionamento de um bloco de apartamentos, na Rua 5 de Outubro, onde a filha do casal reside.

Na noite de sábado, o indivíduo terá esperado a ex-mulher, **Emília Oliveira Marques**, que residia em

Quém após se ter separado do marido e que no sábado completara 53 anos. Após uma discussão, o indivíduo disparou vários tiros de uma pistola, calibre 6,35 milímetros, dois deles atingiram a vítima, nunca.

Emília acabou por morrer no local. A filha, que estava casada há cerca de três meses, foi atingida com outros disparos, na mão e no ombro. Segundo o comandante dos Bombeiros Voluntários de Mira de Aire, Carlos Alberto, uma das munições ficou alojada no corpo, admitindo-se que tenha atingido um pulmão. Foi transportada para o Hospital Distrital de Leiria e mais tarde, devido ao seu estado, transferida para os Hospitais da Universidade de Coimbra.

O homem regressou a casa em Alcanena, local onde horas depois foi encontrado pela GNR. Segundo fonte militar, o indivíduo "não ofereceu resistência", tendo sido entregue aos inspetores da Polícia Judiciária de Leiria, que o irão apresentar hoje ao juiz do Tribunal de Porto de Mós, para primeiro interrogatório judicial.

No local do crime, revelou a mesma fonte da GNR foram encontrados quatro invólucros de balas, desconhecendo se a arma do crime foi ou não apreendida pela polícia. A vítima foi transportada para o Instituto Médico Legal de Leiria onde deverá ser autópsia hoje. O funeral realiza-se em Quém.

A “MORTE DAS INOCENTES”: AS CRIANÇAS OBSCURECEM O CRIME CONTRA AS MULHERES

Vinte e um eventos assinalam a existência de crianças e jovens que coabitavam com os progenitores. Destes, dois eventos reportam o assassinio de crianças, por parte dos respectivos pais-agressores, um em simultâneo com o assassinio da mãe, perpassando a compreensão naturalizada de que, havendo morte de adultas/os e de uma criança, a desta assume maior relevância e tem um impacte mais forte, quer junto de familiares quer da opinião pública.

O conteúdo dos discursos apela, então, ao conceito de “morte das inocentes” presente no senso comum, desvalorizando, assim, tanto o acto praticado como a morte das mulheres.

Seguem-se alguns exemplos:

“Foi uma tragédia. O que mais me chocou foi ele ter morto o filho”, desabafou Gabriel Coelho [irmão do agressor] [CR, 1]

“(...) Mas o que mais me choca foi ele ter morto o filho.” - Ficha da notícia [CR, 1], com o título Vozes

“Atirou-se da falésia levando consigo o filho” – Título [SM, 1]

“Visivelmente perturbado, lembrava a última imagem da criança que tanto ‘gostava de ver os animais’ “[SM, 1]

AS INTERDISCURSIVIDADES LATENTES NO USO DA LINGUAGEM

As categorias de análise do discurso que evidenciamos remetem para uma interdiscursividade em que a concepção de que as mulheres são propriedade dos homens e que devem manter-se submissas ainda está bem presente, embora a visibilidade e o combate a este tipo de violência tenha vindo a reduzir a legitimidade desta concepção.

Apesar disso, nas notícias analisadas, encontramos ainda padrões discursivos que remetem para o patriarcalismo.

Seguem-se alguns exemplos:

“As ameaças terão ganho novos contornos quando a vítima encetou o processo de divórcio.” [MB, 2]

“...o marido, de quem se estava a divorciar...” [SN, A1]

“...a mulher, de quem se estava a divorciar...” [MB, 2]

Estes quatro segmentos de discurso constam de quatro eventos comunicativos com datas diferentes, reportando-se dois deles ao assassinio de Marta Bernardes e outros dois ao de Dina Rupio. Verifica-se, aqui, um conflito entre tipos de discurso que remetem para diferentes ordens do discurso.

“...ele expulsara-a de casa... A mulher procurou, então, a casa da mãe.” [DR, 1]

“Dina fugiu para casa da mãe [devido à violência], ... e começou a tratar do divórcio.” [DR, 2]

O segmento discursivo codificado como [MB, 2] remete para o padrão discursivo mais adequado ao senso comum onde é “natural” que seja o homem, o marido, a decidir o futuro da relação e não o contrário. Todavia, esta lógica leva a uma incongruência com o acto praticado por quem, postas as “hierarquias” por essa ordem, pretenderia a separação.

Pode fazer-se uma interpretação similar para o segmento discursivo codificado como [DR, 1]. O tipo de discurso, tendo o evento acontecido dessa forma, remete para o padrão discursivo mais adequado ao senso comum onde é “natural” que seja o homem, o marido, a determinar quem entra ou quem sai da relação e não o contrário. Todavia, esta lógica leva a uma incongruência com o acto praticado por quem, postas as “hierarquias” por essa ordem, pretenderia a expulsão da “serva” do seu “feudo”, a fim de obter a separação.

Tendo os eventos acontecido como informado nos segmentos discursivos codificados como [SN, A1] e [DR, 2], a justificação dos actos praticados pelos agressores encaixaria na lógica do “orgulho ferido do proprietário”, na lógica da posse e da recusa pela perda do controlo da capacidade reprodutiva da esposa,

companheira ou namorada. Contudo, numa sociedade masculinizada, dificilmente se aceita esta lógica e, uma vez mais, as/os jornalistas são traídas/os pelo seu subconsciente, inserindo estes eventos comunicativos na ordem do discurso dominante.

Podemos identificar, ainda, alguns pontos de articulação que nos permitiram identificar outras interdiscursividades:

Os segmentos discursivos codificados como [SN,C1] transportam-nos para a percepção da violência de género como parte de um problema com outro nome. Os maridos baterem nas suas esposas é apenas um exemplo do conflito conjugal ou, talvez, um aspecto do familiar que, como tal, deverá continuar no recato do lar.

“De acordo com PSP seriam frequentes as desavenças e discussões entre o casal...”

[SN,C1]

“a polícia não soube adiantar o porquê deste acontecimento.”

A CRIANÇA-ALVO E A CRIANÇA-TESTEMUNHA DA VIOLÊNCIA PARENTAL

Vinte e um eventos comunicativos assinalam a existência de crianças e jovens que coabitavam com os progenitores: três eventos reportam o assassinio de crianças, por parte dos respectivos pais-agressores; duas em simultâneo com o assassinio das mães; uma refere uma tentativa de homicídio, em situação idêntica à anterior; nove apresentam crianças como testemunhas presenciais dos actos violentos; oito informam da existência de crianças em regime de coabitação.

Estas práticas discursivas apelam mais à emoção do que dão a conhecer o efeito devastador que a violência tem na formação da personalidade destas crianças e jovens.

Seguem-se alguns exemplos:

“Mulher morta à frente da filha” – Título [SN, 1]

“Matou a tiros de caçadeira mulher e filho de 9 anos” – Título [MB, 2]

"Passou a noite no hospital a perguntar pela mãe" – Título [CR, 1]

"Ele passou a noite no hospital a perguntar pela mãe, mas não sabia que ela estava morta ao lado dele, na morgue..." [CR, 1]

"Degolada pelo companheiro à frente da filha de dois anos" – Título [RG, 1]

Apenas um evento comunicativo retrata o percurso de vida de uma criança, conferindo significado ao efeito que a violência tem na formação da personalidade dessa criança. Pode verificar-se, neste caso, uma mudança discursiva relativamente a todas as outras notícias com envolvimento de crianças. Todavia, na nossa opinião, a construção de texto é feita de forma algo confusa, com a agravante de o título captar a atenção do/a leitor/a para um tema que não é desenvolvido no corpo da notícia. Refira-se, também, que este evento é reescrito quase um ano após o seu acontecimento, não tendo sido realçado, na altura da sua ocorrência (Outubro de 2004), quaisquer dos conteúdos posteriormente evidenciados (Agosto de 2005).

[DR, 2]

Matou a mulher por ela querer o divórcio

VIOLÊNCIA
uma vítima
de 33 anos, nunca
fez queixa por ter
medo do marido

É F. F. André, aos seus 13 anos, criou um mundo próprio feito de uma revolta silenciosa, entre a aldeia onde vive com a avó, em Janes, Cascais, e a escola. Depois da separação dos pais, viveu a expectativa do casamento da mãe com Carlos. Tudo acabou por ruir. Sete anos de uma memória marcada pelas agressões constantes, pela fuga, juntamente com a mãe, Dina, para casa da avó, para escapar à violência e, finalmente, o regresso para junto de Carlos, na casa de Pêro Pinheiro. Tudo para o ver de pistola apontada à cabeça da mãe e ela, de joelhos, as mãos postas, a gritar que não a matasse. Por fim, no ano passado, em Outubro, a visão final da mãe a ser abatida a tiros de caçadeira

pelo marido por ela querer avançar para o divórcio. André nunca mais foi o mesmo. De aluno regular e bem comportado passou à inquietude de alguém que se quer permanentemente o centro das atenções. "As professoras mandaram-me várias cartas por ele nunca estar sossegado nem deixar os outros estar", conta António José, irmão da Dina e tio do André. Negativas atrás de negativas – "chegou a ter seis negativas", recorda o tio –, ninguém esperava

que o André ultrapassasse a inquietude e os obstáculos entre o sétimo e o oitavo ano. Mas passou. Quase um milagre, para quem tem que viver permanentemente com o apoio de duas psicólogas da escola. "Só com elas é que ele está bem", diz o tio. Na casa do casal, em Pêro Pinheiro, as desavenças eram conhecidas de muitos dos vizinhos, mas nunca ninguém esperou um desfecho daqueles, como alguns deles salientaram. Para o exterior, sala apenas algum barulho e confusão. Dentro das paredes da habitação, no entanto, o drama era bem maior, tanto assim que Dina pediu apoio à Associação de Apoio à Vítima (APAV). Quanto a fazer queixa à Polícia, "sempre recusou a ideia. Tinha medo da reacção do marido, de

pois de tantas ameaças", apontou o irmão. Aliás, ninguém acreditava que Carlos viesse a pôr em prática aquilo que prometia. As ameaças aumentaram de tom quando Dina fugiu casa da mãe, em Janes, e começou a entrar no divórcio. No dia 4 de Outubro, Carlos telefonou à ainda mulher dizendo-lhe que queria que ela voltasse. Ela recusou e, horas depois, Carlos deixou uma mensagem ameaçadora no telemóvel da sogra, Florinda Oliveira. Dina nem chegou a lê-la. Carlos recebeu a a tiro quando estacionava o carro junto à casa da mãe. No banco de trás, vinha André. Carlos começou a cumprir um mês, uma pena de 11 anos. Carlos Varela e Valdemar Pinheiro

2004

Carlos → 7x5 / Dina → 5x5

[DR, 2]

VIOLENÇA SIMBÓLICA E VITIMAÇÃO: UMA DUPLA AVASSALADORA

Embora "dotadas de um ser que é uma aparência", nas palavras de Bourdieu, as mulheres não são sempre "vítimas" pelo facto de se terem tornado

uma “vítima” pelo acto de que foram alvo em determinado período ou momento das suas vidas.

Algumas pessoas vítimas conseguem sobreviver a estas circunstâncias, mas é necessário ter em consideração que os recursos, emocionais ou outros, nem sempre estão ao alcance de todas as mulheres e elas não podem ser culpadas por isso, conforme explicamos no Capítulo II.

Uma vez que é à/ao jornalista que compete decidir que vozes colocar no texto, também ela/ ele, de certa forma, escolhe manter as mulheres no seu papel de vítimas (Martins, 2006: 103) e, deste modo, a violência de género passa para a sociedade com uma subtileza confrangedora.

Em setenta e nove notícias, o vocábulo “vítima” é usado noventa e sete vezes (123%) em situações onde a mulher assassinada poderia ser nomeada, trazendo-nos à memória o ditado “À mulher de César não basta sê-lo; tem de parecê-lo”.

CRÓNICAS DE MORTES ANUNCIADAS

Vivemos envolvidas/os numa nuvem “NHA”, isto é, numa nuvem “Não Há Alternativa”⁴¹ e numa sociedade que cada vez mais se embrenha nela.

Vivemos sob uma capa de um “distanciamento protector” que nos impede de compreender a complexidade da violência em geral, e em particular a que é praticada contra as mulheres, e que impede o assumir de responsabilidades pelas mulheres que nos rodeiam. É uma questão de justiça a sociedade responsabilizar-se pela protecção das mulheres, e das crianças, no lar. A responsabilidade de cada uma e cada um de nós, em relação às “vítimas” de práticas violentas, implica o que Kathleen Jones defende, e que nós subscrevemos na íntegra: “a emergência de uma solidariedade que equacione o

⁴¹ Em Inglês “TINA” (There Is No Alternative”).

confronto com a violência, de modo a que cada uma e cada um de nós a reconsidere nos seguintes termos: ‘Como é que eu não compreendi isto?’ ‘Por que razão não vi o que estava a acontecer?’” (Dean 1997: 5)

Este “safanão” nas nossas consciências transformará o “luto em acção” (*idem, ibidem*) e tanto a sociedade civil, profissionais de jornalismo incluídos, como as autoridades, policiais e institucionais, bem precisam dele, como se pode concluir dos excertos transcritos.

“De acordo com os familiares da vítima, as ameaças do ex-namorado terão começado há cerca de dois meses, depois de ter terminado o namoro entre ambos. Anteriormente o homem até já lhe teria apontado uma arma à cabeça, ameaçando de morte...; era ameaçada há alguns meses.” [SC, 1; SC, 2]

“As desavenças entre o casal já eram conhecidas da família,... Os mesmos motivos [passionais] que há cerca de um ano geravam zangas no casamento com mais de uma década.” [CR, 1]

*“...mantinha um relacionamento tempestuoso nos últimos anos sendo conhecidas as discussões entre o casal;
ameaçara de morte a mulher;
os desacatos eram frequentes”* } [MC, 1]

“...foi então [há 3 anos] que começou a ouvir queixas da vítima; “A Marta queixava-se do marido, que ele a ameaçava.” [MB, 2]

“Ele já andava de roda da Irene há vários dias e sabia que ela almoçava em casa todos os dias....” Não era a primeira vez que brigavam” [IR, 1]

“Suspeito andava a seguir a vítima há vários dias” [IR, 2]

“...agressões...motivaram algumas queixas” – Subtítulo [SN, B1]

“...as discussões entre Pedro Filipe Morgado Roxo e Simone Pereira Morgado...eram habituais” [SM, 1]

“...as discussões com a mulher seriam frequentes; alguns moradores confidenciaram que já se tinham apercebido de discussões acaloradas entre o casal. “Ele já a tinha ameaçado” “ [ML, 1]

“...as desavenças eram conhecidas de muitos dos vizinhos; pediu ajuda à APAV.” [DR, 2]

“...mantinha um relacionamento tempestuoso nos últimos anos sendo conhecidas as discussões entre o casal; ameaçara de morte a mulher; os desacatos eram frequentes.” [MC, 1]

“...há muito uma relação conflituosa...” [GP, 2]

“Segundo os vizinhos, cenas de violência constantes; o homicida terá espancado a vítima “durante todo o dia” [FD, 1]

“...os moradores terão chamado por várias vezes a GNR ao local, mas a mulher nunca assumiu os maus-tratos que sofria. Aliás, não existem registos de queixas na GNR, facto que também terá motivado agressões à mulher e feito intervir mais uma vez a vizinhança.” [FD, 1]

“...ele costumava ameaçá-la. “Confesso que cheguei a dar-lhe umas lambadas”. O comandante da GNR de Nelas reconheceu “fortes indícios” de violência doméstica. A mesma fonte declarou que a mulher terá confidenciado ao filho mais novo, que a foi buscar ao hospital, “que as agressões foram infligidas pelo marido”. O comandante da GNR avançou ainda, haver “alguns registos de autos de denúncias” segundo os quais a vítima “se queixava de violência doméstica desde 2003”. “Uma ocasião, ela chegou mesmo a apresentar queixa na GNR por alegadas agressões infligidas pelo marido. Depois, retirou a queixa. Dizia que tinha medo que ele fizesse pior” ; A GNR admite que a vítima possa ter sido alvo de violência doméstica.” [CM, 1]

“Fonte policial confirmou a existência de “alguns processos contra o detido por agressões à mulher e que estarão ainda em Tribunal. ; Agressões entre o casal eram conhecidas” [SN, 1]

“De acordo com a PSP seriam frequentes as desavenças e discussões entre o casal...” [SN, C1]

“Segundo fonte policial, “há largos anos” que a vítima vinha sendo “sovada quase diariamente pelo mesmo indivíduo”. Vários vizinhos afirmaram que todos conheciam o drama daquela família, sublinhando que por várias vezes a mulher esteve internada no hospital com fracturas provocadas pelas agressões e que o marido lhe batia quase todos os dias” ; “Ouvíamos pancadas secas, dadas possivelmente com paus ou ferros, durante meia hora seguida. Era assim quase todos os dias”; Imagine-se que no dia em que saiu do hospital, depois de ter apanhado uma carga de porrada, o marido partiu-lhe um braço”. [MER, 1]

“Jaime Marques agredia frequentemente a companheira, quando viviam juntos em Lisboa; o presumível homicida ia ser ouvido em tribunal “no dia 10, por anteriores agressões” à vítima. Aliás, “já a tinha tentado matar uma vez, mas ela mais tarde acabou por retirar a queixa”. O historial de violência é também recordado pelo pai.... “ele ameaçava-a no local de trabalho e espancava-a em casa, com a filha a ver” ; “Obrigava-a a lavar-se, perguntando-lhe constantemente: queres que te bata mais? E espancava-a novamente.” [RG, 1]

Agressões eram frequentes e os maus-tratos conhecidos na vizinhança – Subtítulo [AR, 1]

“...marcas negras que lhe manchavam o corpo ; As desavenças do casal já eram conhecidas dos vizinhos....Várias vezes Armanda confessou, aqui e ali, os maus-tratos de que era vítima, na solidão das quatro paredes de casa. Várias vezes as discussões

barulhentas a meio da noite levaram os vizinhos a chamar a Polícia. Há mais de um ano que a vizinhança conhecia o mal-estar. ; Outra vizinha chegou a aconselhar Armanda a entregar a caçadeira do companheiro na Polícia. "Disseram-lhe que não podiam fazer nada porque o homem tinha licença de caçador." " [AR, 3]

"...levaram os vizinhos a chamar a polícia."Como não o apanhavam em flagrante, não faziam nada." [AR, 3]

"Ao longo de mais de um mês, a jovem vítima foi ameaçada de morte" – Subtítulo [LS, 2]

"Após mais de um mês de repetidas ameaças de morte à vítima ; ...Lúcia Sousa se queixava das constantes intimidações do ex-companheiro. Nas últimas semanas a jovem era acompanhada até ao local de trabalho por amigos e familiares com receio de ser atacada. Na GNR já apresentara queixa por ter sido agredida ao longo dos últimos dois meses, ou seja, desde que Ricardo Afonso saíra da prisão." [LS, 2]

"...existindo mesmo uma queixa registada na PSP" ; "a polícia não soube adiantar o porquê deste acontecimento [o homicídio]". [SN, C1]

"...contou a jovem, sublinhando que, face aos factos que nas últimas semanas lhe foram relatados pela irmã [assassinada], era uma questão de tempo até acontecer a tragédia." [SC, 1]

DISCURSOS QUE FUGIRAM À "REGRA"... OU TALVEZ NÃO

Em setenta e nove notícias analisadas, três registam o que podemos considerar como práticas discursivas criativas, sendo os discursos combinados de modo novo. Esses eventos comunicativos seguiram a sua "linha regular de significado" quando informaram diacronicamente os assassinios, porém foram "recuperados" e sincronicamente reescritos. Os eventos comunicativos aparecem pela seguinte ordem:

[AR, 1] – noticiado em 18 de Agosto de 2005 (registra uma ficha de notícia muito pequena com a identificação da mulher assassinada), reescrito em 25 de Agosto de 2005, com a codificação [AR, 4];

[MR, 1] – noticiado em 07 de Agosto de 2006, reescrito em 13 de Agosto de 2006, com a codificação [MR, 2];

[AA, 1] – noticiado em 08 de Agosto de 2006, reescrito em 13 de Agosto de 2006, com a codificação [A (A), 2].

Os conteúdos destes discursos reescritos evidenciam uma alteração no significado atribuído à violência nas relações de intimidade, porque dão a conhecer parte das histórias de vida destas mulheres, permitindo, a quem as lê, conhecer o sofrimento que passaram, as estratégias que utilizaram para lidar com a situação da violência, independentemente da sua tentativa de afastamento da relação violenta ou não, os (des)apoios que tiveram e, inclusivamente, o desaparecimento total da palavra “vítima” em duas das histórias e utilizada apenas uma vez noutra.

Podemos considerar que esta prática discursiva criativa pressupõe uma tentativa de mudança na cultura mediática?

Parece-nos que não, porque não se regista qualquer outro caso semelhante, tanto anterior como posteriormente. Além disso, os relatos destas experiências de vida surgiram, por opção redactorial do jornal em causa, e, não o esqueçamos, por “recuperação” (sic), num contexto específico de crónicas de primeiro plano relativas à violência quer doméstica quer conjugal. Deste modo, relativamente às histórias noticiadas em Agosto de 2005, as mesmas apareceram no âmbito do acompanhamento do trabalho desenvolvido, até à altura, pela Estrutura de Missão contra a Violência Doméstica, cuja representante máxima era a investigadora Mestra Elza Pais.

Para além do enquadramento anterior, julgamos também importante considerar que, relativamente às histórias noticiadas em Agosto de 2006, o Presidente da República de Portugal, Professor Dr. Cavaco Silva, no desempenho dos seus poderes e no âmbito do que chamou “Roteiro para a inclusão”, tinha, no périplo realizado em Julho de 2006, homenageado as mulheres vítimas de violência doméstica. Provavelmente esta iniciativa, por ser relativamente próxima à data das histórias reescritas, terá tido alguma relevância na opção feita pelo corpo redactorial do jornal.

[AR, 4]



Um aspecto curioso, ou talvez não, diz respeito ao título de enquadramento utilizado para este evento comunicativo codificado como [AR, 4]: “O silêncio dos vizinhos”. Ora, este evento é, precisamente, aquele que mais relata sobre a intervenção da vizinhança, quer na chamada das autoridades, quer no aconselhamento ou nas estratégias propostas à mulher agredida. Em contrapartida, ficamos a saber que, de todas as vezes (e foram muitos anos de agressões) que as autoridades foram chamadas ou contactadas, inclusivamente pela mulher agredida, nada foi precavido e, muito menos, resolvido, dando-se, assim, o aval a um continuum de violência que só poderia terminar em tragédia. Portanto, na nossa opinião, a/o jornalista ou o/a redactor/a deveria ter proposto, como título de enquadramento, *O silêncio das autoridades*. Se tal acontecesse, daria o seu contributo para a reestruturação da prática discursiva em relação à actual ordem de certos discursos mediáticos. A combinação dos discursos, o das autoridades e o da/o jornalista e/ou redactor/a, caminham, assim, no convencional em vez de caminharem para a criatividade e a complexidade. De facto, é mais fácil culpar a vizinhança, escudando-se, quer esta quer a/o jornalista ou a/o redactor, com o famigerado *Entre marido e mulher não se mete a colher*.

[A (A), 2]

Contos e ditos na aldeia causaram ciúme que acabou em tragédia

Anabela
Mirandela

» Anabela nasceu em 1973, era natural de Barcel, uma aldeia do concelho de Mirandela, onde os pais se radicaram durante muito tempo, com os nove filhos. Frequentou a escola primária da terra e ainda foi viver algum tempo com os pais quando decidiram mudar-se para Lamas de Orelhão, outra aldeia do concelho de Mirandela, procurando campos mais férteis para a agricultura e pastorícia, a que se dedicavam. Anabela cedo se dedicou à agricultura para ajudar a sustentar a casa. Os estudos ficaram em definitivo para trás. Mais tarde, ainda jovem, tenta um novo rumo para a sua vida emigrando para a Suíça. A experiência também não correu nada bem: voltou para junto dos pais. Para além desta experiência, Anabela ainda teve outras saídas para o estrangeiro, nomeada-



mente para Espanha, onde conseguiu alguns contratos sazonais na agricultura. Depois de atingir a maioridade inicia uma relação com um indivíduo natural de Foz Côa, com quem posteriormente viveu durante algum tempo. A relação acabou por não durar muito tempo, mas foi o suficiente para ela engravidar e regressar para casa dos pais em Barcel. Ainda grávida inicia uma relação com José João, que trabalhava na aldeia para uma empresa de

construção civil. Acabou por casar com ele há cerca de dez anos, de quem teve há seis anos mais um filho.

A necessidade de manter uma vida estável acabou por levar José João a emigrar para a Suíça, onde esteve nos últimos nove meses. Nesse período, Anabela ficou em Longra com os dois filhos, de 6 e 10 anos. No início de Agosto, o marido veio gozar um curto período de férias e "os contos e ditos aqui na aldeia sobre o comportamento dela, na sua ausência, não eram os mais abonatórios", afirma uma das residentes em Barcel.

Talvez tenha sido esse o móbil do crime que aconteceu na madrugada da passada segunda-feira, com José João a utilizar uma faca de cozinha para desferir onze golpes no corpo da mulher na habitação que ambos reconstruíram para, supostamente, serem felizes com os dois filhos. <

Fernando Pires

In JN, 13/08/06

[MR, 2]

Margarida acreditava "num grande amor"

Margarida Reis
Alcobaça

» Margarida Maria da Silva Machado dos Reis nasceu a 19 de Julho de 1980, na Marinha Grande. Cedo se mudou com a família para Ataija de Baixo, tendo estudado na escola em Aljubarrota e mais tarde em Alcobaça. A mais nova de três irmãos, Margarida começou cedo a trabalhar numa fábrica de loiça, com a irmã. Aos 26 anos e depois de um casamento falhado, rumou a Alcobaça onde alugou o terceiro andar do Lote 21, e empregou-se numa pastelaria, localizada na marginal da Nazaré. Vizinhos, amigos e familiares garantem que Margarida era uma jovem pacata e trabalhadora. Muitos viram-na crescer e talvez por temerem o casamento com Paulo José Marmelo, 10 anos mais velho, viúvo e com dois filhos ainda menores, avisaram-na que não teria uma vida fácil, mas a jovem acreditava "num grande amor". O conhecimento entre os dois travou-se nas ruas pequenas dos lugares de Ataija de Cima e Ataija de Baixo. São poucos os habitantes e os contactos acontecem. Ninguém sabe ao certo como tudo começou, mas alguns populares dizem que Paulo chegou a trabalhar com Mário, o pai da jovem. Garantem que era um "homem conflituoso" e movido "por ciúmes". Aliás, a mulher havia morrido anos antes num acidente de automóvel, com um outro homem e deixara dois filhos, um rapaz e uma rapariga de 9 e 10 anos.



Margarida foi enterrada a 17 metros de distância da casa dos pais.



Todos garantem desconhecer o que se passava entre quatro paredes, apenas sabem que Margarida, quando decidiu sair de casa, há três meses, começou a receber ameaças de Paulo. Tudo era feito via telemóvel, para o seu e para o aparelho do pai, mas nada fazia prever o desfecho terrível. Aliás, há quem diga que Paulo "tinha

tudo premeditado", pois na véspera de regar a jovem com gasolina e atear fogo, deixou os filhos em casa dos avós.

"Ele ameaçava a rapariga, mas pensávamos que ele apenas podia riscar o carro ou rebentar com os pneus. Agora, matá-la... é inacreditável", frisa um morador de Ataija, lamentando também a morte do homem, que depois do crime acabaria por se enforcar na varanda de sua casa. E diz convencido: "Ele não queria o divórcio - e como tinha muitos ciúmes foi atrás dela. Só pode ter sido isso".

Os funerais de Paulo e Margarida realizaram-se na mesma capela, em Ataija de Baixo, com uma diferença de três horas. Repousam ambos no mesmo cemitério, em Aljubarrota, a pouco mais de 50 metros um do outro. < Alexandra Seródio

Como a questão geral da violência doméstica aparece de forma secundária nos *media*, queremos deixar aqui expresso o alerta feito pela Mestra Elza Pais, Presidente da CIG, sobre o flagelo da violência contra as mulheres e, mais especificamente, sobre o “terrorismo da violência conjugal”. Diz a investigadora que uma mulher que é vítima de maus-tratos é uma mulher com probabilidades de ser

“ uma mãe mais vulnerável, uma trabalhadora mais frágil, que fica de baixa frequentemente, que perde empregos sucessivamente, com propensão para tentar o suicídio, com três vezes mais probabilidades de contrair doenças. Tudo isto traz custos imensos às mulheres e à sociedade.” (*in* JN, 24/10/06)

Além deste apelo, nunca será de mais relembrar que Portugal figura no Relatório sobre a Violação de Direitos Humanos da Amnistia Internacional por força do crime de violência doméstica.

A exclusão da “voz” das mulheres através das suas experiências vividas, nestes casos dramáticas, mais uma vez prova a tendência real e contemporânea, para as ignorar. Falar acerca das mulheres não é o mesmo que falar através delas.

Neste sentido, deixamos aqui a “voz” de Margarida Maria da Silva Machado dos Reis [MR, 2], que em vida não teve direito a ela, através de um texto que o Observatório de Mulheres Assassinadas (OMA), da União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR), escreveu em sua homenagem, a 25 de Novembro de 2006. Margarida foi assassinada em seis de Agosto de 2006.

Tinha 26 anos quando tudo aconteceu.

Margarida Maria foi o nome que me deram quando nasci, a 19 de Julho de 1980, na Marinha Grande, tornando-me a mais nova de três irmãos.

Cedo, eu e a minha família, nos mudámos para Ataíja de Baixo. Estudei numa escola em Aljubarrota e, mais tarde, noutra em Alcobaça.

Ainda muito jovem, comecei a trabalhar numa fábrica de louça, juntamente com a minha irmã.

Como disse, vivia em Ataíja de Baixo, pequeno lugar, com ruas igualmente pequenas, com poucos habitantes, onde todos se conhecem e onde, naturalmente, se fazem novos contactos. Foi isto que aconteceu entre mim e o Paulo.

Dez anos mais velho do que eu, viúvo e com dois filhos menores, não impediu que me apaixonasse por ele. Poucos ouvidos dei a quem, familiares, amigos ou vizinhos, se mostrava apreensivo com o desenrolar da nossa relação. Casámos.

A nossa vida conjugal de quatro anos passava por bons e maus momentos, como julgo que acontece com a de toda a gente, mas, diga-se, ultimamente os maus momentos eram mais frequentes e mais prolongados do que os bons! Não sei o que levava o Paulo a sentir tantos ciúmes e a tornar-se tão conflituoso! Pois não estava eu ali, ao seu lado, a recordar as nossas juras de amor eterno e promessas de felicidade? Então, porquê?

Não encontrava explicação por muito que tentasse! Não aguentava tanta pressão! Custava-me muito e, demais, sofria! Quantas vezes me senti culpada por tudo o que se estava a passar!

Mas, reflectindo bem e analisando os últimos anos das nossas vidas (será que posso chamar a isto “vidas”?), este tormento tinha que acabar!

A nossa relação começou, assim, a desmoronar-se como um castelo de areia à beira-mar construído! De coração partido, decidi que não podia continuar a viver com o Paulo. Pedi o divórcio.

Três meses se passaram desde que fui viver para Alcobaça.

Aos poucos, tentei refazer a minha vida - então, sim, podia dizer “vida”! Aluguei um apartamento, empreguei-me numa pastelaria da Nazaré e tinha, como já há muito não me lembrava, um amigo e fiel companheiro: um cão, *Love*, de seu nome! Dávamo-nos muito bem, podem crer! Todos os dias, de manhã bem cedinho e antes de ir respirar a brisa do mar que perfuma a Nazaré, levava-o a passear.

Naquele dia, como era hábito, pelas seis e meia da manhã, eu e o *Love* fazíamos a nossa caminhada. O dia começava a despontar, o ar estava a ficar ligeiramente abafado, como, aliás, era próprio desse mês. Estávamos a 6 de Agosto.

Enquanto passeávamos, pensava nos telefonemas que andava a receber do Paulo, há uns tempos. Impróprios e ultrajantes uns, ameaçadores outros. Ele não aceitava de modo algum o nosso divórcio! Mas, que poderia eu fazer? Voltar atrás e reviver o que vivera é que não! Logo então, que olhava a vida com outros olhos!

Respirei fundo. Uma sensação de leveza, por estranho que pareça, apoderou-se repentinamente de mim. O meu olhar ficou nublado. Tudo me parecia distante. Um cheiro... este cheiro... este cheiro... de... éter... Sinto-me... desfalecer... Caio.

Outro... cheiro... mais forte... O meu corpo molhado... de... gasolina... Um isqueiro... o som de passos... que se afastam...

Eu, ... que acreditava... num ... grande amor...

Texto, escrito por Artemisa Coimbra, em homenagem a Margarida Maria da Silva Machado dos Reis, jovem que *acreditava num grande amor*, assassinada em 6 de Agosto de 2006 pelo marido, Paulo, que se suicidou.

Repousa no cemitério de Aljubarrota, a 50 metros da campa do homicida.

Nesta pesquisa, centramo-nos na análise de notícias de imprensa sobre o uxoricídio, no sentido de conhecer os padrões discursivos presentes no discurso mediático que evidenciam a ordem do discurso do género. Desta forma, procurámos ancorar-nos numa epistemologia crítica feminista, de uma investigação assente num paradigma qualitativo, onde a par do rigor metodológico, tivemos também em conta as perspectivas de mudança social.

Assim, os conceitos estruturantes desta investigação situam-se no âmbito dos feminismos e os media, nas questões de educação e cidadanias articuladas com o conceito de género, assim como no enquadramento teórico relativo à violência contra as mulheres nas relações de intimidade.

OS FEMINISMOS E OS MEDIA E A TEORIA E INVESTIGAÇÃO CRÍTICAS

Numa perspectiva feminista, os *media* encontram-se profundamente implicados nos padrões de discriminação contra as mulheres na sociedade (Gallagher, 2006) – padrões que, através da ausência, trivialização ou condenação das mulheres nos conteúdos mediáticos conduziram, à sua “aniquilação simbólica”. As conclusões desta nossa investigação permitem-nos corroborar essa argumentação.

O desenvolvimento dos modernos meios de comunicação trouxe novos contornos ao princípio da publicidade subjacente ao modelo habermasiano do espaço público. No processo de avanço do capitalismo e à medida que o Estado penetrou mais nas esferas da sociedade e que o debate público foi permeado por interesses individuais, perdeu-se, de acordo com Habermas, a função política (in Silveirinha, 2006). As forças políticas e os *media*, ao darem força ao espaço público e ao assumirem funções políticas directas, deslocaram o papel dos cidadãos e degeneraram a publicidade em publicidade manipulativa. Desta forma, os *media* aparecem como um dos principais elementos de apoio aos interesses

privados e degeneram o discurso público racional (colectivo) e crítico, transformando-o em passividade política e em consumismo cultural (individual e privatizado).

Não se pode ignorar que os *media* não agem simplesmente pela disseminação de discursos por um público vasto, mas também moldando esses discursos segundo as suas próprias necessidades e lógicas e, também, segundo as múltiplas oscilações do público. A “lógica de género”, subjacente à própria sociedade, dá prioridade, ou pelo menos ênfase, às vozes e lugares de poder tendencialmente masculinos.

O poder de configuração dos media no agendamento dos assuntos reside, essencialmente, na aliança das lógicas económicas com as lógicas de género da sociedade. Consequentemente, quando os *media* focalizam a sua atenção na intriga pessoal, no escândalo ou na tragédia, a personalização das notícias faz do “pessoal” não só o ponto de partida como também o ponto de chegada, despojando o assunto – violência doméstica - de todas as suas implicações morais que deveriam ser objecto de discussão. O tema “público” da violência doméstica passa para segundo plano ou, como se diz em termos jornalísticos, precisa de um “gancho” para ser perifericamente referido. Constata-se, assim, que nem sempre o pessoal é político.

Segundo alguns/mas autores/as os *media* são destabilizadores das relações entre o público e o privado, na medida em que introduzem a sua despacialização, transformando desta forma o político (Silveirinha, *ibidem*). Todavia, para pensar esta nova “hibridação”, temos de recorrer às suas raízes económico-liberais para as quais os *media* são compreendidos como um meio necessário para monitorizar as actividades do Estado, a fim de proteger os cidadãos dos abusos das autoridades oficiais, mas também têm de ser compreendidos como um factor económico. Os *media*, ao organizarem-se como parte de um mercado livre, perdem a sua função de vigia, não precisando de ter necessariamente associado um projecto normativo.

A imprensa, juntamente com a televisão e a rádio, constituem os *fora* mais importantes para o discurso público e para o debate e os processos de decisão política nas sociedades modernas. Os proprietários e profissionais – editores,

jornalistas, fotógrafos, produtores – deste fórum são de grande importância nas funções políticas do estabelecer da agenda (*agenda-setting*) e na condução do debate e, por vezes, dos termos do debate. Ao falar de discurso público – sobre o que deve ou não ser discutido publicamente e como deve ser discutido – a imprensa está a falar sobre si mesma.

Independentemente de os negócios da informação e do entretenimento explorarem o sensacionalismo, o discurso confessional e a vida privada e íntima das cidadãs e dos cidadãos, as activistas e as académicas feministas admitem encontrar nos *media* um “meio” propício para a acção: tornar visíveis e socialmente pertinentes as experiências mais complexas vividas pelas mulheres em privado.

As teorias críticas feministas entendem, actualmente, o espaço público contemporâneo como passível de enquadrar o potencial emancipador das mulheres. Esse espaço, entendido como um espaço mediatizado, poderá dar uma maior visibilidade aos grupos, às suas ideias e interesses, que adquirem, assim, uma maior representação. Desta forma, os espaços público e privado são, indiscutivelmente, afectados pelas possibilidades inerentes à sociedade da comunicação. Algumas pesquisas mostram que a acção dos *media* foi fundamental para o próprio entendimento da violência, como é o caso do trabalho realizado por Jenny Kitzinger (2004), em que a apresentação das agressões pelos *media* se tornou parte fundamental do processo de nomear e dar significado aos dramas vividos pelas mulheres. Ao tratarem o tema dos maus tratos ou o das agressões sexuais a mulheres, os *media* incorporam-no no discurso público, para além de darem voz às autoridades e especialistas na matéria, bem como às mulheres agredidas, encorajando outras vítimas a quebrarem os muros de silêncio.

Liberta dos constrangimentos produzidos pelas preocupações das décadas anteriores com as narrativas unidimensionais de raça, género ou sexualidade - e que trouxeram dificuldades acrescidas às feministas -, a actual teoria feminista começou a olhar para a(s) utilidade(s) e o(s) resultado(s) das articulações específicas de “raça”, género e sexualidade. “Localizar” (*to site*) o político noutra(s) esfera(s) abrirá novas portas para alianças e novas possibilidades para

a agenticidade, em harmonia com as diferenças existentes na movimentação e multiplicidade das sociedades actuais.

Jodi Dean (1997) defende o conceito de uma “solidariedade feminista” que se anima das relações nascidas do debate e da discórdia. Advoga uma relação mais constante entre as feministas, caracterizada pela abertura, reflexão e responsabilidade pelas diferenças entre as mulheres. Tal relação mantém-se em contínua modificação, está sempre em desenvolvimento e sempre em renegociação. A existência dessa relação prévia, que proporcione uma vontade para dialogar e para trabalhar em conjunto, é a base de uma solidariedade reflectiva (*reflective solidarity*) que permite formar alianças “localizadas, articuladas e produtivas” em vez de alianças universais neutras. Esta diferença de atitude substitui o consenso pela crítica e pelo envolvimento.

Para tornar evidentes as fontes de opressão, em direcção a uma mudança social (Saavedra, 2004: 116), é necessária uma investigação que tenha um posicionamento epistemológico crítico, que não se limite a utilizar categorias unicamente descritivas para questionar as instituições sociais existentes.

VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES COMO BLOQUEIO À CIDADANIA

As teorias de cidadania dominantes foram construídas por pessoas brancas, masculinas, heterossexuais, onde a exclusão permitiu uma ideia ilusória de homogeneidade (Torres 2001) e é contra esta homogeneidade que Ruth Lister (2002) propõe uma “cidadania re-genderizada” em que a interdependência possa ser uma realidade.

Esta re-genderização é fundamental para pensar a violência contra as mulheres no espaço privado, já que a democracia e cidadania têm demorado a entrar nesse reduto do patriarcado.

As mulheres, como grupo de género, têm a confrontá-las uma cidadania em que são secundárias ou então invisíveis (Pateman 2002 e Araújo 1998). Foram,

portanto, excluídas da esfera pública no que concerne à economia e ao estado, esferas que ainda permanecem “masculinizadas” (Arnot *et al.*, 2000).

A história das mulheres como “não-cidadãs” ganha ainda mais sentido quando se focam as tensões, contradições e exclusões de ‘espaços públicos, vidas privadas’, que apontam para constrangimentos da vida privada, que continuam a atingir sobretudo mulheres (e crianças), em termos nomeadamente de uma desigual divisão sexual de trabalho, de tempo e responsabilidades da vida doméstica e de experiências de violência.

Embora a noção liberal de cidadania considere central a capacidade de “falar com voz própria” e a independência do *cidadão*, nas três dimensões, económica, física e emocional (James 1992, ver também Pinto, Brasil, Magalhães e Fonseca 2004), a progressiva visibilidade da violência contra as mulheres na esfera das relações de intimidade tem mostrado que a cidadania não foi, historicamente, “concedida” às mulheres.

Várias/os autoras/es têm mostrado que a violência masculina contra as suas esposas e companheiras não é gratuita: tem propósitos e parece, aos olhos do agressor, funcional, sendo os propósitos a exploração do trabalho das mulheres e o controlo das suas vidas que eles mostram desprezar, mas simultaneamente considerá-las como ‘propriedade’ sua.

ANÁLISE DO DISCURSO

A metodologia usada nesta dissertação assentou na análise do discurso, com recurso, principalmente, às abordagens propostas por Norman Fairclough, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe e pela psicologia discursiva, procurando os pontos nodais, assim como os elementos de articulação que nos permitiram encontrar as intertextualidades e as interdiscursividades no corpus de análise. Procurámos, ainda, reconhecer os padrões discursivos da ordem de discurso do género, assim como da sua resistência na forma de padrões alternativos de discursos contra-hegemónicos.

Assumindo a perspectiva de Foucault de que a consciência da acção do poder implica resistência, pode-se interpretar que no discurso de resistência, referido no trabalho de Conceição Nogueira (1998), a identidade discursiva é construída como fruto da diferenciação e polémica do sujeito discursivo relativamente às normas estabelecidas. É um discurso que sugere, muitas das vezes, a redefinição e construção de novas subjectividades, quer masculinas, quer femininas. A experiência vivida constitui a base para resistir reflexivamente ao normativo, à definição normalizada da subjectividade, permitindo intervir no mundo e possibilitando a transformação social.

ANIQUELAÇÃO SIMBÓLICA E A PROPRIEDADE MASCULINA SOBRE AS MULHERES

Da análise de discurso efectuada, ressalta a aniquilação simbólica das mulheres manifesta pelas modos como os textos discursivos fazem indiciar uma fraternidade masculina, um sentimento de propriedade dos homens sobre as mulheres e, em alguns casos, a desculpabilização do homicida, alegando ciúme, paixão, alcoolismo e outras prerrogativas do patriarcalismo que, nas sociedades mais tradicionais legitimava o poder de vida e de morte sobre mulheres e crianças.

Esta aniquilação articula-se intimamente com a propriedade masculina, na medida em que aos homens é concedida a possibilidade de do desnorreamento pelo ciúme mórbido ou pelo “estatuto de cornudo” que parece conferir-lhe direitos de ir atéw aos crimes de sangue, de lavagem da honra, mesmo à custa da vida delas.

Isto é ainda mais grave quando vários dos homicídios se deram quando elas já tinham acabado a relação e / ou pedido o divórcio e / ou quando já estavam divorciadas.

Assim, a resistência ao patriarcado, muitas vezes, paga-se com a própria vida, e a tolerância cultural que continua a desvalorizar este tipo de crime continua a reforçar a sujeição das mulheres aos seus agressores. E não basta

apregoar publicamente que as mulheres devem denunciar e fazer queixa da violência de que são vítimas. Esta cultura continua pervasiva na sociedade, transmitindo, também pela imprensa a ideia generalizada de que o melhor é “calar e consentir”.

Nas notícias analisadas, encontrámos por vezes uma retórica abonatória dos agressores, assim como um aval dado aos actos praticados, mesmo por parte de autoridades.

O ASSASSÍNIO DAS MULHERES COMO FUTILIDADE

Ressaltou também da análise que efectuámos uma ideia implícita de que as vidas das mulheres não têm valor. Alguns casos, os agressores nem se deram ao trabalho de dar justificação para o que fizeram.

Também a invisibilidade a que são votadas é um traço evidente desta futilidade, já que a notoriedade da acção reside, quase invariavelmente sobre o agressor, isto igualmente atravessado pelo mediático sensacionalismo.

Curioso foi, ainda, o facto de termos verificado que estas mulheres ficam ainda mais invisíveis quando estão presentes crianças como vítimas ou como observadoras: aí, então, a mulher desaparece por completo.

Os agressores são os grandes protagonistas destas notícias e ficam muitas vezes visíveis os laços de solidariedade masculina quando ressalta a evidência da pertença ao “clube”.

Encontramos, em muitas notícias, a informação de que a violência exercida sobre aquela mulher era conhecida, por vezes da vizinhança, outras vezes de familiares, por vezes mesmo das autoridades; no entanto, o silêncio imperou e sem que ninguém tenha feito nada, elas deram a sua vida pela possessividade masculina.

Outras tinham denunciado, os vizinhos tinham-se queixado, mas qual destino inexorável, elas foram mesmo mortas, o que nos permite falar de “crónicas de mortes anunciadas”.

As acções feministas requerem reconstrução e recriação contínuas, uma intervenção e acção políticas enquadradas por uma nova democracia que torne explícita a necessidade de concepções de liberdade, igualdade e compromisso inspiradas numa variedade de fontes políticas e filosóficas. Nesta nova democracia, o feminismo é parte das “constelações de questões e problemas divergentes” em vez de ser um olhar, uma abordagem ou uma interpretação isolada dessas questões e desses problemas, ou seja, uma “estrela isolada”.

As democracias não têm assegurado que todas/os as/os cidadãs/ãos são iguais e esta falibilidade tem sido a tónica nos debates actuais acerca do papel do sistema educativo em relação à formação de cidadãs/aos. A contribuição da educação para a cidadania não se separa da educação democrática e da construção da “*cidade educativa*” regida pelos princípios da democracia e da participação, onde o combate a todas as formas de violência contra as mulheres deve assumir um lugar central.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERT, Tótila (2005), [Online],
<http://www.concienciasinfronteras.com/PAGINAS/CONCIENCIA/tresamores.html>,
02/12/05
- AMÂNCIO, Lígia (2003) "O género no discurso das ciências sociais", em *Análise Social*, vol. XXXVIII (168), 2003, pp.687-714
- AMÂNCIO, Lígia (1994), *Masculino e feminino. A construção social da diferença*. Porto: Edições Afrontamento
- ARAÚJO, Helena C. (2005b), "Mulheres e Cidadania", em A.G.Macedo e A.L.Amaral (orgs.), *Dicionário da Crítica Feminista*, Porto: Edições Afrontamento, pp. 18-20
- ARAÚJO, Helena C. (2005a), "*Cidadania na sua polifonia – debates nos estudos feministas de educação*", Provas de Agregação, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Mimeo
- ARAÚJO, Helena C. (2002) "Há já lugar para algum mapeamento nos estudos sobre género e educação em Portugal? – Uma tentativa exploratória", em *Investigar em Educação – Revista da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação*, 1, 101-146
- ARAÚJO, Helena C. (2001), "Género, Diferença e Cidadania na Escola: caminhos abertos para a mudança social?", em D. Rodrigues (org.) *Educação e Diferença – valores e práticas para uma educação inclusiva*, Porto: Porto Editora, pp. 143-154
- ARAÚJO, Helena C. (1998) "O Masculino e o Feminino e a Escola Democrática", em T. Trigueros et al., *Hacia una Pedagogia de la Igualdad*, Salamanca: Amarú Ediciones
- ARNOT, Madeleine, ARAÚJO, Helena, DELIYANNY, Kiki, IVINSON, Gabrielle & TOMÉ, Amparo (2000) "Changing femininity, Changing concepts in public and private spheres", em *European Journal of Women's Studies*, 7, pp. 149-168. Mimeo
- ARNOT, Madeleine, ARAÚJO, Helena C, BONAL, Xavier, DELIYANNY-KOUMITZI, Kiki, ROWE, Gabrielle, TOMÉ, Amparo e ZIOGOU, Roula (1996), "Gender and the Discourses of Citizenship used by Teachers in Five European Countries (Greece, Portugal, Spain, England and Wales) em *International Studies of Sociology of Education*, 6 (1), 3-36. Mimeo
- CANOTILHO, Ana Paula (2006), *Abrindo a cortina do palco da esfera política pública*. Tese de Mestrado. Porto: FPCEUP
- COIMBRA, Artemisa (2006) *Texto em homenagem a Margarida Maria da Silva Machado dos Reis*. Mimeo

- CORREIA, José A. (2001) "A construção científica do político em educação", em *Revista Educação, Sociedade & Culturas*, nº 15, Porto: Edições Afrontamento, pp. 19-43
- DEAN, Jodi (1997), "Introduction to Siting/Citing/Sighting the New Democracy," [On-line], <http://people.hws.edu/dean/feminism.html>, 12/10/06
- Declaração e Plataforma de Acção de Beijing (Pequim) (2005), Nova Iorque, Nações Unidas. [On-line], www.un.org/womenwatch/daw/beijing/platform/plat1.htm, 22/09/06
- ESTÊVÃO, Carlos V. (2004), *Educação, justiça e autonomia: os lugares da escola e o bem educativo*. Cadernos do CRIAP, nº 43, Porto: Edições ASA
- FAIRCLOUGH, Norman (2004), *Language and power*. Londres: Longman, 2ª Edição, pp. 1-13. Mimeo
- FONSECA, Laura (2001), *Culturas juvenis, percursos femininos – experiências e subjectividades na educação de raparigas*. Lisboa: Celta
- FOUCAULT, Michel (1997), *A ordem do discurso*. Lisboa: Relógio d'Água (Obra original publicada em 1971)
- FRASER, Nancy e Gordon, Linda (1995), "Contrato versus caridade: porque não existe cidadania social nos Estados Unidos?", em *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 42, pp. 27-52. Mimeo
- GALLAGHER, Margaret (2006), "Perspectivas feministas sobre os *media*" em Maria João Silveirinha (org.), *ex æquo*, nº 14. Porto: Edições Afrontamento, pp. 11-34
- GALLEGO, Juana (2004/2002), "Produção informativa e transmissão de estereótipos de género", em Maria João Silveirinha (2004) *As Mulheres e os Media*, Lisboa: Livros Horizonte, pp. 55-67
- GAMBLE, Sarah (2001), "Postfeminism" em Sarah Gamble (org.) *The Routledge Companion to Feminism and Postfeminism*, London and New York: Routledge, pp. 43-54
- GERALDI, João Wanderley. (2006), *Comunicação, linguagem e educação intercultural*. Porto: FPCEUP. Mimeo
- GOMES, Rui (1997), "A análise do discurso: as políticas educativas como texto", em *Actas do VII Colóquio Nacional da AIPEL/AFIRSE ("Métodos e Técnicas de Investigação Científica em Educação")*, pp. 409-427. Mimeo
- HAGEMANN-WHITE, Carol (1998), "Violence without end? Some reflections on achievements, contradictions, and perspectives of the feminist movement in Germany", em Klein, Renata C. A. (1998) *Multidisciplinary Perspectives on Family violence*, Londres: Routledge, pp 176- 191
- HENRIQUES, Fernanda, PINTO, Teresa (1999), *Coeducação e Igualdade de Oportunidades*, Cadernos Coeducação, 1ª ed. Lisboa: CIDM

- HUMM, Maggie (1989), *The Dictionary of Feminist Theory*, London: Harvester Wheatsheaf
- JAMES, Susan (1992) "The good-enough citizen: female citizenship and independence" em Gisela Bock e Susan James (1992) *Beyond Equality and Difference, Citizenship, Feminist Politics and Female Subjectivity*, Londres: Routledge, pp 48-65.
- KAPLAN, Gisela (1992), *Contemporary Western European feminism*, New York, University Press
- LISBOA, Manuel, Zélia Barroso e Joana Marteleira (2003b) *O Contexto Social da Violência Contra as Mulheres Detectada nos Institutos de Medicina Legal*, Lisboa: CIDM, Coleção Ditos & Escritos, nº 16.
- LISBOA, Manuel, Isabel do Carmo, Luísa Branco Vicente e António Nóvoa (Sofia Marques da Silva) (2003a) *Os Custos Sociais e Económicos da Violência Contra as Mulheres*, Lisboa: CIDM, Coleção Ditos & Escritos, nº 17.
- LISTER, Ruth (2002), "Cidadania: um desafio e uma oportunidade para as feministas", em Helena Araújo (org.), *ex æquo*, nº7, Oeiras: Celta Editora, pp.165-178
- LOURENÇO, Nelson, Manuel Lisboa e Elza Pais (1997) *Violência Contra as Mulheres*, Lisboa: CIDM.
- MAGALHÃES, António e STOER, Stephen (2006), *Reconfigurações: Educação, Estado e Cultura numa época de globalização*, Porto: Profedições
- MAGALHÃES, Maria José (2005a), *Mulheres, Espaços e Mudanças: o pensar e o fazer na educação das novas gerações*. Tese de Doutoramento, Porto: FPCEUP
- MAGALHÃES, Maria José (2005b), "A violência nas relações de intimidade", Comunicação apresentada em *Encontro Internacional de Jovens*, AJP, Coimbra. Mimeo
- MAGALHÃES, Maria José. (2001), "Dez anos da APEM: percorrer as vozes, significar os percursos", em Virgínia Ferreira, Teresa Tavares e Clara Lourenço (orgs.), *ex æquo*, nº 5, Oeiras: Celta Editora, pp. 27-68
- MAGALHÃES, Maria José (1998), *Movimento Feminista e Educação. Portugal, Décadas de 70 e 80*, 1ª ed. Oeiras: Celta Editora
- MARTINS, Sónia (2006), "A burqa pelas mulheres: mulheres afegãs na imprensa portuguesa", em Maria João Silveirinha (org.), *ex æquo*, nº 14, Porto: Edições Afrontamento, pp. 93-109
- MATHESON, Donald (2005), *Media Discourses*, London: Open University Press
- MENEZES, Marcos (2003), "As redes e o fim do patriarcado", Artigo; responsável pela informação: Rits-Redes. [On-line], www.redemulher.org.br/marcosmenezes.htm, 02/12/05

- MEYERS, Marian (1997), *News coverage of violence against women: engendering blame*, Thousand Oaks: Sage
- MORGAN, David H. J. (1996), "O corpo", em *Family Connections, an introduction to family studies*, Londres: Polity Press, pp. 113-135
- NOGUEIRA, Conceição (2005) "Discriminação", em A.G.Macedo e A.L.Amaral (orgs.), *Dicionário da Crítica Feminista*, Porto: Edições Afrontamento, pp. 40-41
- NOGUEIRA, C., Marques, C., Magalhães, Maria J., Silva, S. (2003), *Um olhar sobre os feminismos – pensar a democracia no mundo da vida*, Porto: Ed. UMAR
- NOGUEIRA, Conceição (2001b), "Construcionismo social, discurso e género", *Psicologia*, XV,1, pp. 43-65. Mimeo
- NOGUEIRA, Conceição e Silva, Isabel (2001a) "*Cidadania. Construção de novas práticas em contexto educativo*", Porto: Edições ASA
- NOGUEIRA, Conceição (1998) "Mulheres em posição de poder. Regulação ou resistência?", em *Movimento Feminista em Portugal – Seminário organizado pela UMAR – 5 e 6 de Dezembro de 1998 – Lisboa: Auditório do Montepio Geral*, pp.85-96.[On-line], www.umarfeminismos.org/feminismos/docs/textosemmovfem.html, 20/12/05
- NOGUEIRA, Conceição (1997), *Um Novo Olhar sobre as Relações Sociais de Género. Perspectiva feminista crítica na Psicologia Social*. Tese de Doutoramento, Braga: Universidade do Minho
- NÓVOA, António, Silva, Sofia M. (2004), "Custos ao Nível da Educação, in Violência doméstica e familiar: Um problema que diz respeito a tod@s". *Jornal "a Página"*, ano 13, nº 135, Junho 2004, pp. 35-37
- PAIS, Elza (1998), *Homicídio conjugal em Portugal – Rupturas violentas da conjugalidade*, Lisboa: Hugin Editores
- PATEMAN, Carole (1998/2003), "O contrato sexual: o fim da história?", em Helena Araújo, Fernanda Henriques, Maria José Magalhães, Conceição Nogueira, Laura Fonseca e Ana Luísa Amaral (org.), *ex æquo*, nº 8, Oeiras: Celta Editora, pp. 31-43
- PENICHE, Andrea (2004), Superando a perspectiva do corpo como campo de batalha: dimensionar o aborto no campo dos direitos, em *ex æquo*, nº 11, Porto: Edições Afrontamento, pp.109-121
- PHILLIPS, Anne (1991), *Engendering Democracy*, Oxford: Polity Press
- PHILLIPS, Louise e JORGENSEN, Marianne (2004), *Discourse analysis as theory and method*. Londres: Sage. pp. 1-23. Mimeo
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 88/2003, de 7 de Julho;

- SAAVEDRA, Luísa (2004), "Diversidade na identidade: a Escola e as múltiplas formas de ser masculino", em *Revista de Psicologia, Educação e Cultura*, 2004, vol. VIII, nº 1, pp.103-120
- SANTOS, Boaventura S. (1987), *Relatório sobre a Disciplina de Introdução e Metodologia das Ciências Sociais*, FEUC, Coimbra
- SILVA, Manuela (2000), "Internalizar a igualdade de género nas políticas públicas", em Teresa Tavares e Virgínia Ferreira (orgs.), *ex æquo*, nº 2/3, Oeiras: APEM - Celta Editora, pp.43-52
- SILVEIRINHA, Maria J. (2006), Editorial, em Maria João Silveirinha (org.), *ex æquo*, nº 14, Porto: Edições Afrontamento, pp. 5-9
- SILVEIRINHA, Maria J. (2004), *As Mulheres e os Media*, Lisboa: Livros Horizonte
- SIMÕES, Rita J. B. de (2005), *A violência contra as mulheres nos media: Lutas de género no discurso das notícias*. Dissertação de Mestrado. Coimbra: FLUC (no prelo)
- TALBOT, Mary M. (2001), "Feminism and language" em Sarah Gamble (org.) *The Routledge Companion to Feminism and Postfeminism*, London and New York: Routledge, pp. 140-147
- TAVARES, Manuela (2000), *Movimentos de Mulheres em Portugal – décadas de 70 e 80*, Lisboa: Livros Horizonte, pp. 85-112
- TORRES, Carlos A., BURBULES, Nicholas C. (2005), *Globalización y educación: manual crítico*, Madrid: Editorial Popular
- TORRES, Carlos Alberto (2001), *Democracia, Educação e Multiculturalismo – dilemas de cidadania em um mundo globalizado*, Petrópolis: Vozes
- TUCHMAN, Gaye (1978/2004), O aniquilamento simbólico das mulheres pelos meios de comunicação de massas, em Maria João Silveirinha (2004) *As Mulheres e os Media*, Lisboa: Livros Horizonte, pp. 139-153
- van ZOONEN, Liesbet (2004/1992), "O movimento das mulheres e os media: a construção de uma identidade pública", em Maria João Silveirinha (2004) *As Mulheres e os Media*, Lisboa: Livros Horizonte, pp. 155-174
- Violência Doméstica – Primeiro Relatório Nacional, Ministério da Administração Interna, Guarda Nacional Republicana, Polícia de Segurança Pública, Coimbra, 8 de Março de 1999.
- WILSON, Margo e Martin Daly (2003), "Till Death Us do Part", em Rose Weitz *The Politics of Women's Bodies*, Nova Iorque: Oxford University Press, pp. 257-270
- WODAK, Ruth e MEYER, Michael. (2001), *Methods of Critical Discourse Analysis*, London: Sage [Tradução de Débora de Carvalho Figueiredo]
- YOUNG, Iris M. (1990), *Justice and the politics of difference*. Princeton: Princeton University Press

I Plano Nacional contra a Violência Doméstica (2000-2003), Mimeo

II Plano Nacional contra a Violência Doméstica (2003-2006), Mimeo

III Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (2007-2010), Mimeo

20 Anos ao Serviço da Igualdade (1997), Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres

Jornais consultados

Jornal de Notícias

Legislação consultada

Artigos da Constituição Portuguesa

Código Penal

Diplomas legais

ANEXOS

FICHAS DAS MULHERES ASSASSINADAS

MARTA BERNARDES [SN, A1] ; [MB, 2] NOT 2	
Título da notícia 1	MULHER MORTA À FRENTE DA FILHA
Título da notícia 2	DINHEIRO E CIÚMES NA ORIGEM DO HOMICÍDIO
Subtítulo da notícia 2	Filha, de 8 anos, assistiu à morte da mãe
CORPO DA NOTÍCIA	
...vítima trabalhava como empregada de limpeza... ...se estava a divorciar...	Not 1
Marta Bernardes, de 33 anos, natural do Brasil... "...era muito trabalhadora e estimada" ...há 3 anos que se encontrava a trabalhar em Portugal como auxiliar de lar. ...foi então que começou a ouvir queixas da vítima. "A Marta queixava-se do marido, que ele a ameaçava. Vinha a Portugal e levava o dinheiro dela." ...vítima apresentou queixa na GNR, porque alguém terá arrombado a casa e roubado dinheiro e os documentos. Terá dado como suspeito o próprio marido. As ameaças terão ganho novos contornos quando a vítima encetou o processo de divórcio.	NOT 2

VITORIA BELAGONOV	
[VB, 1]	NOT 1
Título da notícia 1	IMIGRANTE MATOU A MULHER À FACADA
CORPO DA NOTÍCIA	
...mulher, 31 anos... ...por alegadas desavenças conjugais... ...residiam com um filho de 10 anos.	NOT 1

IRENE RODRIGUES	
[IR, 1] ; [IR, 2] ; [IR, 3]	NOT 1
Título da notícia 1	JOVEM ASSASSINADA A TIRO PELO ANTIGO NAMORADO
Subtítulo da notícia 1	Gritos da vítima ainda foram ouvidos por moradores do prédio onde ocorreu o crime
Título da notícia 2	SUSPEITO ANDAVA A SEGUIR A VÍTIMA HÁ VÁRIOS DIAS
Título da notícia 3	DISPAROS COM ARMA ILEGAL
CORPO DA NOTÍCIA	
Irene Rodrigues, de apenas 18 anos, morreu. ...jovem, muito pacata... Alguns vizinhos, avançam que a rapariga teria mudado de casa para não ser importunada...	NOT 1
...mais 1 tentativa falhada de reconciliação. A jovem "voltou a rejeitá-lo", confidenciaram ao JN alguns populares.	Not 2
O namoro entre os 2 jovens terá acabado há já algum tempo por vontade da Irene que acabaria por ser assassinada.	Not 3

NÃO IDENTIFICADA	
[SN, B1]	NOT 1
Título da notícia 1	MATOU A MULHER GRÁVIDA DEPOIS DE UMA DISCUSSÃO
Subtítulo da notícia 1	Agressões entre o casal eram conhecidas e motivaram algumas queixas Homicídio terá sido cometido com recurso a uma garrafa
CORPO DA NOTÍCIA	
...mulher de 30 anos, que se encontrava grávida. Fonte policial confirmou a existência de "alguns" processos contra o detido por agressões à mulher e que estarão ainda em Tribunal. O casal era natural da Ilha Terceira e subsistia da Segurança Social.	NOT 1

CECÍLIA MARIA REIS	
[CR, 1]	NOT 1
Título da notícia 1	MATOU A TIROS DE CAÇADEIRA MULHER E FILHO DE 9 ANOS
Subtítulo da notícia 1	Motivos passionais na origem do crime que deixou chocada freguesia de Vandoma
CORPO DA NOTÍCIA	
Cecília Maria Reis (32 anos)... ...Cecília Maria era doméstica, depois de ter abandonado a mesma fábrica onde trabalha o marido. As desavenças entre o casal já eram conhecidas da família,... ...casamento com mais de uma década...	NOT 1

NÃO IDENTIFICADA	
[SN, C1]	Not 1
Título da notícia 1	MARIDO MATA MULHER COM TIRO DE CAÇADEIRA
CORPO DA NOTÍCIA	
...companheira de 36 anos... ...seriam frequentes as desavenças e discussões entre o casal, existindo mesmo uma queixa registada na PSP.	NOT 1

MARIA LURDES MADUREIRA COSTA	
[ML, 1]	NOT 1
Título da notícia 1	MORTAS PELOS MARIDOS À QUEIMA-ROUPA
Subtítulo da notícia	Questões passionais terão motivado crimes
Título da notícia 2	“Passou a noite no hospital a perguntar pela mãe”
CORPO DA NOTÍCIA	
Maria de Lurdes Madureira Costa tinha 43 anos e morava em Alpendurada (Marco de Canaveses). ...as discussões com a mulher seriam frequentes.	NOT 1
Maria Lurdes era empregada de balcão de uma padaria de Alpendurada. “ Uma excelente colega de trabalho.”...	Not 2

MARIA ROSÁRIO RIBEIRO	
[MRR, 1]	NOT 1
Título da notícia 1	MORTAS PELOS MARIDOS À QUEIMA-ROUPA
Subtítulo da notícia 1	Questões passionais terão motivado crimes
Título da notícia 2	“O marido sempre sentiu ciúmes e desconfiança”
CORPO DA NOTÍCIA	
Maria do Rosário Ribeiro de 30 anos, residia em Alijó. Há 3 anos, o casal chegou a estar separado. As divergências voltaram e, há cerca de duas semanas, a separação repetiu-se.	NOT 1
Maria do Rosário Ribeiro era mãe de 2 rapazes, de quatro e 12 anos. Na sequência da mais recente separação, estava a viver com os pais em Vilarinho de Cotas (Alijó). “Ela era uma mulher trabalhadora e muito educada”.	Not 2

CONCEIÇÃO	
[C, 1]	NOT 1
Título da notícia 1	HOMEM MATA MULHER E PÕE TERMO À VIDA
Subtítulo da notícia 1	De acordo, com a vizinhança, o casal, que tinha 3 filhos, estava a tratar do divórcio
CORPO DA NOTÍCIA	
...a mulher de 40 anos... Os filhos de Luís e Conceição têm 17, 20, 24.	NOT 1

MARIA ISOLETE CARDEIRA	
[MI, 1]	NOT 1
Título da notícia 1	SUSPEITO DE MATAR A MULHER À PAULADA
Subtítulo da notícia 1	Vítima terá sido violentamente agredida quando ainda estava a dormir
CORPO DA NOTÍCIA	
Uma mulher de 56 anos... Maria Isolete Cardeira, operária numa fábrica de móveis... "Era uma rapariga da terra, muito trabalhadora"... ...a única filha do casal com cerca de 18 anos...	NOT 1

ISABEL MARIA VASCONCELOS	
[SN, D1]; [IV, 2]; [IV, 3]	
NOT 2	
Título da notícia 1	REGOU NAMORADA COM GASOLINA E CHEGOU-LHE FOGO
Subtítulo da notícia 1	Suspeito, ontem detido pela PJ, não aceitou o fim da relação com a psicóloga de 41 anos Vítima internada com queimaduras graves
Título da notícia 2	DETIDO SUSPEITO DE QUEIMAR A NAMORADA
Subtítulo da notícia 2	Homem tinha regado companheira com gasolina após desentendimento Mulher em estado grave estará grávida de gémeos
Título da notícia 3	MULHER QUEIMADA POR NAMORADO MORREU
Subtítulo da notícia 3	Estava internada nos Hospitais da Universidade de Coimbra desde o princípio de Maio
CORPO DA NOTÍCIA	
A mulher, uma psicóloga de 41 anos... ...a mulher, divorciada, pretendia acabar com a relação que manteria há algum tempo com o suspeito. ...consultório da referida psicóloga, natural de Cepelos, Amarante.	Not 1
...uma professora de 41 anos... ...o Ministério Público suspeita que a vítima esteja grávida de gémeos. ...a vida de Isabel Maria Vasconcelos tem sido marcada pelo drama. Mãe de 3 filhos (entre os 11 e os 20 anos), ficou viúva há três: o seu marido foi assassinado, em Angola, em circunstâncias ainda não totalmente esclarecidas.	NOT 2
Segundo fonte policial, a vítima, proprietária de um centro de psicologia em Felgueiras, poderia estar grávida. ...Isabel Vasconcelos, viúva, residente na Lomba, em Amarante...	Not 3

DINA OLIVEIRA RUPIO FILIPE	
[DR, 1]; [DR, 2]	
NOT 1	
Título da notícia 1	MATOU A MULHER E TENTOU SUICIDAR-SE
Subtítulo da notícia 1	Utilizou caçadeira em ambos os casos, mas ainda foi encontrado com vida
Título da notícia 2	MATOU A MULHER POR ELA QUERER O DIVÓRCIO
Subtítulo da notícia 2	Vítima, de 33 anos, nunca fez queixa por ter medo do marido
CORPO DA NOTÍCIA	
...a mulher de 33 anos... Dina Oliveira Rupio Filipe vivia com o marido em Negrais, mas ele expulsara-a de casa. A mulher procurou então a casa da mãe, em Janes, onde vivia há uns dias com o filho de uma anterior relação. Terá manifestado ao marido a intenção de mover uma acção de divórcio	NOT 1
Dina pediu apoio à Associação de Apoio à Vítima (APAV) Quanto a fazer queixa à Polícia, “sempre recusou a ideia. Tinha medo da reacção do marido, depois de tantas ameaças.” As ameaças aumentaram de tom quando Dina fugiu para a casa da mãe, em Janes, e começou a tratar do divórcio.	Not 2

MARIA CONCEIÇÃO SILVA	
[MC, 1]	NOT 1
Título da notícia 1	MATOU A TIRO A EX-MULHER E SUICIDOU-SE DE SEGUIDA
Subtítulo da notícia 1	Mulher de 39 anos foi alvejada na nuca quando se dirigia para o emprego
CORPO DA NOTÍCIA	
Uma mulher de 39 anos... ...Maria Conceição Silva vivia com o filho de 20 anos, em casa da mãe... ...Maria da Conceição se dirigia a pé para o trabalho, numa confecção situada perto. O casal estava separado há algum tempo e mantinha um relacionamento tempestuoso nos últimos anos... ...ameaçara de morte a mulher...	NOT 1

MARIA ALICE RIBEIRO	
[MAR, 1]	NOT 1
Título da notícia 1	MATOU A TIRO A MULHER E DOIS VIZINHOS E SUICIDOU-SE
Subtítulo da notícia 1	Rixa devido a ciúmes estará na origem do crime que envolveu quatro idosos
CORPO DA NOTÍCIA	
Maria Alice Ribeiro, de 64...	NOT 1

SIMONE PEREIRA MORGADO	
[SM, 1]	NOT 1
Título da notícia 1	ATIROU-SE DA FALÉSIA LEVANDO CONSIGO O FILHO
Subtítulo da notícia 1	Indivíduo terá assassinado a mulher, antes de cometer o acto tresloucado no Sítio da Nazaré Segundo a família do homem, na origem dos crimes estarão razões passionais
Título da notícia 2	VÍTIMAS
CORPO DA NOTÍCIA	
...a mulher de 25... As discussões entre Pedro Filipe Roxo e Simone Pereira Morgado ambos naturais de Poço das Vinhas, Turquel, eram habituais... ...o casal estava já separado e preparava-se para o divórcio. ...a mulher que estava a residir com os pais... ...indiciando que Simone manteria uma relação amorosa com outro homem.	NOT 1
Tinha 25 anos e encontrava-se separada há vários meses do marido, residindo na casa dos pais, em Poço das Vinhas. Era funcionária da loja “Vodafone” em Alcobaça.	NOT 2

MARIA ALZIRA PINTO*	
[MAP, 1]	NOT 1
Título da notícia 1	MATOU UMA MULHER, FERIU OUTRA E TENTOU O SUICÍDIO
CORPO DA NOTÍCIA	
...a irmã da ex-companheira... ...contou ao JN, o marido de Maria Alzira (vítima mortal)... ...da irmã (Maria Alzira Pinto de 47 anos)...	NOT 1

* Obs.: Vítima associada. Assassinada quando acompanhava a sua irmã, Maria Alexandrina Pinto. Os disparos destinavam-se a Maria Alexandrina, ex-companheira do agressor, que vinha sendo alvo de violência doméstica. Nesse dia, as irmãs preparavam-se para mudar a fechadura da porta da casa de Maria Alexandrina, quando foram atacadas.

NÃO IDENTIFICADA	
[SN, E1]; [SN, E2]	
Título da notícia 1	MULHER ASSASSINADA COM UM TIRO NA CABEÇA
Título da notícia 2	AGENTE QUE ASSASSINOU MULHER TINHA MAIS PISTOLAS
Subtítulo da notícia 1	Foi o alegado homicida, marido da vítima, quem alertou o INEM, dizendo que a atingira de raspão
CORPO DA NOTÍCIA	
...a mulher de 37 anos... ...que ali vivia há cerca de cinco anos... ...tinha um salão de cabeleireiro no piso inferior da vivenda... “Não se dava muito com as pessoas. Não eram muito simpáticos.”	Not 1
Sem referências	Not 2

MARIA DA GRAÇA SILVA ALVES	
[MG, 1]	NOT 1
Título da notícia 1	MATOU A MULHER COM GOLPES DE MACHADO E ENTREGOU-SE
Subtítulo da notícia 1	Vítima, de 52anos, foi encontrada junto à cama com ferimentos na cabeça e nas costas O marido confessou crime, que deverá ter sido motivado por questões passionais
CORPO DA NOTÍCIA	
Maria da Graça da Silva Alves, de 52 anos... O casal, com quatro filhos, vivia há já alguns anos sozinho naquela residência. “...ela era uma mulher muito séria, nunca aqui se falou em alguma coisa em relação a ela.”	NOT 1

MARIA EMÍLIA RODRIGUES	
[MER, 1]	NOT 1
Título da notícia 1	MATOU MULHER À PAULADA E JÁ PREPARAVA O FUNERAL
CORPO DA NOTÍCIA	
Uma mulher de 47 anos... Segundo fonte policial, "há largos anos" que a vítima vinha sendo "sovada quase diariamente pelo mesmo indivíduo." ...a mulher, Maria Emília Rodrigues... "...era uma boa mulher, sofria muito...no dia em que saiu do Hospital, depois de ter apanhado uma carga de porrada, o marido partiu-lhe um braço".	NOT 1

SÓNIA ALEXANDRA NEVES	
[SN, 1]	NOT 1
Título da notícia 1	JOVEM MATA NAMORADA À FACADA
Subtítulo da notícia 1	Homicídio por razões passionais, seguido de suicídio, ocorreu ontem à noite em Valongo
CORPO DA NOTÍCIA	
Uma jovem de 24 anos... Sónia Alexandra Neves e...já tinham casamento marcado para Agosto, mas a história de amor acabou da pior maneira. Sónia, filha única e empregada de escritório, vivia com os pais.	NOT 1

GLÓRIA PAIVA	
[SN, GP2]; [GP, 2]	NOT 1
Título da notícia 1	MATOU A MULHER COM CAÇADEIRA
Título da notícia 2	CRIME CHOCOU PEDREIRA
Subtítulo da notícia 2	Causas do homicídio de mulher, alegadamente perpetrado pelo marido, continuam por esclarecer
CORPO DA NOTÍCIA	
... a mulher de 50 anos... ...(pais de duas filhas maiores, uma delas casada, e um filho com 13 anos) mantinham há muito uma relação conflituosa e estariam desligados sentimentalmente, desconhecendo-se actos anteriores de violência. ...Glória Paiva, ter-se-á queixado de que o marido, Adolfo Paiva,"era um mandrião", que não apresentava o dinheiro suficiente para a subsistência da casa.	NOT 1
...a mulher de quem estava divorciado há três anos. Vítima e agressor viviam debaixo do mesmo tecto, à espera da conclusão do processo de separação de bens.	Not 2

MARIA ARLINDA	
[MA, 1]	NOT 1
Título da notícia 1	SUSPEITO DE MATAR MULHER EM PRISÃO PREVENTIVA
Título da notícia 2	MATOU MULHER E TENTOU SUICÍDIO
CORPO DA NOTÍCIA	
...Maria Arlinda, de 50 anos, estaria separada do marido, mas deslocava-se com frequência a sua casa para fazer limpezas.	NOT 1

MARIA AMÉLIA MIRANDA SILVA	
[MAS, 1]	NOT 1
Título da notícia 1	ENCOBRIU MORTE DA MULHER SIMULANDO ASSALTO A CASA
Subtítulo da notícia 1	PJ prendeu marido de vítima de estrangulamento em Silveiros Autoridades acreditam que suspeito terá morto mulher após discussão
CORPO DA NOTÍCIA	
...Maria Amélia Miranda da Silva de 68 anos... ...no interior da propriedade do casal de lavradores...	NOT 1

MARIA FIGUEIREDO	
[SN, F1]; [MF, 2]	NOT 2
Título da notícia 1	MATOU A MULHER À MARTELADA
Título da notícia 2	IDOSO EM PREVENTIVA POR HOMICÍDIO
CORPO DA NOTÍCIA	
...“ a mulher andava metida com bruxas”.	Not 1
A vítima, Maria Figueiredo, de 70 anos... ...uma filha do casal que estaria a descansar... ...a mulher andaria “metida com bruxas”...	NOT 2

MARIA FERNANDA DIAS	
[FD, 1]	NOT 1
Título da notícia 1	AGREDIDA ATÉ À MORTE COM CABO DE VASSOURA
Subtítulo da notícia 1	Marido da vítima confessou crime e entregou-se à GNR de Lordelo Álcool e ciúmes originavam constantes discussões entre o casal
CORPO DA NOTÍCIA	
Uma mulher de 58 anos... Segundo os vizinhos do casal, as cenas de violência eram constantes e, anteontem, o alegado homicida terá espancado a vítima, Maria Fernanda Dias, “durante todo o dia”. Os moradores terão chamado por várias vezes a GNR ao local, mas a mulher nunca assumiu os maus-tratos que sofria. Aliás, não existem registos de queixas na GNR... O casal vivia sozinho, depois de um dos seus cinco filhos ter casado há três semanas...	NOT 1

JULIETA AMENDOEIRA	
[JA, 1]; [JA, 2]	
NOT 1	
Título da notícia 1	TENTOU MATAR A MULHER ANTES DE SE SUICIDAR
Subtítulo da notícia 1	Filho encontrou os dois corpos no chão da garagem e ainda foi a tempo de pedir socorro para a mãe que está internada em estado muito grave
Título da notícia 2	MULHER BALEADA MORREU NO HOSPITAL
Subtítulo da notícia 2	Recusa em emigrar poderá ter levado companheiro a disparar antes de se suicidar
CORPO DA NOTÍCIA	
...Julieta Amendoeira era alvo de ameaças e planeava emigrar para o Luxemburgo, com Júlio e a filha de seis anos. “ Eles davam-se muito bem e o Júlio adorava-a”, diz fonte próxima da família ...um relacionamento antigo lhe estaria a colocar problemas... ...a mulher, companheira há pouco mais de um ano, com 46 anos de idade... O filho de Julieta Amendoeira, com 23 ... Os dois filhos da vítima eram do primeiro marido. Julieta viveu no Porto com ele, fixando-se posteriormente na Azurbeira, para vir para perto da mãe. Júlio e Julieta tinham o mesmo pai. Toda a vizinhança comentava a relação incestuosa, principalmente a partir do momento que começaram a circular cartas anónimas, em Bustos, “ a denunciar a situação e a desrespeitar Julieta”...	NOT 1

A mulher, de 46 anos, que sobreviveu, no sábado, a dois disparos efectuados pelo homem com quem vivia numa relação, alegadamente, incestuosa, na localidade de Azurbeira, Oliveira do Bairro, acabou por não sobreviver e morreu... ...a mulher, sua irmã, Julieta Amendoeira, de 46 anos, com quem vivia há perto de um ano. Júlio e Julieta eram filhos da mesma mãe e a vizinhança comentava a relação incestuosa, principalmente, a partir da altura em que algumas cartas anónimas começaram a circular em Bustos, denunciando a situação que era vivida na presença de um menor, revelou, ao JN, fonte policial ...afirmam que o casal se dava muito bem, no entanto, dizem que um relacionamento antigo estaria a provocar alguns problemas. Para os evitar, Júlio e Julieta acordaram emigrar no dia em que aconteceu a tragédia. Julieta deixa dois filhos, um deles menor...	Not 2
--	---------------------

ARMANDA PINTO DA SILVA ROSA	
[AR, 1]; [AR, 2]; [AR, 3]; [AR, 4]	NOT 1
Título da notícia 1	MORTA PELO COMPANHEIRO COM DISPARO DE CAÇADEIRA
Subtítulo da noticia 1	Mulher de 54 anos foi encontrada sem vida, na cama, com um tiro na cabeça Agressor entregou-se à GNR e confessou o crime, o desfecho de várias desavenças
Título da notícia 2	VÍTIMA
Subtítulo da noticia 2	Armanda Pinto da Silva Rosa
Título da noticia 3	VIVIAM JUNTOS HÁ 25

	ANOS
Título da notícia 4	MADRUGADA SANGRENTA
Subtítulo da notícia 4	(O silêncio dos vizinhos) Agressões eram frequentes e os maus-tratos conhecidos na vizinhança
CORPO DA NOTÍCIA	
Armanda Rosa, doméstica de 54 anos... ... os dois viviam com um filho de 15 anos...	NOT 1
Nascida em Março de 1951, era natural de Paredes e vivia maritalmente com o agressor há mais de 25 anos.	Not 2
Armanda Rosa e o companheiro viviam maritalmente há cerca de 25 anos, da qual resultou o nascimento de um filho. ... a convivência entre os dois vinha sendo marcada por constantes desentendimentos, que se agudizariam na sequência dos problemas financeiros do homicida confesso. ...a mãe trabalhou como operária fabril até ao seu nascimento. “Depois deixou a fábrica para cuidar de mim”.	Not 3

Na tarde de do dia 16de Agosto, Armanda Rosa apareceu à janela para dar dois dedos de conversa com as vizinhas. Entre cumprimentos e desabafos, confessou o incómodo das marcas negras que lhe manchavam o corpo. O companheiro já estava a beber há várias horas e foi descarregando a violência na mulher com quem vivia há mais de 25 anos. Uma vizinha aconselhou-a a fechar-se no quarto e, em último caso, atirar-se da janela para a rua. Não foi ouvida. Naquela noite, Armanda foi morta a tiro de caçadeira, pelo pai do seu filho. Foi encontrada, encharcada em sangue, em cima da cama.

As desavenças do casal já eram conhecidas dos vizinhos da Rua da Estrada de Cima, em Arcozelo (Gaia). Mas ninguém previa um desfecho tão violento. Várias vezes Armanda confessou, aqui e ali, os maus-tratos de que era vítima na solidão das quatro paredes de casa. Várias vezes, as discussões barulhentas, a meio da noite, levaram os vizinhos a chamar a polícia. “Como não o apanhavam em flagrante, não faziam nada”, conta um vizinho, que preferiu não se identificar. Outra vizinha chegou a aconselhar Armanda a entregar a caçadeira do companheiro na Polícia. “Disseram-lhe que não podiam fazer nada porque o homem tinha licença de caçador”. O agressor costumava dedicar-se à caça e tinha autorização para ter a arma em casa.

Uma permissão que acabou de forma trágica.

Um “estrondo”, a meio da madrugada, pôs fim à vida de Armanda Rosa, doméstica, de 54 anos, tida na vizinhança como “uma mulher impecável”. Conforme contou ao JN, no dia seguinte, o filho da vítima associou o barulho à queda de um candeeiro. Só quando foi ao quarto dos pais é que descobriu a mãe ensanguentada, sobre a cama. O rapaz confessou que as desavenças entre os pais eram frequentes e admitiu mesmo que chegaram a existir “agressões mútuas”.

O homicida, que se entregou às autoridades e confessou a autoria do crime, atravessava um período de dificuldades financeiras, na fábrica de estanhos que geria. Para esquecer os problemas, bebia.

Há mais de um ano que a vizinhança conhecia o mal-estar naquela casa. A ajuda não foi além de alguns conselhos e chamadas para a Polícia, quando as discussões incomodavam. “Entre marido e mulher, não se mete a colher”, desculpa-se a vizinha. A velha máxima foi, mais uma vez, cúmplice da violência, que acabou por ser fatal.

Not 4

GRAÇA MEIRELES [GM, 1] NOT 1	
Título da notícia 1	MATOU NAMORADA À FACADA E TENTOU SUICÍDIO
Subtítulo da notícia 1	Motivos passionais terão estado na origem do crime, que chocou o Bairro do Cabeço, em Tortosendo
CORPO DA NOTÍCIA	
...a namorada, de 46 anos... ...Graça Meireles como “extrovertida e boa companheira”. Trabalhava numa firma de confecções. ...a relação entre o casal durava ainda há pouco tempo. Ambos eram solteiros.	NOT 1

HÉLIA RODRIGUES [HR, 1] NOT 1	
Título da notícia 1	MULHER ASSASSINADA COM TIRO DE CAÇADEIRA
Subtítulo da notícia 1	Vítima atingida na cabeça com munição de zagalote Suspeito fugiu mas está identificado e terá agido por motivos passionais
CORPO DA NOTÍCIA	

Uma mulher de 53 anos... ...com quem a vítima terá mantido uma curta relação de três meses Hélia Rodrigues, ia a caminho da pastelaria “Coisas Boas”, na praça Abel Manta, em S. João da Telha, onde trabalhava há cerca de dois meses. ... o indivíduo queria retomar a ligação, mas a mulher recusava.	NOT 1
---	---------------------

NÃO IDENTIFICADA	
[SN, G1];	NOT 2
Título da notícia 1	ASSASSINOU MULHER E TENTOU SUICIDAR-SE
Subtítulo da notícia 1	Antigo Hospital Júlio de Matos foi o palco do crime, que custou a vida a uma enfermeira de 51 anos
Título da notícia 2	VÍTIMA FREQUENTAVA UM CURSO DE MESTRADO
CORPO DA NOTÍCIA	
Uma mulher foi assassinada a tiro...	Not 1
O homem e a mulher ontem envolvidos no crime, com 59 e 51 anos respectivamente, teriam aparentemente uma relação. Ambos moravam na margem sul, nos concelhos do Seixal ou de Almada. Quanto à mulher, era enfermeira, mas não naquela unidade de saúde, onde se dirigia para frequentar um curso de mestrado	NOT 2

ANABELA	
[A, 1]	NOT 1
Título da notícia 1	HOMEM MATA MULHER E FILHO E SUICIDA-SE COM CAÇADEIRA
Subtítulo da notícia 1	Questões financeiras e ciúmes poderão estar na origem do duplo homicídio
CORPO DA NOTÍCIA	
Anabela, mulher de Ricardo, tinha completado há dias 34 anos e era cabeleireira. Em comum tinham um filho de oito anos, Nuno, que morreu. Em casa vivia ainda um adolescente de 13 anos, filho de Anabela com outro homem... “ A Anabela era uma rapariga impecável ...” “Era uma linda mulher. Ainda ontem estive com ela... Não parecia deprimida ...Anabela trabalhava provisoriamente, desde há 15 dias, até encontrar um novo emprego.	NOT 1

ROSA MARIA GOMES GASPAR	
[RG, 1]	NOT 1
Título da notícia 1	DEGOLADA PELO COMPANHEIRO À FRENTE DA FILHA DE DOIS ANOS
Subtítulo da noticia 1	Já tinha tentado matar a companheira mas ela retirou a queixa
Título da notícia 2	VOZES
Subtítulo da noticia 2	José Gaspar (Pai da vítima) Célia Morgadinho (Residente em Silvares)
CORPO DA NOTÍCIA	

Rosa Maria Gomes Gaspar, de 38 anos, funcionária dos serviços de Finanças... Nunca se chegaram a casar e separaram-se pouco tempo depois de a filha nascer. Há cerca de meio ano, Rosa Maria conseguiu transferência do Cacém para os serviços de Finanças da Covilhã e mudou-se para a aldeia de Silhares, no Fundão, para junto de familiares. ...ia ser ouvido em tribunal “no dia 10, por anteriores agressões” à vítima. “já a tinha tentado matar uma vez, mas ela mais tarde acabou por retirar a queixa.” “ele ameaçava-a no local de trabalho e espancava-a em casa, com a filha a ver.”	NOT 1
José Gaspar Pai da vítima “ Obrigava-a a lavar-se, perguntando-lhe constantemente: queres que te bata mais? E espancava-a novamente.” Célia Morgadinho Residente em Silhares “Mãe e filha eram muito unidas. A filha só chamava a mãe de princesa e pouco falava do pai...”	NOT 2

NÃO IDENTIFICADA	
[SN, H1]; [SN, H2]	
Título da notícia 1	AMARROU A MULHER À CAMA E FEZ EXPLODIR A HABITAÇÃO
Título da notícia 2	DETIDO HOMEM QUE MATOU A MULHER
CORPO DA NOTÍCIA	
Uma mulher, com cerca de 40 anos, funcionária de uma empresa de segurança ...antiga companheira...	Not 1
... a mulher de 48 anos...	Not 2

NÃO IDENTIFICADA	
[SN, I1]	
Título da notícia 1	MATOU MULHER COM QUATRO TIROS
CORPO DA NOTÍCIA	
...a vítima, uma mulher com cerca de 50 anos, passeava com um irmão. ...antiga companheira...	Not 1

NÃO IDENTIFICADA	
[SN, J1]	
Título da notícia 1	HOMEM QUE MATOU MULHER FICA PRESO
CORPO DA NOTÍCIA	
...a mulher de 51 anos, alegadamente na sequência de agressões e supostamente por motivos passionais.	NOT 1

LÚCIA SOUSA	
[SN, K1]; [LS, 2]	NOT 2
Título da notícia 1	MATOU EX-COMPANHEIRA COM GOLPES DE ARMA BRANCA
Título da notícia 2	ASSASSINADA PELO EX-COMPANHEIRO
CORPO DA NOTÍCIA	
...ex-companheira de, de 20 anos. A jovem era mãe de duas crianças, umas das quais uma menina, de cerca de 2 anos, fruto da relação com o alegado homicida. ... no parque de estacionamento do supermercado Modelo, em Salvaterra de Magos, onde a vítima trabalhava e ambos viviam. ...a jovem exercia a função de caixa...	Not 1
A poucas semanas de completar 21 anos, Lúcia Sousa... Após mais de um mês de repetidas ameaças de morte à vítima..., terá entrado no supermercado Modelo, na localidade ribatejana, onde a jovem trabalhava... ...onde Lúcia Sousa se queixava das constantes intimidações do ex-companheiro. Nas últimas semanas a jovem - mãe de duas crianças, um menino de 4 anos, de uma anterior relação, e uma menina, com 2 anos, filha do agressor – era acompanhada até ao local de trabalho por amigos e familiares com receio de ser atacada. Na GNR de Salvaterra de Magos já apresentara queixa por ter sido agredida ao longo dos últimos dois meses... “... ela expulsou-o de casa porque ele lhe batia...”	NOT 2

NÃO IDENTIFICADA	
[SN, L1]	
Título da notícia 1	MULHER ENCONTRADA MORTA COM UM TIRO
Título da notícia 2	PRESO SUSPEITO DE HOMICÍDIO

CORPO DA NOTÍCIA	
Uma mulher com cerca de 40 anos...	NOT 1
...uma mulher de 43 anos, com quem mantinha uma relação passional.	NOT 2

SÍLVIA CATARINA DE JESUS MORGANIÇO	
[SC, 1]; [SC, 2]	NOT 1
Título de primeira página	Assassinada com cinco tiros por antigo namorado
Título da notícia 1	CINCO TIROS POR DESPEITO TIRAM VIDA A JOVEM
Título da notícia 2	POLÍCIA SUSPEITO DE HOMICÍDIO ENTREGOU-SE COM ADVOGADOS
CORPO DA NOTÍCIA	
Uma mulher de 31 anos... Sílvia Catarina de Jesus Morganiço... ...a filha era “a companhia dos pais”. ...anteriormente o homem até já lhe teria apontado uma arma à cabeça, ameaçando-a de morte. ...os problemas entre a vítima e o ex-namorado ter-se-ão agudizado quando, depois de terminado o namoro, a mulher iniciou uma nova relação, com o actual namorado. ...”A minha irmã até estava ajudá-lo a arranjar apoio psiquiátrico.” Sílvia Catarina, que exerce a profissão de cabeleireira em Leiria, deixa um filho de quatro anos, fruto de um anterior relacionamento.	NOT 1

... ex-namorada, Sílvia Catarina, que, contam familiares, era ameaçada há alguns meses...	NOT 2
---	-------

ILDA FUNDO	
[IF, 1]	NOT 1
Título da notícia 1	ASSASSINADAS PELOS COMPANHEIROS
Subtítulo da notícia 1	Mais três casos de violência conjugal e familiar com final trágico. Em Rio Tinto (Gondomar), uma mulher de 78 anos foi morta com várias facadas pelo marido. Em Benavente, outro homem matou a ex-companheira com seis tiros. No Algarve, um marido abandonado matou sogro e baleou a mulher e a sogra
CORPO DA NOTÍCIA	
... Ilda Fundo de 78 anos... ... "casal sossegado" ... Ilda estava reformada, mas fazia uns "biscates" nas limpezas e cuidava das quatro netas. ...o casal tinha duas filhas e quatro netas... Ilda era definida como uma "moura de trabalho, com muita genica", apesar da idade avançada.	NOT 1

NÃO IDENTIFICADA	
[SN, M1]	
Título da notícia 1	ASSASSINADAS PELOS COMPANHEIROS
Subtítulo da notícia 1	(...) Em Benavente, outro homem matou a ex-companheira com seis tiros. No Algarve, um marido abandonado matou sogro e baleou a mulher e a sogra FOI MORTA COM SEIS TIROS À FRENTE DA UMA

	FILHA MENOR E DA MÃE
CORPO DA NOTÍCIA	
...ex-companheira, de 36... ...a vítima regressava a casa, depois de ter largado o trabalho na lavandaria que a irmã e o cunhado exploram naquele local. Agressor e vítima chegaram a viver em Espanha, mas a mulher acabou por vir embora, alegadamente devido aos maus-tratos que o ex-companheiro lhe infligia	NOT 1

NÃO IDENTIFICADA	
[SN, N1]	
Título da notícia 1	ASSASSINOU A MULHER DEPOIS DE TER LIGADO A AVISAR OS SOGROS
Subtítulo da notícia 1	Consumido por ciúmes e desconfianças de traição, o indivíduo terá morto a esposa com golpes de machado
Título da notícia 2	ALEGADO HOMICIDA AINDA ESTÁ EM COMA
CORPO DA NOTÍCIA	
...a esposa. ...um menor de oito anos, filho do suspeito e da vítima.	NOT 1
Sem referências	NOT 2

MARIA DA CONCEIÇÃO MARQUES MONTEIRO	
[CM, 1]	NOT 1
Título da notícia 1	SUSPEITA DE MAUS TRATOS NA MORTE DE UMA MULHER
Subtítulo da notícia 1	Marido nega ter agredido vítima
Título da ficha de notícia 1	ENCONTRADA MORTA EM CIMA DA CAMA
Subtítulo da ficha de noticia 1	Nome: Conceição Monteiro Idade: 44 anos Profissão: Doméstica
Título da notícia 2	LESÃO NÃO TERÁ SIDO MORTAL
Subtítulo da notícia 2	Mulher de Carvalhas foi sepultada ontem
CORPO DA NOTÍCIA	
Maria da Conceição Marques Monteiro, de 44 anos, residente na aldeia de Carvalhas, freguesia de Senhorim (Nelas)... ...comandante da GNR de Nelas, reconheceu a existência de “fortes indícios” de violência doméstica. A mesma fonte declarou que a mulher terá confidenciado ao filho mais novo, que a foi buscar ao hospital, “que as agressões foram infligidas pelo marido” O comandante da GNR de Nelas avançou, ainda, haver “alguns registos de autos de denúncia” segundo os quais a vítima “se queixava de violência doméstica desde 2003” ...vários populares confirmaram o “excessivo” consumo de álcool entre o casal. E as queixas de maus tratos por parte da mulher. “Ele costumava ameaçá-la ... “Uma ocasião, ela chegou mesmo apresentar queixa na GNR por alegadas agressões infligidas pelo marido. Depois, retirou a queixa. Dizendo que tinha medo que ele fizesse pior.”	NOT 1
...apesar do “visível” consumo de álcool, Conceição Monteiro era uma mulher muito trabalhadora. “Cuidava do marido, da casa e das terras. Uma vez por outra caía, devido ao vinho, mas não fazia mal a ninguém. Volta e meia aparecia magoada mas dizia que tinha caído”...	FICHA NOT 1

...o corpo de Maria da Conceição Marques Monteiro, de 44 anos, regressou à terra natal em Carvalhas, no concelho de Nelas. ...o filho levou-a para casa, informando a GNR de Nelas que a mãe lhe tinha confidenciado ter sido agredida pelo marido. ... as relações com a mulher não eram as melhores devido ao consumo de álcool que o terão levado algumas vezes a dar-lhe “umas lambadas”...	NOT 2
--	--------------

NÃO IDENTIFICADA	
[SN, O1]	
Título da notícia 1	ASSASSINOU A COMPANHEIRA E FUGIU
CORPO DA NOTÍCIA	
Uma mulher de 48 anos foi mortalmente esfaqueada pelo companheiro... A relação entre os dois “há muito que era conflituosa “...	NOT 1

NÃO IDENTIFICADA	
[SN, P1]	
Título da notícia 1	MORTA À FACADA NO QUINTAL
CORPO DA NOTÍCIA	
Uma mulher morreu... As vítimas, ambas de nacionalidade ucraniana, têm 36 e 40 anos e partilhavam a mesma casa há poucos dias. ...uma mulher que quase não era vista pelos vizinhos.	NOT 1

CARLA FALÉ	
[SN, Q1]; [CL, 2]	NOT 2
Título da notícia 1	RAPARIGA DE 21 ANOS TERÁ SIDO MORTA À PAULADA
Subtítulo da notícia 1	Corpo foi encontrado, na segunda-feira, seminu e com evidentes sinais de violência Jovem, que estava actualmente separada do marido, vivia em casa dos pais e tinha um filho
Título da notícia 2	SUSPEITO DE TER MORTO A MULHER
CORPO DA NOTÍCIA	
Uma jovem de 21 anos residente em Moura... Carla era casada, tinha um filho estava actualmente separada do marido. Vivia em casa dos pais e..."a jovem andaria nos últimos tempos com um rapaz que regressou à terra, vindo da Suíça."	Not 1
...Carla Falé, a jovem que foi encontrada morta em Moura...	NOT 2

ANABELA AZEVEDO	
[AA1]; [A(A)1]	NOT 2
Título da notícia 1	CIÚME LEVOU-O A ASSASSINAR A MULHER COM 11 FACADAS
Subtítulo da notícia 1	Rumores sobre infidelidade terão motivado o crime. Agressor já está em prisão preventiva Este é o terceiro caso de homicídio resultante de violência doméstica ocorrido em apenas dois dias

Título da notícia 2	CONTOS E DITOS NA ALDEIA CAUSARAM CIÚME QUE ACABOU EM TRAGÉDIA
CORPO DA NOTÍCIA	
Uma mulher de 33 anos... ...Anabela... Anabela Azevedo era natural de Longra, Barcel, e tinha um filho de 11 anos de um primeiro casamento, do qual enviuvava. Há cerca de dez anos que vivia com José João...Ambos tiveram um filho que agora tem seis anos de idade.	NOT 1
Anabela nasceu em 1973, era natural de Barcel, uma aldeia do concelho de Mirandela, onde os pais se radicaram durante muito tempo, com os nove filhos. Frequentou a escola primária da terra e ainda foi viver algum tempo com os pais quando decidiram mudar-se para Lamas de Orelhão, outra aldeia do concelho de Mirandela, procurando campos mais férteis para a agricultura e pastorícia, a que se dedicavam. Anabela cedo se dedicou à agricultura para ajudar a sustentar a casa. Os estudos ficaram em definitivo para trás. Mais tarde, ainda jovem, tenta um novo rumo para a sua vida emigrando para a Suíça. A experiência também não correu nada bem: voltou para junto dos pais. Para além desta experiência, Anabela ainda teve outras saídas para o estrangeiro, nomeadamente para Espanha, onde conseguiu alguns contratos sazonais na agricultura. Depois de atingir a maioridade inicia uma relação com um indivíduo natural de Foz Côa, com quem posteriormente viveu durante algum tempo. A relação acabou por não durar muito tempo, mas foi o suficiente para engravidar e regressar para casa dos pais em Barcel. Ainda grávida inicia uma relação com José João, que trabalhava na aldeia para uma empresa de construção civil. Acabou por casar com ele há cerca de dez anos, de quem teve há seis anos mais um filho. A necessidade de manter uma vida estável acabou por levar José João a emigrar para a Suíça, onde esteve nos últimos nove meses. Nesse período, Anabela ficou em Longra com os dois filhos, de 6 e 10 anos. No início de Agosto, o marido veio gozar um curto período de férias e “os contos e ditos aqui na aldeia sobre o comportamento dela, na sua ausência, não eram os mais abonatórios”, afirma uma das residentes em Barcel.	NOT 2

MARGARIDA MARIA DA SILVA MACHADO REIS	
[MR, 1]; [MR, 2]	NOT 1
Título da notícia 1	MATARAM MULHERES QUE OS ABANDONARAM
Subtítulo da notícia 1	Em Alcobaça, a vítima foi queimada quando passeava com o cão
Título da notícia 2	MARGARIDA ACREDITAVA “NUM GRANDE AMOR”
CORPO DA NOTÍCIA	
...Margarida Maria da Silva Machado Reis, de 26 anos, saiu de casa para passear o cão, tarefa que diariamente cumpria antes de entrar ao serviço numa pastelaria em Nazaré. Há cerca de um mês abandonara a sua casa e o marido...em Ataíja de Cima, freguesia da Aljubarrota e mudara-se para o terceiro direito do lote 21, na rua Augusto Pina, em Alcobaça, num bairro social da cidade. Margarida e Paulo estiveram casados cerca de quatro anos e encontravam-se agora em processo de divórcio. Na edição da última semana, o seminário de Alcobaça “Região de Cister” publicava um anúncio de Margarida, onde dizia que “não se responsabilizava pelas dívidas do marido, desde o dia 15 de Julho deste ano”.	NOT 1
Margarida Maria da Silva Machado dos Reis nasceu a 19 de Julho de 1980, na Marinha Grande. Cedo se mudou com a família para Ataíja de Baixo, tendo estudado na escola em Aljubarrota e mais tarde em Alcobaça. A mais nova de três irmãos, Margarida começou a trabalhar numa fábrica de loiça, com a irmã. Aos 26 anos e depois de um casamento falhado, rumou a Alcobaça onde alugou o terceiro andar do Lote 21, e empregou-se numa pastelaria, localizada na marginal da Nazaré. Vizinhos, amigos e familiares garantem que Margarida era uma jovem pacata e trabalhadora. Muitos viram-na a crescer e... avisaram-na que não teria uma vida fácil, mas a jovem acreditava “num grande amor”. Conhecimento entre os dois travou-se nas ruas pequenas dos lugares de Ataíja de Cima, e Ataíja de Baixo.	NOT 2

EMÍLIA OLIVEIRA MARQUES	
[EM,1]	NOT 1
Título da notícia 1	MATARAM MULHERES QUE OS ABANDONARAM
Subtítulo da notícia 1	Em Mira de Aire, a mulher foi alvejada ao celebrar o aniversário com a filha do casal Filha em estado crítico
Título da notícia 2	ASSASSINADA PELO HOMEM COM QUEM TENTAVA DAR UM NOVO RUMO À VIDA
Subtítulo da notícia 2	Emília Marques Mira de Aire
CORPO DA NOTÍCIA	
...a mulher, de 53 anos... ...ex-mulher, Emília Oliveira Marques, que residia em Ourém após se ter separado do marido e que no sábado completara 53 anos.	NOT 1
Emília Oliveira Marques fez 53 anos no dia 5 de Agosto e decidiu ir jantar com a filha. Tentava dar novo rumo à vida depois de um relacionamento falhado... “Ela acabou com o namoro e ele não aceitou a decisão e andava de volta dela para a convencer”... Emília Marques nasceu numa aldeia no concelho de Ourém e cedo foi viver e trabalhar para casa de um médico da cidade. Ali ficou durante quase uma vida, até que agora se encontrava reformada, vivendo a sua vida e acompanhando a dos seus filhos. Separada do primeiro marido procurou felicidade junto de António, mas o relacionamento acabou por se deteriorar, levando-a a separar-se.	NOT 2

PAULA GOMES	
[SN, Q1]; [PG, 2]	NOT 2
Título da notícia 1	MATOU EX-AMANTE À PEDRADA
Título da notícia 2	HOMICIDA TERÁ TENTADO SUICIDAR-SE
CORPO DA NOTÍCIA	
...uma mulher com quem manteve, segundo relatou às autoridades, uma relação amorosa. ...uma mulher de 34 anos, residente na freguesia de Galegos Santa Maria, em Barcelos, e que não foi reconhecida pela população local	Not 1
...mulher com quem manteve um relacionamento extraconjugal... ...Paula Gomes, de 34 anos... Entretanto, ela continuava a pressioná-lo: queria conhecer a filha mais velha dele”...	NOT 2